

UNIVERSIDADE GAMA FILHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
Mestrado em FILOSOFIA

**A NARRATIVA DE MULHERES COMO MEIO PARA A MUDANÇA DA PRÓPRIA HISTÓRIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO PENSAMENTO DE ALASDAIR MACINTYRE**

SÔNIA MAIA TELES XAVIER

Rio de Janeiro

1º Semestre de 2007

Sônia Maia Teles Xavier

**A NARRATIVA DE MULHERES COMO MEIO PARA A MUDANÇA DA PRÓPRIA HISTÓRIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO PENSAMENTO DE ALASDAIR MACINTYRE**

Dissertação apresentada à Universidade
Gama Filho como requisito parcial para
a conclusão do Mestrado em Filosofia.
Professora Orientadora:
Maria da Penha Felício dos Santos de
Carvalho
Prof^a. Dr.^a em Filosofia - UGF

Rio de Janeiro

1º Semestre de 2007

FICHA CATALOGRÁFICA

X3 Xavier, Sônia Maia Teles.

A narrativa de mulheres como meio para a mudança da própria história: uma análise a partir do pensamento de Alasdair MacIntyre / Sônia Maia Teles Xavier. — 2007

104 f.

Dissertação (mestrado) — Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.

“Orientação: Prof. Dra. Maria da Penha Felício dos Santos de Carvalho”.

1. Mulher. 2. História. 3. Narrativa. 4. Gênero. I. Título.

CDU – 1:396(091)

O(A) autor(a), abaixo assinado(a), **autoriza** as Bibliotecas da Universidade Gama Filho a reproduzir este trabalho para fins acadêmicos, de acordo com as determinações da legislação sobre direito autoral, n(s) seguintes(s) formato(s)

() Fotocópia

(X) Meio digital

Sônia Maia Teles Xavier

FOLHA DE APROVAÇÃO

"A NARRATIVA DE MULHERES COMO MEIO PARA A MUDANÇA DA PRÓPRIA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PENSAMENTO DE ALASDAIR MACINTYRE". Dissertação de Mestrado em Filosofia apresentada por Sônia Maia Teles Xavier em 26 de março de 2007 ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UGF-RJ, e aprovada pela Comissão Julgadora formada pelos seguintes professores:

Prof^a. Dra. Maria da Penha Felício de Carvalho

Universidade Gama Filho – UGF

(Orientadora)

Prof. Dr. Edson Peixoto de Resende Filho

Universidade Gama Filho – UGF

Prof^a . Dr^a . Tânia Conceição Pereira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de março de 2007

Prof. Dr. Edson Peixoto de Resende Filho

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Filosofia

Agradecimentos

A culminância dessa empreitada foi possível devido a contribuição de várias pessoas. Um de forma direta, indicando-me vias melhores para o desenvolvimento desta pesquisa; outras, apoiando-me, incentivando-me com palavras que agiam sobre mim como um bálsamo. Sou profundamente grata a meu esposo Carlos, grande incentivador. A todo momento, sempre lembrando-me de que as minhas dificuldades eram muito menores que a minha capacidade para superá-las. Aos meus filhos, tão solidários e, muitas vezes, carentes de minha presença – sempre ocupada com algum livro nas mãos ou à frente do computador. Aos meus pais e irmãos pelo carinho e encorajamento incondicional: meu eterno agradecimento.

Professora Maria da Penha, obrigada por aceitar o desafio de orientar este projeto e indicar os possíveis e melhores caminhos para a concretização do meu objetivo. Também sou grata ao professor Edson por auxiliar-me ao tecer considerações na fase de conclusão deste projeto. À professora Tânia, estendo meus sinceros agradecimentos pela leitura cuidadosa deste texto. Sua contribuição foi de grande valia no processo de revisão. À Sinéia Silveira, minha irmã e companheira de ideais, mesmo em seu processo de conclusão de Mestrado encontrava um tempo para auxiliar-me.

Sou imensamente agradecida aos meus amigos que, de forma direta ou indireta, não pouparam esforços para colaborar ou simplesmente dizer: não desanime, você é capaz! Sou grata, sobretudo, a Deus, que me concedeu forças para concluir este trabalho.

“We dream in narrative, day-dream in narrative, remember, anticipate, hope, despair, believe, doubt, plan, revise, criticize, construct, gossip, learn, hate and love by narrative”

Barbara Hardy

RESUMO

Esta dissertação pretende investigar a eficácia da palavra das mulheres como instrumento de conquista de espaços tradicionalmente reservados ao homem. Como fundamento filosófico, apoia-se no pensamento de Alasdair MacIntyre, na medida em que esse filósofo enfatiza o conceito de narração em sua reflexão ética apresentada na obra *After Virtue*, ao definir o homem como “um animal contador de histórias que aspiram à verdade”. Sob essa perspectiva, investiga o conceito de narrativa como suporte necessário para o entendimento da própria existência como uma história narrada, tendo em vista que o sujeito desse relato faz parte de um determinado grupo social ou comunidade e é portador de uma história. Utiliza, como ilustração, a narrativa das Mil e Uma Noites, de modo específico sua protagonista Sherazade com o intuito de perceber a atualidade das dificuldades enfrentadas pela mulher em um ambiente tipicamente androcêntrico, como acontecia nas histórias das *Mil e uma Noites*. Evidencia que não é suficiente o sentimento de indignação diante da situação de discriminação ou falta de oportunidades que a mulher tem experimentado, mas a atitude responsável e consciente que se precisa assumir frente a tal condição. Sobretudo, busca entender as razões que levam a sociedade a tratar seres humanos iguais, de modo diferenciado e os fatores que interferem nesse contexto de forma a legitimar esse tipo de comportamento com o objetivo de buscar alternativas para promover mudanças.

Palavras chave: Gênero – Mulher - História – Narrativa.

ABSTRACT

This dissertation intends to investigate the efficacy of women's word as an instrument to conquer spaces traditionally reserved to men. Philosophically it is supported by Alasdair MacIntyre's thought, and takes into consideration his emphasis on the narrative concept discussed in his ethical reflection presented in the book *After Virtue*, in which he defines that "man is a storyteller animal whose stories aspire the truth". From this perspective, it investigates the concept of narrative as a necessary support for the understanding of life as a narrated story in which the individual, belonging to a determined social group or community, takes part with his own story. It uses as illustration the narrative of the *Arabian Nights*, in a specific way its main character Sherazade, with the intention of perceiving how modern are the difficulties faced by women in a typical androcentric society as it happened in the stories of the *Arabian Nights*. It makes evident that it is not sufficient to feed an indignation feeling before the situation of discrimination or lack of opportunity that women have experienced, but it is necessary to have a responsible and conscious attitude before such condition. Above all, it seeks to understand the reasons that lead the society to treat human beings, who are alike, in a different way and the factors which interfere in that context in a way to legitimate that behavior, with the objective of looking for alternative to promote the changes.

Key-words: gender - woman - story - narrative.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. FILOSOFIA E QUESTÕES DE GÊNERO.....	19
2.1 Retrospectiva filosófica acerca do feminismo	22
2.2 Uma trajetória feita por mulheres	29
2.2.1 <i>Militância Ativa</i>	29
2.2.2 <i>Mulheres e seus escritos</i>	37
2.3 Mulheres e o uso da palavra.....	41
3. NARRATIVA E EXISTÊNCIA.....	52
3.1 <i>MacIntyre e a atividade de narração</i>	63
3.2 <i>Sobre o conceito de Identidade Narrativa</i>	67
4. NARRAÇÃO COMO SUPORTE PARA A EXISTÊNCIA	77
4.1 <i>Narrativa como um meio para mudança da própria história</i>	84
4.2 <i>A palavra promovendo libertação</i>	88
4.3 <i>Somos atores e autores de nossas histórias</i>	91
5. CONCLUSÃO.....	95
REFERÊNCIAS	98

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo compreender como as mulheres conquistaram espaços em ambientes tipicamente androcêntricos e o seu posicionamento em relação a esse sistema. A própria história demonstra que as primeiras conquistas específicas das mulheres se deram, não apenas por meio da busca por igualdade e contra as restrições dos seus direitos, mas, principalmente por meio da luta pela eliminação, ou pelo menos, a minimização das barreiras que lhes impediam o desenvolvimento como seres humanos detentores de deveres, mas também de direitos.

Uma das hipóteses acerca da manutenção da situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres seria uma conseqüência das lentas mudanças na divisão tradicional do trabalho e ao moroso avanço das mulheres na ocupação dos cargos e postos de maior responsabilidade e poder. Esse seria um dos fatores que dificultam e reduzem a possibilidade de inserção da mulher em certas áreas de trabalho definindo sua escassa presença no poder político e nos postos de decisão. Como então dirimir tais dificuldades? No século passado, houve a acentuada movimentação das mulheres cujo intuito principal era a conquista efetiva desses espaços. Em *El siglo de las mujeres*, a filósofa Victoria Camps evidencia a relevância da revolução e emancipação das mulheres como o movimento social que propiciou maiores conseqüências na sociedade.

Refletindo acerca desse movimento social, empreendemos este trabalho com o intuito de perceber a importância e eficácia da palavra das mulheres como mecanismo de conquista de espaços antes reservados ao homem. Nosso questionamento seria então: em que medida pode-se obter avanços nas questões de gênero utilizando-se a palavra como mediadora desse movimento em prol de uma maior conscientização de que há esse tratamento diferenciado entre homens e mulheres? E ainda, até que ponto esse discurso propicia condições para fortalecer o papel da mulher na sociedade como alguém que é sujeito de sua história? Além dessas questões, está imbricada uma outra: esse tipo de questionamento interessa à filosofia em que medida? Se não é uma questão tão relevante, filosoficamente falando, então como se explica o universalismo na filosofia? Qual alternativa

possível para se viabilizar meios mais eficazes para sanar ou ao menos minimizar tais dificuldades?

Ao longo da história, filósofas e também alguns filósofos têm tornado públicas algumas questões como a dominação masculina, a submissão feminina na sociedade e, sobretudo, mobilizado-se por meio de discursos e militância ativa. É interessante notar que o meio principal utilizado para que se possa entender os princípios de dominação que parecem justificar o comportamento da sociedade em relação às mulheres é a palavra. Sob esse aspecto, pode-se pensar que a filosofia poderá oferecer subsídios relevantes para que se entenda como surgiram as bases que têm estabelecido o princípio de dominação dos homens sobre as mulheres para que se possa pensar em alternativas mais eficazes e geradoras de mudanças.

Utilizamos, para exemplificar a eficácia da atuação da mulher por meio da palavra, uma obra clássica da literatura árabe: *As mil e uma noites*. A escolha dessa obra foi motivada pela forma como a palavra foi empregada por sua protagonista. Sherazade narra as suas histórias como uma imensa teia narrativa com o propósito de conquistar o coração de um homem profundamente determinado a dizimar a cada noite, as virgens de seu reino. Esse objetivo de conquistar “o coração do rei” foi alcançado por meio da arte de contar histórias. Além desse motivo, pela compreensão de que, tanto na ficção quanto na realidade, a palavra, quando bem utilizada, pode alcançar êxito assim como ocorreu nas histórias das Mil e uma noites. Como escreveu Jorge Luís Borges, citado por Jarouche, ‘As mil e uma noites não morreram (...) continuam crescendo, ou recriando-se. E o infinito tempo do livro continua o seu caminho’.

Sherazade é uma mulher definida como alguém que possuía coragem suficiente para indignar-se contra a injustiça e para reagir. Essa personagem/narradora pode ser compreendida como uma personificação do poder da mulher regido pela lógica da feminilidade. Ela entendeu que não se tratava de competir com o sultão (claro, morreria rápido), mas teve discernimento suficiente para perceber que, contra a força, ela precisava usar a sabedoria. A compreensão de que havia uma possibilidade de alcançar seu objetivo utilizando a sua capacidade narrativa como força de sedução, de encantamento e conquista foi amplamente explorada. Essa mulher conquistou um lugar em um contexto e época em que ocorre a narrativa, que não era comum para as mulheres: o lugar de quem fala e é ouvida.

Sherazade vislumbrou uma possibilidade: até que ponto poderia a palavra produzir o efeito de mudar o curso dos acontecimentos? Possivelmente, aquele homem que estava habituado a ser rigorosamente obedecido foi surpreendido pela atitude da nossa protagonista: ela ofereceu-lhe a palavra e foi seduzido pelas muitas histórias criadas e contadas por Sherazade. Desde a primeira noite, havia a proximidade de uma mulher na sua plena corporeidade. Pode-se dizer que, na narrativa oral, a palavra é corpo modulado pela voz humana e, portanto, carrega marcas corporais de grande significância. Por meio da palavra essa mulher conquistou um direito destinado quase que exclusivamente ao homem: o direito de falar e ser ouvida.

As análises, tanto da atuação da protagonista das Mil e uma noites quanto de algumas mulheres que atuaram de modo significativo na história da humanidade para propiciar uma nova forma de pensar a condição da mulher e promover mudanças, foram desenvolvidas ao longo do trabalho. Estarão apoiadas teoricamente no pensamento do filósofo Alasdair MacIntyre, especificamente em sua obra *After Virtue*. De acordo com MacIntyre, a habilidade de narrar é comum ou inerente a todo ser humano. Para ele, “o homem é um animal contador de histórias que aspiram à verdade”¹. Tudo o que fazemos pode ser traduzido por meio de palavras. Narramos desde as mais simples ações como o ato de solicitar alguma coisa ou para expressar nossos sentimentos mais afáveis ou odiosos; os nossos sonhos, anseios ou decepções. A nossa existência é uma história que precisa ser narrável, tendo em vista que cada pessoa é portadora de uma identidade, pertence a um determinado grupo social ou comunidade. Ao narrar as possibilidades e impossibilidades – o que somos ou o que gostaríamos de ser ou os percursos que fazemos para alcançar determinados objetivos – refletimos e nos perpetuamos por meio da palavra. Esta pode ser entendida como a manifestação ou extensão daquilo que somos.

No CAPÍTULO I, é feita uma investigação acerca da forma como a filosofia pode propiciar um esclarecimento no que tange às questões de gênero. Explicitamos algumas contribuições da tradição filosófica nessa área, visto que a Filosofia pode ser caracterizada como uma reflexão que busca compreender o sentido da

¹ MacIntyre, Alasdair. *After Virtue*. Second Edition. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1984.p.216.

realidade, do ser humano em sua relação com a natureza e com os outros, do trabalho do ser humano e sua relação com a cultura e a história.

Nesse capítulo, apontamos, também, evidências de como a filosofia problematiza e submete à reflexão crítica os conceitos e princípios que têm justificado a dominação masculina. Conceitos como submissão, feminismo e gênero serão trabalhados, principalmente levando-se em consideração alguns pontos que suscitam discussão, como por exemplo, alguns aspectos da história do sexismo e da misoginia como ocultados pela corrente principal da filosofia acadêmica. Tais aspectos serão abordados de acordo com pressupostos apresentados por alguns autores e autoras que têm se empenhado nessa empreitada. Uma dessas escritoras, Grimshaw (2002), citando Michele Le Doeuff, traz á tona a discussão acerca da questão da contradição existente no suposto universalismo presente na filosofia.

Le Doeuff afirma que, enquanto se supõe comumente que a filosofia é 'universal' e a investigação feminista meramente parcial – uma forma de 'interesse especial' -, seria mais apropriado dizer que a filosofia é 'parcial', no sentido de que, em geral, exclui as mulheres tanto da possibilidade de produção de teorias filosóficas como da exemplificação dos ideais com os quais as teorias filosóficas estavam comprometidas.²

Apontar a dificuldade ou problema não seria suficiente. Le Doeuff defende um novo tipo de universalismo diferente do antigo, em que se precisa incluir e restabelecer o lugar da mulher na filosofia. Se essa tem sido a posição ocupada pelas questões que envolvem a mulher na filosofia, é possível, para a própria filosofia questionar, repensar tal situação de 'quase exclusão' da mulher do contexto filosófico. Diante disso pode-se então falar de filosofia e desconsiderar os problemas relativos à mulher?

Como escreve Eggert, "*assim conspiro uma filosofia que passe a contar e a escrever histórias a fim de tornar possível um fazer filosófico no meio acadêmico e também no não acadêmico*".³ Convém ressaltar que não tem sido apenas as mulheres a empenharem-se nesse movimento. Nesse capítulo traçamos, de forma breve, a posição de alguns filósofos, como Stuart Mill e Poulain de La Barre,

² Grimshaw, Jean. *Feminismo e filosofia*. In: *Compêndio de Filosofia*. Org. Nicholas Bunin; E. P. Tsui-James. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2002, p. 732.

³ EGGERT, Edla. *Narrativa: uma filosofia a partir da experiência das mulheres?* In. *As mulheres e a filosofia. São Leopoldo: UNISINOS, 2002, p. 199.*

ressaltando o envolvimento dos mesmos em prol da causa feminina. Além disso, apontamos a trajetória feita por algumas mulheres no campo da filosofia e literatura e que se destacaram no movimento em defesa dos direitos das mulheres.

Como estamos no campo da filosofia, não podemos nos esquecer de que a *sophia* é construída com palavras, e estas, uma vez proferidas, tornam-se ação, criam vida. Então, essa palavra, quando modalizada pela voz humana, corporifica-se apresentando a identidade de quem a expõe. Desse modo, quando fazemos uma narrativa, a nossa história, ao tornar-se discurso narrado por um sujeito autor e protagonista, instaura um campo de renegociação e reinvenção identitária. Assim, o ser humano se introduz na existência situando-se no mundo com os outros. Isso porque, quando falamos, fazemo-lo de um lugar determinado. A esse respeito, Gnerre declara :

As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos. O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico⁴.

Como se pode perceber na declaração de Gnerre, a nossa fala não é desprovida de intenções. Ao falar, posicionamo-nos frente a determinadas situações sociais. O sujeito falante é portador de uma identidade e quando se manifesta através de indagações, o faz com o intuito de dizer quem é e qual o papel que desempenha no ambiente em que está inserido. Pode pedir contas e também dar contas de seus atos. Segundo MacIntyre, a identidade pessoal é exatamente pressuposta pela unidade do personagem que a unidade da narrativa requer. O instrumento de que fazemos uso para nos situarmos como sujeitos e propiciarmos mudanças é a palavra. É dela que as mulheres, em particular, têm se apropriado para manifestar suas dores, angústias, alegrias e as possibilidades de mudanças.

O CAPÍTULO II apresenta considerações acerca do modo como vivenciamos as nossas histórias antes de narrá-las. Narrar é mostrar que se está vivo. Fazemos parte das histórias das outras pessoas do mesmo modo que elas também fazem parte da nossa. A narrativa de qualquer vida faz parte de um conjunto interligado de narrativas. Existimos em forma de narrativa. Podemos perceber, também, que uma

⁴ GNERRE, Maurizio. *Linguagem escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 3.

narrativa não é apenas obra de poetas ou romancistas que ponderam sobre fatos que não tinham ordem narrativa antes de lhes ser imposta pelo cantor ou escritor. Na verdade, tudo o que fazemos pode ser traduzido em forma narrativa. Sobretudo nesse capítulo, analisaremos o pensamento de Alasdair MacIntyre quando diz que

O homem é, em seus atos e profissões, bem como em suas ficções, essencialmente um animal contador de histórias. Não o é em essência, mas torna-se no decorrer de sua história, um contador de histórias que aspiram à verdade.⁵

Segundo MacIntyre, os atos individuais de uma pessoa, para sua compreensão e valoração moral, devem ser contemplados a partir da possibilidade de narração que oferecem as ações que compõem toda vida moral. O filósofo defende ainda que um ato unicamente tem sentido quando é considerado como parte narrável da série de atos de uma vida. E é, a partir dessa unidade, que se constitui a identidade moral e ética de uma pessoa. Além disso, a narração precisa ter uma seqüência, uma ordem narrável. Neste capítulo, desenvolvemos de modo específico uma análise conceitual acerca da atividade narrativa e o conceito de identidade narrativa.

O CAPÍTULO III pretende analisar a questão da narrativa de mulheres com base no pensamento ético de MacIntyre, de modo específico no capítulo quinze onde trata da unidade da vida humana. Dessa forma, ressalta a atividade narrativa tomando como suporte a narrativa das *Mil e uma noites*, de modo especial sua narradora/protagonista Sherazade, que, por meio da palavra, venceu a morte e desafiou o poder estabelecido e ainda propiciou a cura das mazelas do sultão.

Nessa história, a protagonista entendeu que a história das outras mulheres não estava distinta da sua própria história. Ela pertencia a uma classe social dominante e possuía uma educação privilegiada. Devido a essa posição, desfrutava de certa mobilidade social, mas, apesar disso, compartilhava da situação de minoridade e opressão comum a todas as mulheres. Conta a história que, em um determinado dia, Sherazade foi movida por uma profunda indignação e decidiu

⁵ MacIntyre, Alasdair. *After Virtue*. Second Edition. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1984. p. 216 (trad. nossa).

intervir no rumo dos acontecimentos candidatando-se a casar-se com o sultão com a finalidade de mudar o curso da história.

Usando como instrumento apenas a palavra, e esta, carregada de corporeidade, Sherazade narra histórias e deixa o final para contar no outro dia, conseguindo, por meio dessa estratégia, mudar o rumo dos acontecimentos. Noite após noite, ela vai conduzindo adiante o fio de suas histórias: vai tecendo narrativas. É como se estivesse executando a arte da tecelagem e, nessa trama, nesse fio, ela alcança o seu objetivo. Conquista o coração do sultão e salva outras mulheres que seriam sacrificadas posteriormente. Como é possível perceber, uma mulher, usando de perspicácia, de sabedoria, sendo plenamente mulher, consegue vencer o poder masculino sem estar competindo com ele e, dessa forma, conquista seu espaço. Ela poderia simplesmente silenciar e aceitar o destino como as outras mulheres, tornar-se cúmplice e reforçar o sistema vigente. Mostramos com isso que o silêncio é a narração de uma impossibilidade, mas ela optou pela via da possibilidade de mudança.

A história de Sherazade ilustra o ponto de vista defendido por MacIntyre de que “ser o tema de uma narrativa que vai do nascimento até a morte é ser responsável pelos atos e experiências que compõem uma vida narrável.”⁶ A nossa protagonista exemplifica esse princípio ao tornar-se responsável agindo de forma racional, visando ao benefício de toda sua comunidade.

Na Conclusão, é apresentado o percurso proposto neste trabalho. Evidenciamos o fato de que não é suficiente indignar-se com a situação de discriminação ou falta de oportunidades que se experimente ou presencie. O que realmente importa é a atitude que precisamos tomar frente a tais situações. Pensamos que rememorar o mesmo sentimento da protagonista de que falamos não nos levará muito longe. Sentir saudades da atitude de Sherazade não é suficiente. Faz-se necessário reproduzir, hoje, o seu modelo de coragem, determinação e a adequada utilização da palavra, por meio de discursos e de escritos, como um instrumento de bastante relevância e propiciador de mudanças. Desse modo, precisamos empreender esforços para tentar restabelecer ou resgatar a importância

⁶ MacIntyre, Alasdair. *After Virtue*. Second Edition. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1984. p. 217 (trad. nossa).

do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade e, de modo específico, no contexto filosófico. Como sustenta Grimshaw⁷,

A tensão entre o projeto de criar estruturas em que as mulheres podem falar e pensar como mulheres e o projeto de mudar o aspecto da filosofia de modo que as perspectivas das mulheres não sejam mais 'marcadas' como marginais à corrente principal é uma tensão essencial nas atuais circunstâncias, cuja resolução é, talvez, a tarefa principal para a filosofia feminista no momento.

⁷ Grimshaw, Jean. *Feminismo e filosofia*. In: *Compêndio de Filosofia*. Org. Nicholas Bunin; E. P. Tsui-James. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2002, p. 736.

2. FILOSOFIA E QUESTÕES DE GÊNERO

Este capítulo pretende investigar a forma como a filosofia pode propiciar um esclarecimento no que tange às questões de gênero. Serão apresentadas algumas contribuições da tradição filosófica nessa área, visto que a filosofia pode ser caracterizada como uma reflexão que busca compreender o sentido da realidade, do ser humano em sua relação com o próximo, com a natureza, do trabalho do ser humano e sua relação com a cultura e a história.

Será levada em consideração a forma como a filosofia problematiza e submete à reflexão crítica os conceitos e princípios que têm justificado a dominação masculina. Temas como a submissão feminina, feminismo e gênero serão trabalhados, principalmente levando-se em consideração alguns pontos que suscitam discussão e que, na maioria das vezes, são ocultados pela corrente principal da filosofia acadêmica⁸. Tais aspectos serão abordados de acordo com pressupostos apresentados por alguns autores e autoras que têm se empenhado nessa empreitada. Uma dessas escritoras, Grimshaw (2002, 732), citando Michele Le Doeuff, traz à tona a discussão acerca da forma como a filosofia trata a questão do ser humano de modo geral, mas não evidencia, como deveria, as questões de gênero. Isso manifesta parcialidade, ao invés da suposta universalidade pretendida pela filosofia. Questões que dizem respeito à mulher são, na maioria das vezes, relegadas a segundo plano.

Le Doeuff afirma que, enquanto se supõe comumente que a filosofia é 'universal' e a investigação feminista meramente parcial – uma forma de 'interesse especial' -, seria mais apropriado dizer que a filosofia é 'parcial', no sentido de que, em geral, exclui as mulheres tanto da possibilidade de produção de teorias filosóficas como da exemplificação dos ideais com os quais as teorias filosóficas estavam comprometidas.⁹

⁸ Como assegura Grimshaw (2002, 728), “as teorias filosóficas são socialmente localizadas e tenderam a responder a interesses, preocupações e experiências masculinas. Além disso, o primeiro e essencial estágio do pensamento sobre filosofia e gênero sexual consistiu em ressaltar a misoginia endêmica de muitos filósofos; (...) a filosofia, normalmente, aceitou a exclusão das mulheres (como cidadãs, como sujeitos racionais ou como agentes morais).

⁹ Grimshaw, Jean. *Feminismo e filosofia*. In: *Compêndio de Filosofia*. Org. Nicholas Bunin; E. P. Tsui-James. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2002, p. 732.

Apontar a dificuldade ou problema não parece ser suficiente. Le Doeuff defende um novo tipo de universalismo diferente do antigo, em que se precisa incluir e restabelecer o lugar da mulher na filosofia. Se essa tem sido a posição ocupada pelas questões que envolvem a mulher na filosofia, é possível, para a própria filosofia questionar, repensar tal situação de ‘quase exclusão’ da mulher do contexto filosófico. É possível, então, falar de filosofia e desconsiderar os problemas relativos à mulher?

Muitos filósofos questionam: isso é filosofia? Ora, se a filosofia é um campo do saber que trata da construção e manutenção de esquemas conceituais e estes, por sua vez, encontram-se arraigados na sociedade, podemos então pensar que tem a filosofia a competência necessária para projetar luz ou nos auxiliar na compreensão de como surgiram certas idéias e princípios que, de certa forma, têm sustentado a dominação masculina. Muitos costumes, como a questão da sujeição da mulher ou o androcentrismo, são simplesmente acatados, respeitados ou detestados no contexto social e, nem sempre questionados, porque são considerados como um ‘costume’ e, como tal, reverenciados.

Para dar continuidade ao que é proposto neste capítulo, é imprescindível que se entenda um pouco sobre o conceito de gênero, em que condições, como, por que e quando foi criado. Segundo Daniela Quad, em *Feminismo, que história é essa?*,

Falar de ‘gênero’ é algo mais do que falar das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Assim como o patriarcado¹⁰, gênero é um conceito que pode ser entendido ao lado da luta das mulheres pelos seus direitos [...] Gênero não é apenas sinônimo de sexo, masculino ou feminino. Gênero também é o conjunto de expressões daquilo que se pensa sobre o masculino e o feminino. Ou seja, a sociedade constrói longamente, durante os séculos de sua história, significados, símbolos e características para interpretar cada um dos sexos. A essa construção dá-se o nome de ‘relações de gênero’.¹¹

Trata-se do modo como determinada sociedade pretende que as mulheres se comportem, sendo dóceis, meigas e prenyadas, obedientes a seus maridos e boas donas de casa, além, é claro, de ajudar a custear as despesas da casa trabalhando no espaço público. Não se pode esquecer que devem estar lindas para receberem seus maridos. Da mesma forma, aos homens está destinado o papel de patriarca e

¹⁰ Esse conceito, segundo QUAD:2003,p.55, pode ser definido como um conjunto de relações hierárquicas entre homens e mulheres, que se caracterizam pela opressão das mulheres.

¹¹ QUAD, Daniela. *Feminismo: que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.55.

provedor.¹² Deverão ser mais fortes, física e emocionalmente falando, desajeitados com o serviço doméstico e nem sempre preocupados com a aparência.¹³ Então, essas diferenças biológicas entre homens e mulheres são percebidas pelas pessoas segundo as construções de gênero de cada sociedade. Umas mais flexíveis, outras mais rigorosas em relação a essa questão. Coisas como: menina não faz isso porque é coisa de menina ou, menino tem que se comportar como 'homem' ainda são comuns. Na verdade, é imprescindível compreender como ocorrem essas relações no contexto social para que se identifiquem os valores atribuídos a homens e mulheres, bem como as regras de comportamento decorrentes desses valores.

Alguns questionamentos são essenciais para que se possa visualizar o que acontece com respeito às relações de gênero, como por exemplo: de que forma, para quê, por quem ou contra quem ou contra o que essas idéias e os valores foram elaborados e o que fazer deles. Sob esse aspecto, pode-se depreender que a filosofia pode propiciar ao sujeito condições para perceber a procedência de idéias dominantes e de poderes estabelecidos na medida em que permite refletir mais profundamente sobre os diferentes aspectos da realidade na qual o ser humano está inserido. Eggert, ao reportar-se a essa questão, escreve: “Assim conspiro uma filosofia que passe a contar e a escrever histórias a fim de tornar possível um fazer filosófico no meio acadêmico e também no *não acadêmico*.”¹⁴

MacIntyre, em *After Virtue*, apresenta o seu rechaço acerca da filosofia acadêmica por entender que não se pode confinar a filosofia aos claustros universitários. Segundo o autor citado, em tais espaços o empenho maior é promover longas discussões ou questões em que estão excluídas a realidade, a essência do homem e a existência de Deus. MacIntyre discute a esse respeito e pretende, ou sugere, um fazer filosófico que possa promover maiores benefícios à sociedade e não apenas meras discussões acerca de determinado tema ou conceito. Ballesteros, ao explicitar esse ponto de vista presente na obra macintyreana, observa que,

¹² Mesmo atualmente, quando algumas mulheres têm assumido papéis muitas vezes de provedoras do lar. Nesse caso, também os homens sofrem quando por algum motivo não conseguem exercer esse papel de provedores da família e, como consequência, sentem-se frustrados.

¹³ Já se pode notar uma leve mudança nesse estereótipo. Há homens que se preocupam e são zelosos com a aparência e já percebem a importância e função da mulher no contexto social e familiar.

¹⁴ EGGERT, Edla. *Narrativa: uma filosofia a partir da experiência das mulheres?*. In: *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo, RS: UNISINOS. 2002. p.199.

Su pensamiento no dirige a los filósofos universitarios preocupados exclusivamente en la análisis del language y en sutilizas eruditas posmodernas o desconstruictivas, sino a la gente común preocupada por reflexionar sobre el sentido de la vida humana y la convivencia regida por el mérito.¹⁵

Ballesteros ainda assinala que “la filosofía no es solamente conocimiento, sino también una forma de vida, tal como lo señaló Aristóteles al comienzo y al final de su *Ética a Nicômaco*”. Ou seja, a filosofia deve transcender o espaço metafísico¹⁶ e se inserir no espaço das “coisas humanas”. MacIntyre evidencia que teoria e prática são inseparáveis. Nessa perspectiva, podemos dizer que é possível encontrar na filosofia uma base sólida para entender questões de gênero, pois esta problematiza e submete à reflexão crítica os conceitos e princípios que têm justificado teoricamente o princípio de dominação masculina. Sob essa ótica, torna-se imprescindível tecer algumas considerações acerca da forma como as mulheres têm sido retratadas no decorrer da história e como a sociedade tem reagido face a essa condição de submissão.

2.1 Retrospectiva filosófica acerca do feminismo

A história das mulheres sempre foi marcada por um longo período de subordinação, de angústias, mas também por grandes expectativas de possibilidades de mudança. A mulher foi criada para cumprir a ‘sublime’ missão de ser mãe e instrumento para a perpetuação da espécie humana. Por muito tempo tornou-se mero objeto para procriação. Como se não bastasse, estava sujeita a uma moral severa. O seu espaço era o privado, sem o direito de exercer sua cidadania, pois não era considerada cidadã – não tinha maioria – ou seja, não possuía competência para cuidar de si mesma. Com a condição de ‘menoridade’, ela necessitava submeter-se voluntariamente ao homem em troca de ‘proteção’. Antes

¹⁵ Ballesteros, Juan Carlos Pablo. *Filosofía narrativa y racionalidad práctica. Un estudio sobre Alasdair MacIntyre*. Philosophica. Revista del Instituto de Filosofía de la Universidad Católica de Valparaíso. Vol. 24 – 25. 2001 – 2002. P.3

¹⁶ É possível considerar acerca dessa concepção do ponto de vista Kantiano como define André Lalande: *Metafísica – crítica e reforma do sentido cartesiano: conjunto dos conhecimentos que se extraem apenas da razão, quer dizer, da faculdade de conhecer a priori por conceitos, sem fazer apelo nem aos dados da experiência, nem às intuições de tempo e de espaço* (Kant, Immanuel. *Metafísica*. In: LALANDE: 1999, 670)

de casar-se era sujeita e protegida pelo pai; após o casamento, era guiada, comandada pelo seu marido.

No livro *A sujeição das mulheres*, Mill trata da condição de ‘menoridade’ em que se encontra a mulher e traz à tona o modo como a sociedade estabelece o casamento como principal lugar a que elas são destinadas. Além disso, faz uma crítica a esse sistema ao apresentar a situação de desvantagem das mulheres que não se encaixavam no modelo preestabelecido que seria o das educadas, atraentes e belas para usufruírem da oportunidade de serem escolhidas por um homem. Esse aspecto é exposto no excerto a seguir:

O casamento é o destino apontado pela sociedade para as mulheres, o objetivo para o qual elas são educadas e elas deveriam alcançar esse propósito, exceto aquelas que são pouco atraentes para serem escolhidas por um homem como companheiras; deve-se supor que todas as coisas tenham sido feitas para tornar essa condição tão apropriada quanto possível para elas, que elas não devem ter nenhuma razão para arrepender-se de não ter outra opção. A sociedade, contudo, tanto nesse caso quanto em todos os outros, prefere alcançar seu objetivo por meios ilícitos do que por meios justos; mas esse é o único caso no qual a sociedade faz isso até hoje. Originalmente, as mulheres eram tomadas à força, ou geralmente vendidas pelos pais aos maridos. Até bem pouco tempo na história européia, o pai tinha o poder de oferecer a sua filha em casamento à sua própria vontade e prazer, sem se preocupar com a vontade dela.¹⁷

Mill expõe a condição de desvantagem da mulher em relação ao homem e ainda ressalta um problema crucial: elas eram educadas para casar-se, mas, e aquelas que, por um capricho da natureza nasceram sem os predicados necessários para serem escolhidas? Mais adiante, o filósofo mostra a condição de rejeição pela própria sociedade para com tais mulheres, obrigando-as à condição de ‘encalhadas’ ou de ‘tias’, ou pior ainda – rejeitadas. Após expor essa ‘chaga’ da sociedade ele faz uma acusação à própria Igreja porque, além de obrigar as mulheres a dizerem um sim diante do altar, mesmo contra sua própria vontade, compactua com o comportamento dos seus fiéis. Era conivente quando exigia que as mulheres, em hipótese alguma, deveriam desobedecer a seus maridos.

Ainda com relação a esse tema, Mill apresenta outro problema: quando um homem e mulher casavam-se, e ela fosse possuidora de propriedade, após o casamento, apesar de serem chamados de ‘um só corpo’ e de que os bens a partir daquele momento fossem comuns a ambos, era o homem que poderia dispor

¹⁷ MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. Trad. Débora Ginza. São Paulo: Escala, 2006. p. 49.

desses bens. Quanto a isso o filósofo esclarece Mill (2006: 51), “a renda deve passar pelas mãos dela, mas se ele tomar tal renda usando de violência assim que ela a receba, ele não poderá ser punido nem forçado a devolver”. Ou seja, ele deveria obedecer ao seu marido mesmo nessas condições. Ele quer com isso, denunciar a própria lei como compactuadora de atos injustos. Ao denunciar tal prática, com esse exemplo, Mill expõe o comportamento injusto da sociedade em relação à mulher. Como para esse filósofo ser justo é respeitar o direito do outro, mesmo que a lei estabeleça como legal o fato de um homem agir de modo violento e desleal (como no caso citado), não se pode reputar tal prática como um ato justo. Isso porque, nesse caso, alguém foi lesado, foi desrespeitado. Esse tipo de comportamento do homem em relação à mulher gera descontentamento e, conseqüentemente, infelicidade. Para Mill, idéia de justiça está vinculada à de felicidade.

Como é possível depreender, a produção intelectual de Mill visa, de certo modo, à prática. Ele retira da teoria elementos necessários para a ação, para o aprimoramento do agir humano. No capítulo IV do referido livro, esse filósofo faz alguns questionamentos:

Quais benefícios podemos esperar das mudanças propostas em nossos costumes e instituições? A humanidade seria melhor se as mulheres fossem livres? Caso contrário, quem está perturbando suas mentes e tentando fazer uma revolução social em nome de um direito abstrato? E ainda: É quase que inesperado que a questão seja feita com relação à mudança proposta nas condições das mulheres no casamento. Os sofrimentos, as imoralidades, os males de todos os tipos, causados em inúmeros casos de sujeição da mulher ao homem, são muito terríveis para serem esquecidos.¹⁸

A atualidade do pensamento de John Stuart Mill coloca-o à frente do seu tempo. De modo muito particular, ele encerra essa obra afirmando:

o sexo significa para todas as mulheres, aquilo que nas sociedades menos esclarecidas representa para alguns homens a cor, a religião, a raça, e no caso de países dominados, a nacionalidade; uma exclusão absoluta de quase todas as atividades nobres. Quando consideramos o mal explícito causado à metade da raça humana devido à sua desqualificação – primeiramente, na perda do tipo mais inspirador e elevado de contentamento pessoal, e, depois no aborrecimento, desapontamento e profunda insatisfação com a vida, que geralmente são os substitutos dela é possível sentir que entre todas as lições das quais os homens necessitam para

¹⁸ MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. Trad. Débora Ginza. São Paulo: Escala, 2006. p. 113.

continuar a batalha contra as imperfeições inevitáveis de sua condição na terra, não há nenhuma lição que eles mais precisem do que aprender a não adicionar os infortúnios infligidos pela natureza, as limitações de inveja e preconceito de uns sobre os outros.¹⁹

Apesar do distanciamento bastante considerável entre a época da atuação desse filósofo e os dias atuais, a mulher ainda é penalizada pelo fato de estar inserida em uma sociedade androcêntrica e marcada por um raciocínio patriarcal.

Muitos filósofos, como os nomes apontados a seguir, abordam a questão da relação entre os sexos o faz de forma a realçar a superioridade do homem e demonstrar a legitimação dessa posição de inferioridade da mulher. Esse posicionamento de alguns filósofos é apresentado no excerto a seguir:

A manifestação mais freqüentemente observada do caráter misógino da filosofia ocidental é a do rebaixamento explícito das mulheres, feito por filósofos tão reconhecidos como Aristóteles (A Política, Livro I), Tomás de Aquino (Suma Teológica, t.1), Rousseau (Emílio), Kant (Sobre a distinção entre o belo e o sublime), Hegel (Filosofia do direito), e Sartre (O ser e o nada). Pertencendo a uma tradição que sempre considerou a racionalidade como a principal característica do ser humano, esses filósofos afirmam que a capacidade de raciocínio da mulher é diferente e inferior à do homem; disso eles concluem que as mulheres são inaptas à autonomia moral, e que seu mérito consiste em exercer as virtudes femininas, que são a obediência, o silêncio e a fidelidade. É a razão pela qual as mulheres devem ser excluídas da vida pública – inclusive da filosofia – e aceitar um papel subordinado na vida privada.²⁰

Como exemplo acerca do posicionamento desses filósofos, podemos citar Aristóteles²¹ quando diz que “havia pessoas destinadas, por natureza, a serem escravas e que a mulher representava a passividade, enquanto os homens, a força ativa”. Na *Ética a Nicômaco* (VIII, 10, 1160^a – ed. 1973), torna-se evidente a posição desse filósofo acerca da sujeição feminina em relação ao homem quando declara que:

A associação entre marido e mulher parece ser aristocrática, já que o homem governa como convém ao seu valor, mas deixa a cargo da esposa os assuntos que pertencem a uma mulher. Se o homem governa em tudo, a relação degenera em oligarquia, pois ao proceder assim ele não age de

¹⁹ MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. Trad. Débora Ginza. São Paulo: Escala, 2006. p. 140.

²⁰ JAGGAR, Alison M. *Ética Feminista*. In: CANTO-SPERBER, Monique (org.). *Dicionário de ética e Filosofia Moral*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. P. 624

²¹ Por que Aristóteles e não um nome mais atual? Justamente, porque estamos tentando buscar as origens, as formas mais remotas de como a mulher tem sido apresentada nos textos de filósofos para entendermos o seu reflexo e as mudanças ocorridas no decorrer do tempo.

acordo com o valor respectivo de cada sexo, nem governa em virtude da sua superioridade. [...]“Mandar e obedecer são coisas não apenas inevitáveis, mas sobretudo úteis; desde o nascimento, alguns seres estão destinados a obedecer e outros a mandar. Há, na verdade, muitas formas de comando e de obediência [...] Em todos os casos em que um comanda e outro obedece, existe uma obra comum. Com efeito, em todo conjunto composto de partes que formam uma unidade, identificam-se sempre governante e governado.”²²

Nesse sentido, pode-se perceber que, para esse filósofo, a sujeição da mulher seria considerada como algo natural. Então, se a própria natureza se incumbiu de estabelecer tais relações, seria imputada como justa essa hierarquia. Outros pensadores ou reforçaram esse modelo ou apenas se omitiram. Entretanto, apesar de tantos homens compactuarem e defenderem a sujeição da mulher, temos exceções. Analisaremos o pensamento de dois filósofos. O primeiro, o filósofo Poulain de La Barre²³ - século XVII. Ele apontava a falta de consistência das idéias de outros autores, acerca da condição da mulher fundadas na premissa de uma suposta essência feminina inferior, e postulava a absoluta igualdade entre homens e mulheres como explica Carvalho (2003).

Segundo esse filósofo, o que se deveria julgar seriam as capacidades intelectuais e morais das mulheres. Desse modo, não haveria fundamento natural, como se pregava, para a desigualdade entre os sexos. Se essa posição não era natural, conseqüentemente seria algo adquirido historicamente, logo, passivo de mudanças. Por reconhecerem a posição de submissão como uma tradição, como algo natural, muitas mulheres não questionam as bases que a estabeleceram, principalmente se entendem pelo veio da religiosidade que prega a submissão incondicional da mulher.

De La Barre nega a diferença essencial e reivindica, para as mulheres, o direito a uma educação como a recebida pelos homens e não uma educação que acentue seu estado de submissão. De Carvalho (2003) escreve acerca das palavras de Poulain sobre a forma como as mulheres eram educadas ressaltando o fato de que desde pequenas, as meninas aprendiam as artes da sedução e eram

²² ARISTÓTELES. *Política*, I, 4, 1254

²³ Poulain de La Barre, filósofo francês que publicou, em 1673, o primeiro texto filosófico feminista da cultura ocidental, intitulado *De l'égalité des deux sexes – discours phisique et moral où l'importance de se défaire des préjugés. Dois séculos antes da publicação de Sujeição das mulheres por Stuart Mill.* (Apud: CARVALHO, Maria da Penha. *A defesa da emancipação feminina em Stuart Mill In: Cecília Pires (org) 2003.*)

preparadas para exercer as funções de esposa e mãe, e ainda: “toda a ciência da mulher se reduz a trabalhar com a agulha; o espelho é o seu grande mestre.”

Aquelas mulheres que tinham acesso aos estudos, faziam-no apenas para fugir ao ócio e aprimorar seus dotes naturais. Segundo ele, em vez desse tipo de educação, dever-se-ia propiciar a elas uma educação despojada de preconceitos e que lhes fosse dado o direito ao exercício de profissões e cargos até então inacessíveis.

Outro nome que se destaca, como citado anteriormente, é John Stuart Mill. Filósofo utilitarista que esteve ao lado da causa das mulheres *denunciando sua condição de inferioridade*. Quando escreveu *A sujeição das mulheres* em 1869, evidenciou seu empenho em defesa da causa feminina. Mill reclamava a igualdade de direitos e de valor entre homens e mulheres nas relações públicas, sociais e domésticas. De acordo com esse filósofo, a condição inferiorizada em que se encontrava a mulher não beneficiava em nada a sociedade, pelo contrário, servia como empecilho para o desenvolvimento social.

O argumento de Mill é o seguinte: o pressuposto para ser feliz é ser livre, como se pode ter uma sociedade mais justa e mais feliz se uma grande parte da população (ou maioria) que é constituída por mulheres, encontra-se em uma posição de subserviência?

Apesar da posição de defensor do sexo feminino, Mill, como qualquer outro homem de épocas mais variadas, pensava que a mulher deveria e poderia ser livre para desenvolver suas potencialidades, contanto que isso não interferisse em suas “obrigações” como esposa e mãe. Ou seja, ela deveria gozar dos direitos de ser livre e conquistar o seu espaço na sociedade em que vivia, mas suas atividades deveriam se adequar às suas funções no espaço privado. Pode-se comprovar essa posição do filósofo quando ele diz que

Da mesma forma que um homem escolhe uma profissão, quando uma mulher se casa, pode-se normalmente supor que ela escolhe se consagrar à direção da sua casa e à educação de seus filhos durante o tempo que isso for necessário e que ela renuncie não a todas as outras ocupações, mas a todas as que forem incompatíveis com as exigências dessa tarefa [...] uma profissão fora de casa ou qualquer outra ocupação que não possa se realizar no seu lar.²⁴

²⁴ Mill, 2006, p. 106.

Torna-se evidente que, apesar dos esforços empreendidos por esse filósofo, há uma limitação na 'suposta' liberdade. Mill, apesar de empenhar-se a favor do movimento em prol da emancipação feminina, enfatiza as vantagens da permanência da mulher no lar ao invés de propor uma melhor divisão de papéis no espaço privado. Isso se deve ao estereótipo de que ela é a "rainha do lar" e como tal, precisa administrar a sua casa. E com a recusa da maioria dos homens de se envolverem com o serviço doméstico, as mulheres se encontram na obrigação de remediar a falta masculina assumindo a maior parte das responsabilidades domésticas, acumulando-as com o serviço fora de casa. Passam, dessa forma, a serem vítimas do egoísmo masculino. Como consequência dessa cobrança, experimentam mais *stress* que seus maridos, pois ao homem compete a esfera profissional, à mulher conciliar o *home sweet home* ao interesse e desempenho fora de casa.

2.2 Uma trajetória feita por mulheres

Não há interesse, nesta pesquisa, em detalhar questões históricas ou sociais da mobilização do movimento feminista, apenas examinaremos aspectos que são de relevância para o presente estudo como, por exemplo, a mobilização das mulheres e a forma como a sociedade tem se comportado com respeito a esse movimento social.

O declínio do patriarcalismo presente em nossa civilização (com exceção de algumas culturas que ainda mantém suas mulheres sob o véu da servidão) - apesar de sua teimosia em querer permanecer ativo - é fruto da luta dessas mulheres. Nota-se que há em nossa sociedade uma tendência a descaracterizar o movimento desenvolvido pelas mulheres, transformando a causa feminista em um duelo entre homens e mulheres. Não se pode dizer que se trata de disputa por poder ou conquista efetiva de espaços, vai muito além disso. Pretende-se analisar o que acontece no contexto social procurando-se as possíveis causas para a forma como determinada sociedade se comporta tratando seres humanos com direitos iguais, de modo diferente e levantar questionamentos como, por exemplo: quais fatores legitimam tal comportamento da sociedade?

Com essa motivação, mulheres têm se empenhado em movimentos que visam aos direitos iguais entre homens e mulheres e procuram entender como a sociedade tem se comportado em relação a essas questões e o mais importante: não apenas trazer à tona o problema, mas empreender esforços para que ocorram mudanças de comportamento das pessoas. Pode-se, de certo modo, pensar em dois tipos de lutas: a militância ativa e a luta por meio de escritos.

2.2.1 *A militância ativa*

No que diz respeito à dimensão política, a mulher mobiliza-se para melhorar as suas condições e chances, ou melhores oportunidades na sociedade. Segundo

Soares Carvalho,²⁵ a dimensão política compreende a inter-relação entre o bem-estar e as condições econômicas, sociais e culturais que possibilitam às mulheres disporem integral e livremente da sua capacidade de agenciamento. A condição de agente se realiza pelo respeito e fortalecimento das mulheres. Jussara Prá, ao escrever sob esse aspecto em “O espaço público, gênero e feministas” assegura:

O tema das políticas feministas é um convite à reflexão sobre práticas de ação que buscam promover e garantir a cidadania das mulheres. Dessa perspectiva, focar a questão das políticas feministas requer um olhar voltado para cenários e conjunturas que impulsionam a sua implantação, bem como para as forças sociais e políticas que trazem à tona problemas relativos às discriminações, intolerâncias e subordinações que afetam diferentes segmentos em uma comunidade, sociedade ou nação.²⁶

Uma das lutas iniciais promovida pelas mulheres deu-se não apenas com o objetivo de luta por uma igualdade legal ou contra as restrições dos seus direitos, mas de modo específico, pela eliminação de obstáculos que sempre se interpuseram diante delas, impedindo-lhes o pleno desenvolvimento como pessoas. Reivindicavam o direito ao voto, à uma educação igualitária, à formação profissional tal qual a oferecida aos homens. Como se pode visualizar hoje, os fatos têm demonstrado à sociedade e, de modo bem particular às próprias mulheres, que quando são oferecidas oportunidades e condições propícias, elas desempenham os papéis²⁷ que lhe são destinados com tanta eficiência quanto aos homens. Não se trata de uma simples disputa por igualdade, mas de iguais oportunidades. Diante do exposto, torna-se possível assinalar que do ponto de vista político, a liberdade e a democracia, quando asseguradas a qualquer cidadão independente de sexo, credo religioso ou raça, apenas garantem um ganho à sociedade e não apenas a uma pequena parcela dessa sociedade que são as mulheres.

Como já foi mencionado no início deste capítulo, não será feita nesse estudo uma análise histórica profunda acerca da evolução da movimentação das mulheres

²⁵ SOARES CARVALHO, Marie Jane. *Feminismo, educação e cidadania*. In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali; EGERTT, Edla. (org.). *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2002 p.203.

²⁶ PRÁ, Jussara Reis. *Espaço público, gênero e políticas feministas*. In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali; EGERTT, Edla. (org.). *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2002 p.203.

²⁷ Não se pode desconsiderar o fato de que existem as limitações como por exemplo, certas profissões em que requerem maior força física. O que se reivindica são direitos iguais.

por melhores condições. Serão citados apenas alguns marcos históricos como, por exemplo, durante os anos de 1930 e 1940 em que se preparava e eclodia a Segunda Guerra Mundial. Movidos pela necessidade de mão de obra, já que os homens teriam que ir para a frente de batalha, as pessoas que ficaram em suas cidades deveriam substituí-los durante esse período. As pessoas que restaram com capacidade para produzir, em sua maioria, foram as mulheres. Coube a elas a incumbência de suprir tal necessidade. Como consequência, passaram a ocupar postos até então destinados quase que exclusivamente aos homens. Fato interessante é que, ao terminar a guerra, os homens sobreviventes retornaram aos seus lares e sentiram a necessidade de retomarem seus antigos postos de trabalho. Matos, escreve como se processou essa fase de transição:

Com o final da guerra e o retorno da força de trabalho masculina, a ideologia que valoriza a diferenciação de papéis por sexo – atribuindo às mulheres o espaço doméstico – é fortemente reativada com o objetivo de retirar a mulher do mercado de trabalho para que os homens retornassem a seus cargos. As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação enfatizavam a imagem da “rainha do lar”, exacerbando a mistificação do papel da dona-de-casa, esposa e mãe. Novamente o trabalho externo da mulher foi desvalorizado, tido como complementar ao do homem.²⁸

Ou seja, a aparente valorização acontecia apenas como fruto de uma necessidade imediata. Passada a urgência, no pós-guerra, surge o dilema: o que fazer para recolocar esses homens em seus antigos postos de trabalho? Outro problema despontava: o que fazer com as mulheres operárias? Naturalmente, dever-se-ia substituir as mulheres retirando-as do espaço conquistado de forma menos dolorosa, e o modo mais interessante encontrado foi fazer uma campanha em que se acentuassem as suas qualidades femininas como a maternidade, o comando da casa e o bem estar da família. Torna-se imprescindível, nesse contexto, uma estratégia para retirá-las do espaço conquistado, pois o ‘lugar’ não era delas e, para o “bem de todos e felicidade geral da sociedade” elas deveriam retroceder e ainda sentirem-se felizes pois, independente de atuarem dentro ou fora do espaço privado, seriam amadas e respeitadas por suas famílias.

Como de hábito, as mulheres são manipuladas em seu ponto mais sensível: estavam fragilizadas pelas circunstâncias dolorosas do pós-guerra. Fato interessante

²⁸ MATOS, Auxiliadora; LOPES, Eduardo S. Que gênero é esse?. *Revista UniVap*. São José dos Campos, SP, V. 10, n. 19, 2003.

e, pode-se dizer surpreendente, é que a guerra não apenas as fragilizou, por outro lado, tornou-as mais fortes e cômicas de seus deveres, direitos e sua capacidade de produzir, também, fora do espaço privado.

Convém ressaltar que, apesar de uma aparente adesão ao movimento proposto para que as mulheres cedessem seus lugares aos homens no campo profissional, paralelamente a esse movimento, uma pequena parcela da sociedade manifestava-se em defesa dos direitos adquiridos por essas mulheres.

Nessa mesma época, acontece o primeiro reconhecimento internacional dos direitos femininos, oficialmente, na Carta das Nações Unidas (1945) segundo escreve Eline Jonas,²⁹

Nessa carta estabelece-se o princípio de igualdade entre homens e mulheres. Depois, realizou-se a Convenção da Igualdade de Salários (1951) – que discorreu sobre os direitos políticos, incluindo, em 1952, o direito ao voto – e, em seguida, ocorreu a ampliação dos fundamentos da igualdade, contemplados pelos direitos econômicos e sociais (1967). Anos mais tarde, nas quatro Conferências Internacionais sobre a mulher – a primeira em 1975 – e nas seguintes, os direitos das mulheres foram sendo constantemente ressaltados e reafirmados como direitos humanos fundamentais ao pleno desenvolvimento da sociedade. Em julho de 1993, o final da Conferência Mundial de direitos Humanos, em Viena insiste para que sejam adotados novos procedimentos com o fim de reforçar o cumprimento dos compromissos em favor da igualdade e dos direitos da mulher.

Ao longo dos anos sessenta, instaura-se uma problemática que já não pensa a sexualidade como o lugar fechado de um domínio privado, mas uma relação de poder entre os gêneros, um dispositivo de essência política, constitutivo da ordem patriarcal. Nesse período, há um esforço para fazer vir à tona o modo como as leis, a moral, a psicologia, os papéis relativos à sexualidade convergem para assegurar a supremacia viril e a subordinação das mulheres.

Para alcançar o objetivo de atingir principalmente as mulheres,³⁰ e toda a sociedade, eclodiram grandes mobilizações e as questões mais acentuadas foram sobre a autonomia sexual, a proibição do aborto e as legislações com respeito ao

²⁹ JONAS, Eline. As mulheres como protagonistas de sua história. *Revista Mátria – a emancipação da mulher*. Brasília, edição 1, mar. 2003, p.4.

³⁰ No que tange à luta por uma conscientização da própria mulher que, muitas vezes se recusa a enxergar a sua real condição na sociedade em que está inserida. Se ela própria não visualizar o seu estado de sujeição e entender que pode existir um meio de mudar o rumo da sua história, de nada adiantará um determinado grupo mobilizar-se para requerer dos órgãos competentes mudanças, principalmente nas leis que, de certo modo, beneficiavam aos homens.

estupro e até mesmo sobre as questões da violência dentro do espaço privado. Nesse aspecto, pode-se dizer que houve uma publicitação do privado. Os dramas íntimos, muitas vezes resguardados por preconceitos sociais e ‘políticas do silêncio’, motivadas por uma sociedade movida por aparências, tornaram-se públicos causando uma real visão acerca dos dilemas ocorridos no citado espaço. Além disso, o direito ao controle de procriação foi amplamente debatido. Nesse sentido, a maior disponibilidade e aceitação social dos métodos anticoncepcionais permitiram às mulheres terem menor número de filhos e, naturalmente, começarem a exercer mais controle sobre suas vidas.

No final da década dos anos setenta, teóricos(as) estudiosos(as) sobre o tema mulher e do feminismo começaram a utilizar o termo *gênero*, conceito formulado por Joan Scott e Gayle Rubin, pesquisadoras de língua inglesa. No Brasil, essa nova conceituação foi incorporada pela comunidade acadêmica no mesmo período, como explica Yara Sayão:

A expressão gênero começou a ser usada justamente para marcar que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas de ordem física, biológica. [...] Sexo é atributo biológico, enquanto gênero é uma construção social e histórica. A dimensão de gênero aponta, portanto, para a dimensão das relações sociais do feminino e masculino. E ainda: se as relações homem X mulher são um fenômeno de ordem cultural, podem ser transformadas. E a educação desempenha papel importante nesse sentido.³¹

Não se pode esquecer que a luta das mulheres por direitos iguais é antiga, mas não era integrada no que se pode denominar de “movimento feminista”. Segundo Quad (2003, p. 55), esse movimento é dividido em dois períodos históricos, também chamados de *ondas*. A primeira onda aconteceu no século XIX. Na segunda metade do século XIX, as mulheres da Europa e dos Estados Unidos iniciaram um movimento por seus direitos políticos e sociais. O livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949 é uma importante marca da primeira onda.

A segunda ‘onda’ feminista tem início com a publicação de *A mística feminina*

³¹ SAYÃO, Yara; BOCK, Silvío Duarte. *Relações de Gênero*. Revista Educarede. Disponível em: <http://www.educarede.org.br>. Acesso em: 26 dez. 2006.

de Betty Friedman³². Nessa obra, a autora propõe uma reformulação nas propostas do movimento feminista e também analisa a obra de Beauvoir. Nessa fase, aliam-se a outros segmentos da sociedade com o intuito de unir forças para a conquista de direitos políticos e sociais. Em todo esse período houve um empenho considerável na tentativa de compreender os fatores que contribuíram para essa condição da mulher. Como assinala Quad,

após 1975 e até hoje, 2003, estamos vivendo desdobramentos da segunda onda do movimento feminista. Foi na segunda onda que se começou a falar de gênero. E é atualmente que se fortalece a idéia de pensar as relações entre homens e mulheres e entre o masculino e o feminino a partir de gênero.
33

Houve, na verdade, um longo percurso até culminar na expressão *gênero*. Quando se fala em relações de gênero, são evidenciadas, sobretudo, as características atribuídas a cada sexo pela sociedade e sua cultura. Como não existe a natureza humana fora da cultura, a diferença sexual anatômica não pode mais ser pensada, isolada desse contexto cultural na qual está imersa. Ou seja, falar de relações de gênero é falar das características atribuídas a cada sexo pela sociedade e sua cultura. A diferença biológica é apenas o ponto de partida para a construção social do que é ser homem ou ser mulher. Sexo é atributo biológico, enquanto gênero, portanto, aponta para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino. O conceito de gênero também permite pensar nas diferenças sem transformá-las em desigualdades, ou seja, sem que as diferenças sejam ponto de partida para a discriminação. O fato de poder gerar um filho, por exemplo, não é razão para que as mulheres sejam consideradas superiores ou inferiores aos homens, apenas diferentes.

Como cita Matos(2003), a partir de 1975, Ano Internacional da Mulher, em várias partes do mundo foram realizados grandes eventos: congressos, seminários, debates e conferências cujo tema principal era a condição feminina. O ponto de discussão inicial era a questão da exploração e discriminação da mulher. De acordo

³² Uma das primeiras lideranças internacionais do movimento. Ela defende o papel do trabalho criador para que a mulher assim como o homem possa encontrar-se e reconhecer-se como ser humano com direitos e oportunidades iguais.

³³ QUAD, Daniela. Feminismo: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.59

com essa pesquisadora, buscava-se resgatar a visibilidade do papel histórico, político, social e econômico que fora expropriado da mulher.

Nos anos noventa, o movimento feminista procura reforçar o repúdio à concepção que legitima a diferenciação de papéis, chamando-a de ideológica e reivindicando a igualdade em todos os níveis. Eline Jonas em, *As mulheres como protagonistas de sua história*, explicita acerca da militância durante o período citado que

Em julho de 1993, o final da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena insiste para que sejam adotados novos procedimentos com o fim de reforçar o cumprimento dos compromissos em favor da igualdade dos direitos da mulher. Apesar desse processo de mobilização, de organização e conquista referenciados pelos marcos da igualdade formal entre os homens e mulheres conseguida, na maioria das sociedades ocidentais, hoje, de certa forma, pouco reconhecimento social tem sido dado às mulheres na condição de sujeitos políticos. Ainda não se lhes outorgou integralmente sequer a titularidade desses direitos, cujo exercício permanece condicionado à situação social a que estão submetidas ante as expectativas sociais em relação às responsabilidades específicas de gênero. Mesmo assim, as mulheres estão presentes em todos os espaços da vida cotidiana, o que dá sustentação à sua reivindicação de participação paritária à dos homens nos espaços públicos e a sua efetiva inserção na produção social, elementos visíveis da ampliação de sua consciência e de sua organização para que se rompam os obstáculos rumo à igualdade de fato.³⁴

Diante do exposto, pode-se depreender que há um esforço ou preocupação por parte não só das mulheres, mas da sociedade em definir ações, lideradas por mulheres, que minimizem ou eliminem situações geradoras de desigualdade ou discriminação por se entender que não há nenhum ganho social com essa forma de conduta. Pelo contrário, pois quando se tem pessoas, de qualquer sexo, satisfeitas com a sua condição, os resultados serão melhores.

Além dos movimentos citados, aconteceu em setembro de 1995 em Pequim, a IV Conferência Mundial sobre a mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, convocada pelas Nações Unidas, que deu seqüência à Conferência de Nairóbi de 1985, na qual foram aprovadas as “Estratégias para o Pleno desenvolvimento da

³⁴ JONAS, Eline. *As mulheres como protagonistas de sua história*. Revista Matria – a emancipação da mulher. Brasília, edição 1, março 2003, p.5.

mulher para o ano 2000.”³⁵, O objetivo principal desse movimento era, de modo específico, a promoção da igualdade de gênero. Convém lembrar que ainda estamos vivenciando os desdobramentos da Segunda Onda. O século XXI, segundo a percepção da filósofa Victoria Camps, em *El siglo de las mujeres*, apresenta-se como o século das mulheres. De acordo com o pensamento da autora, o novo feminismo pauta-se em maior acesso à educação como geradora de igualdade de oportunidades e maior mobilidade social.

Apesar dos avanços e da aprovação de leis que beneficiam as mulheres, a sociedade ainda encontra-se arraigada aos antigos costumes, o que faz com que as mudanças esbarrem em empecilhos até mesmo (ou principalmente) no espaço privado. Com efeito, as leis mudam, mas não se percebe uma real mudança nos costumes. Criam-se as leis com o intuito de propiciar condições legais para que as mulheres tenham a oportunidade de acesso a espaços antes reservados ao homem, contudo, nota-se dificuldade de muitas mulheres em assimilar e encarar a oportunidade que está sendo oferecida para elas pelo fato de não darem conta de reagir aos antigos hábitos de estarem submissas a um homem e até mesmo de conciliarem as tarefas domésticas com as funções no espaço público.

Muitas vezes, as condições sociais ou as leis estão a seu favor, mas as cobranças com respeito à questão da necessidade do cumprimento das tarefas no

³³ 1. Declaração de Pequim adotada pela quarta conferência Mundial sobre as mulheres: Ação para igualdade, desenvolvimento e paz (1995). Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006. Parte da declaração:

“ Nós, os Governos, participantes da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres; 2. Reunidos aqui em Pequim, em setembro de 1995, o ano do 50º aniversário de fundação das Nações Unidas; 3. Determinados a promover os objetivos da igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres, em todos os lugares do mundo, no interesse de toda a humanidade; 4. Reconhecendo as aspirações de todas as mulheres do mundo inteiro e levando em consideração a diversidade das mulheres, suas funções e circunstâncias, honrando as mulheres que têm aberto e construído um caminho e inspirados pela esperança presente na juventude do mundo; 5. Reconhecemos que o *status* das mulheres tem avançado em alguns aspectos importantes desde a década passada; no entanto, este progresso tem sido heterogêneo, desigualdades entre homens e mulheres têm persistido e sérios obstáculos também, com conseqüências prejudiciais para o bem-estar de todos os povos. 6. Reconhecemos ainda que esta situação é agravada pelo crescimento da pobreza que afeta a vida da maioria da população mundial, em particular das mulheres e crianças, tendo origem tanto na esfera nacional, como na esfera internacional, 7. Comprometemo-nos, sem qualquer reserva, a combater estas limitações e obstáculos e a promover o avanço e o fortalecimento das mulheres em todo o mundo e concordamos que isto requer medidas e ações urgentes, com espírito de determinação, esperança, cooperação e solidariedade, agora e ao longo do próximo século. Nós reafirmamos o nosso compromisso relativo: 8. À igualdade de direitos e à dignidade humana inerente a mulheres e homens e aos demais propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos, em particular na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e na Convenção sobre os Direitos da Criança, como também na Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres e na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.

espaço privado são mais fortes que as próprias oportunidades ou legalidade. Fato que se deve considerar é que, geralmente, quando as coisas não acontecem dentro dos padrões da normalidade a culpa recai sobre a mãe que não esteve tão presente em casa. Essa é uma das possíveis causas que justificam o receio que muitas delas têm de sair da ‘zona’ de segurança’, convém ressaltar, da falsa segurança, que é o espaço privado. Um outro aspecto, atualmente abordado, é o que diz respeito à necessidade de muitas mulheres, principalmente as mais jovens que não experimentaram as repressões sofridas pelas mais experientes, de deixarem o espaço profissional conquistado com muito trabalho e dedicarem-se mais ao lar, à família em vez de buscarem alternativas de divisão de tarefas com as pessoas que vivem no mesmo espaço familiar.

Não queremos dizer que a mulher deva deixar de ser mulher, ou que abandone seu lar ou que se limite a imitar os homens (desse modo só estaria reforçando o comportamento machista). A proposta hoje não é a de uma sociedade *clônica*, com homens e mulheres iguais, mas defende-se que se deve “*tratar diferente a los diferentes mediante políticas dirigidas a ponderar, de forma comparable el valor de diferentes conductas*”. E ainda: “*tratar diferente a los diferentes es o único modo de abrir el abanico de oportunidades y hacerlo accesible a todos.*”³⁶

Os avanços experimentados em nossa sociedade com respeito às questões de gênero são uma consequência da coragem de muitas mulheres que ousaram sair da ‘margem’ e instauraram um outro discurso – aquele que possibilita a mudança.

2.2.2 Mulheres e seus escritos

Além da militância ativa empreendida pelas mulheres, tão necessária para que a sociedade fosse despertada para o fato de que a condição de subserviência da mulher não poderia passar despercebida ou simplesmente ignorada, era imprescindível o registro, a narração das histórias dessas mulheres com o intuito de disseminar as idéias e ideais das pessoas que possuíam uma melhor visão dessa condição.

³⁶ CAMPS, Victoria. *El signo de las mujeres*. Madrid: Cátedra, 1998

São muitas as histórias de mulheres que não apenas se encantaram no esmero pela beleza física, mas também pela necessidade de desenvolver a arte pelo saber, pelo desejo de fazer da sua existência, algo melhor. Giulia Sissa,³⁷ ao tratar do texto platônico *O Banquete*, quando escreve sobre o paradigma feminino utilizando-se da analogia feita entre “a concepção intelectual, enunciação e parto,” define a beleza como algo que pertence tanto ao corpo quanto à alma e que o sujeito poderá apaixonar-se não apenas por corpos belos mas por algo maior: aquilo que faz com que as coisas ou pensamentos sejam belos. Nesse horizonte, ela escreve: “Enquanto os amores heterossexuais permitem às pessoas reproduzirem-se fisicamente, (...) esse outro amor, o iniciático, tem por finalidade um outro gênero de geração: a dos discursos, dos pensamentos, e muito particularmente dos projetos relativos à justiça e à cidade”. E ainda: Diotima³⁸ declara que “pensar é dar à luz, no momento em que se vence uma resistência, quando cessa a tensão entre um *bebê-logos* e uma *alma/corpo* feminino que resiste à entrega.” Pode-se pensar que esse processo de gerar um discurso de resistência ao padrão estabelecido e produzir palavras, textos ou manifestos é tentar vencer a resistência do corpo que sempre foi treinado para reproduzir falas e não necessariamente para produzir, parir seu próprio discurso. Algumas mulheres, com esse pensamento, manifestaram seu descontentamento com a condição de estar à margem da ala intelectual no decorrer da história e o fizeram de modo específico por meio de escritos. Como diz o ditado, “as palavras voam; os escritos permanecem”. Pode-se iniciar citando Safo de Lesbos (VII –VI a.C.)³⁹, poetisa e educadora, representa a criação da poesia lírica grega em contraposição à poesia épica (Homero), Aspásia de Mileto (470–410a.C), Hipárquia, que escreveu “Cartas e Tragédias”, Hipácia de Alexandria (415 dC). Na mediavalidade (séc. XIV) Hildegarda de Bigen (1098 –1179), Catalina de Siena (1347 -1380), mas um nome que pode ser considerado como pioneiro das

³⁷ SISSA, Giulia. *Filósofas do gênero: Platão, Aristóteles e a diferença dos sexos*. In: *História das Mulheres do Ocidente - Volume 1 - A Antiguidade* (dir. de Pauline Schmitt Pantel). Porto: Edições Afrontamento (Ebradil/São Paulo, 1990, p. 77 -122.

³⁸ Diotima – personagem apresentada por Platão como sábia no diálogo *O Banquete*, onde a teoria do amor apresentada por Sócrates é formulada por uma sacerdotisa que é Diotima. Fato interessante, essa personagem feminina é apresentada como sábia naquele contexto em que quase exclusivamente os homens prevaleciam. Em determinado momento no diálogo com Sócrates, este se referindo a ela diz, após ouvir o seu discurso: “Bem ó doutíssima Diotima, essas coisas, é verdadeiramente assim que se passam?” Pessanha, José Américo M. (sel.textos). *Diálogos/ Platão. Col. Os Pensadores*. Trad. Souza, José Cavalcante de Souza; Paleikat, Jorge; Costa, João Cruz. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. P. 39.

³⁹ Wuensh, Ana Mirian. Existem mulheres filósofas? In: Apostila do Curso de Extensão ‘*As Mulheres e a Filosofia III – Existem mulheres filósofas?*’, CESPE, Universidade de Brasília, 2003. Disponível em: www.unb.br. Acesso em 06 jul. 2006

intelectuais feministas é Cristina de Pizan (1365 – 1431). Ela defendeu o direito das mulheres à educação de forma mais contundente. Sua obra mais conhecida, “A cidade das mulheres” (1405), apresenta um questionamento acerca da autoridade masculina dos grandes pensadores e poetas que cooperavam para fortalecer a tradição misógina. É considerada a primeira autora profissional.

Já na modernidade (séc. XV-XVIII), destacam-se Louise Labé (1524-1566) que escreve, “Sonetos” e “Debate entre a loucura e o amor”. Trata-se de um tipo de manifesto das reivindicações femininas: o direito das mulheres à ciência e outros conhecimentos. Outro nome de relevância é Mary Wollstonecraft (1739-1797)⁴⁰. Produz a obra, dentre outras, “A reivindicação dos direitos dos homens” e, em 1792, “A reivindicação dos direitos das mulheres” considerada sua obra mais importante. Ela defendia o seguinte raciocínio: se as mulheres eram consideradas incapazes de raciocinar adequadamente era porque tinham sido impedidas de fazê-lo por um pernicioso sistema de educação feminina. Também Olímpia de Gouges (1748-1793) escreveu, um de seus livros, “Os direitos da mulher e cidadã”.

Na contemporaneidade (séc. IX-XX),⁴¹ Edith Stein (1891-1942), escreve “Ethos das profissões das mulheres”. Além dos nomes citados, Simone de Beauvoir (1908-1986) foi uma pensadora que muito se destacou nessa época. Empreendeu muitas viagens pelo mundo nas décadas de 50 e 60 a fim de debater sua produção filosófica com grupos políticos e feministas. Além disso, foi colaboradora da revista francesa *Tempos Modernos*. Beauvoir também escreveu “O segundo sexo”, obra de acentuada relevância em que discute a condição feminina. A intenção dessa filósofa era demonstrar que apesar da enorme evolução ocorrida ao longo do século XX, a sociedade parecia negar-se a condenar ou denunciar a condição em que se encontrava a mulher, inclusive as próprias mulheres. O século XX, como bem define a filósofa espanhola Vitória Camps em seus escritos, pode ser considerado como o século das mulheres por perceber o movimento social que tem propiciado maiores conseqüências para a sociedade.

Os escritos dessas e de tantas outras mulheres têm propiciado, em certa medida, condições para que se possa entender a longevidade das questões de gênero, e os fatores que têm propiciado a manutenção da condição da mulher.

⁴⁰ Grimshaw, Jean. *Feminismo e filosofia*. In: *Compêndio de Filosofia*. Org. Nicholas Bunin; E. P. Tsui-James. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2002. P. 727.

⁴¹ Idem 37

Contudo, não se pretende nesse estudo, apenas realçar as antigas dicotomias, mas vislumbrar um cenário em que a palavra tem sido utilizada para manifestar o discurso ou as preocupações sociais e questionar: para que servem tais escritos, apenas para contar histórias, apresentar conceitos ou, a partir da história perceber a possibilidade de construir e disseminar um pensamento não novo, mas com a perspectiva de melhor efetivação? Como escreve Grimshaw (2002), "a produção filosófica surge de interesses e preocupações sociais," então, quando mulheres utilizam a palavra para posicionar-se frente a determinadas situações sociais, fazem-no com o intuito de dizer quem são e qual papel desempenham no ambiente em que estão inseridas. Pedem contas e também apresentam seus argumentos como sujeitos de uma história construída ao longo dos anos, mas que precisa e pode tomar novos e melhores rumos. De acordo com MacIntyre, independente de sexo, "o homem é um animal contador de histórias."

2.3 As mulheres e o uso da palavra

“Absolutamente não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente, a partir do momento em que há uma relação de poder há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação e segundo uma estratégia precisa [...] Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao problema que ela enfrenta; ela é co-extensiva a ele e absolutamente contemporânea.”

Michel Foucault

Cada sistema de dominação cria discursos que o sustentam e até mesmo o justificam. O poder encontra, na palavra, mecanismos para se manter sem o uso da força, uma vez que a manutenção dessa relação de quem manda sobre seus subordinados não delimita ou ocupa um espaço, trata-se de uma relação que se cria. Dessa maneira, a palavra amplia a relação de domínio na medida em que funciona como instrumento para obtenção de apoio, adesão ou até mesmo de submissão. É possível dizer então que a relação de dominação se fragiliza quando o discurso de quem domina perde a força.

Como se pode ler na epígrafe, “se há uma relação de poder há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder, podemos sempre modificar sua dominação e segundo uma estratégia precisa.” Essa possibilidade de resistência é uma hipótese que não pode ser descartada visto que, se há alguém que manda, em contrapartida apresenta-se um outro que é mandado ou subjugado. Sendo assim, entendemos que alguém não deverá estar satisfeito com tal situação. Consequentemente, manifesta-se a necessidade de rebeldia ou rejeição, mas para que isso aconteça faz-se necessário haver alguém com disposição e coragem suficientes para se envolver na situação de conflito. Convém ressaltar que a forma utilizada para esse fim não está restrita apenas ao uso de mecanismos violentos.

As guerras começam quando alguém decide por ela e convence aos seus subalternos o apoio a tal decisão. Mesmo os conflitos mais absurdos eclodem quando alguém consegue argumentar, persuadir e arregimentar correligionários. Se o ser humano foi dotado dessa capacidade de pensar, de ter uma linguagem para

expressar seu pensamento, precisa entender a sua importância. Torna-se possível assegurar que é por meio da linguagem que o ser humano se introduz na existência situando-se no mundo e com os outros. Por meio dela, intermediamos nossas relações. Além disso, a linguagem não é um mecanismo de exercício do poder, mas, sobretudo, um meio de questionamento e denúncia desse princípio de dominação.

É possível considerar que a linguagem, de certa forma, reflete o modo como percebemos, enxergamos a sociedade; as influências que recebemos, a nossa intenção e o agir sobre o outro. Nessa perspectiva, é possível entender a linguagem como a expressão máxima do ser humano.⁴² Desde as necessidades mais elementares como aquelas necessárias a atendê-lo em seu dia-a-dia quanto a sua utilização com propósitos mais complexos como a argumentação para convencer o seu interlocutor acerca do que realmente pretende. Isso é possível porque entendemos ser a fala de alguém sempre intencional. Quando falamos, fazemo-lo de um lugar estabelecido. A esse respeito, explicita Gnerre:

A linguagem não é usada apenas para veicular informações (...) entre outras, possui a função central de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive. As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos.⁴³

Significa, portanto, que a palavra concentra o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico. Esse posicionamento do falante pode ser percebido em discursos políticos, religiosos, no espaço escolar, até na ação das “contadoras de histórias” em que as relações sociais de poder ou subjugação entre falantes e ouvintes, de forma velada, são repassadas a quem ouve. Agindo dessa forma, essas pessoas expressam a sua capacidade humana de se inscrever no mundo como alguém que pode fortalecer os costumes ou romper com eles promovendo uma ressignificação à sua história/memória na medida em que possa entender as causas e conseqüências de seus atos pensa ou impedir que

⁴² Convém ressaltar que, quando falamos em linguagem não nos restringimos apenas à forma falada ou escrita, mas a todo tipo de expressões possíveis, convencionadas por determinado grupo social com o propósito de promover comunicação.

⁴³ GNERRE, Maurizio. *Linguagem, poder e discriminação*. In: *Linguagem, poder e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.3.

as pessoas compreendam realmente o que se quer transmitir.⁴⁴ É importante ressaltar que por meio da linguagem há a possibilidade de comunicar o que se

Em *Linguagem e Ideologia*, Fiorin⁴⁵ defende que as formações ideológicas e discursivas são construídas e atuantes na vida das pessoas. Na obra citada, ele sustenta que:

Uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. Como não existem idéias fora dos quadros da linguagem, entendida no seu sentido amplo de instrumento de comunicação verbal ou não-verbal, essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem. Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é o conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo. Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem lingüística. É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage lingüísticamente aos acontecimentos. Por isso, o discurso é mais o lugar da reprodução que o da criação.

Diante do exposto, torna-se possível considerar que o sujeito traz consigo ou acumula toda essa carga discursiva e ideológica e, conseqüentemente, quando fala, o faz com o propósito de ser ouvido, respeitado ou para exercer influência sobre alguém. Na verdade está, de certa forma, posicionando-se com respeito a algo, a algum grupo específico ou a alguém. Além disso, como o discurso é um produto histórico e social, as transformações na estrutura social são possíveis e podem

⁴⁴ Nesse caso entendemos que, ao contar as histórias, a pessoa repassa as ideologias e modelos preestabelecidos. Por exemplo, ao contar a 'ingênua' história da Bela Adormecida no bosque passa-se a idéia de que ela só despertará ao ser beijada pelo homem, ou seja ele é que detém o poder de trazê-la à realidade. Ela mesma não teria essa competência. Permaneceria eternamente como aquela que apenas dorme, ou seja, ficaria em um estado de torpor, de encantamento. Isso se explica se pensarmos que o indivíduo nem sempre pensa ou fala o que realmente quer, mas o que a realidade impõe que ele pense ou fale.

Sobre essa questão da ideologia perpassada por meio das histórias, Mariana Rodarte (2002) em sua dissertação de mestrado: *Branca, Bela e Gata: a imagem do feminino em três contos de fadas*, explica sobre os papéis muito bem definidos da figura feminina nesse tipo de texto. Segundo a autora, para reforçar a moral da época, as três histórias contam com personagens que encarnam papéis bem delineados. As antagonistas eram velhas e feias e poderosas e sempre pagam por suas maldades no final. Era a caça às bruxas. As mulheres que não se 'enquadravam' eram queimadas. As heroínas eram bondosas, submissas e frágeis. Esse aspecto ajudou a formar o padrão de beleza que ainda hoje pode-se perceber. O homem é o salvador, pois a jovem indefesa precisa de um herói ao seu lado. Ele é o responsável pelo bem-estar da família, enquanto as mulheres se encarregam das tarefas do lar. E ainda: as mulheres que eram bem comportadas casavam-se com príncipes encantados; já as rebeldes eram condenadas à solidão. ou seja, trata-se de um reflexo de uma sociedade machista e patriarcal. Segundo a pesquisadora, as mulheres que não obedeciam aos preceitos estabelecidos eram 'transformadas' em bruxas más, solteiras, velhas e feias. Há uma pesquisa considerável sobre esse assunto. Além da autora citada, pode-se ver: *Relações de poder nos contos de fadas*, de Odimbar Rodrigues. Interessante notar é que esse autor examina a forma de representação da imagem masculina nos contos de fadas com o propósito de trazer à luz as relações de gênero que neles se estabelecem.

⁴⁵ FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1993, p.33

acarretar mudanças discursivas. Desse modo, o ser humano, por meio dessa atividade de indagação, afirma sua identidade: quem é, a qual comunidade pertence e que, também, tem de dar conta de suas atitudes e pedir contas às outras pessoas: qual é o seu papel social, onde, quando, como e porque atua de determinadas formas. Com essa atividade de indagação acerca de quem se é e o papel desempenhado no meio social, deve-se responder pelas atitudes, crenças e valores. Pode-se considerar então que, para cada indagação particular existe uma narrativa para ser escrita/contada.

Essa atitude narrativa da vida humana está marcada por duas questões essenciais, segundo MacIntyre:⁴⁶ por um lado, a teleologia, pois vivemos em face a um futuro possível; e por outro a imprevisibilidade, já que a imagem de futuro não garante o que ocorrerá em cada ação e em cada circunstância. Segundo definição kantiana,⁴⁷

A teleologia como ciência não faz[...] parte de nenhuma doutrina, mas da crítica e, em particular, da de uma faculdade especial do conhecimento, a faculdade de julgar, mas enquanto ela contém princípios a priori, pode e deve indicar o método pelo qual é preciso julgar a natureza segundo princípio das causas finais.

Ou seja, sempre temos uma finalidade em vista da qual orientamos nossas ações. A teleologia contempla o fim último das coisas e ainda procura conhecer os fins com o propósito de melhor julgar as ações que dele se originaram, mas isso não garante uma previsibilidade, pois o ser humano é sujeito a determinadas circunstâncias que podem vir a mudar o curso dos acontecimentos. A previsibilidade consiste, sobretudo, em ‘ver para prever’, em estudar o que é a fim de concluir o que será, mas não é, para MacIntyre, algo definitivo ou simplesmente previsível apesar de que, de modo geral, reconhecer-se que o bem em si mesmo é o fim a que todo ser aspira, resultando na virtude. Todo ser dotado de razão aspira o bem como fim que possa ser justificado pela razão, contudo não há garantia de que, ao final, tal objetivo venha a ser alcançado.

Segundo MacIntyre, subjaz à palavra um ‘eu’ que pensa, um sujeito que se pode chamar de sujeito moral, ou que tem identidade moral. E como tal, deve ter

⁴⁶ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2 Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p.215.

⁴⁷ Kant, Immanuel. *Teleologia*. In: Russ, Jacqueline. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Scipione, 1994, p.288.

umas identidades ou atributos. Ou seja, é alguém que se identifica com os espaços que ocupa ou ocupou e definem a si mesmo e ao grupo quem realmente ele é.⁴⁸ Além disso, a pessoa é reconhecida de acordo com o que diz que é ou faz: a consciência de si passa pelo olhar do outro. Como adverte MacIntyre, “o eu habita um personagem abstraído da história.”

Também não se poderia considerar esse ‘eu’ como alguém que precisa ter a consciência de que vários ‘eus’ exercem, de certo modo, muitas influências sobre ele⁴⁹ pois está situado em determinado lugar e esse pertencimento ao lugar não se restringe a um determinado espaço geográfico, mas não seria constituído nas relações que são criadas? Richard Sennet, ao tratar da “corrosão do caráter” salienta: “um lugar se torna uma comunidade quando as pessoas usam o pronome ‘nós’”. Nessa medida, pode-se pensar nas relações que se estabelecem nesses espaços partilhados pelas pessoas segundo esse autor da seguinte forma: “os laços de confiança são testados quando as coisas dão errado e a necessidade de ajuda se torna aguda”.⁵⁰ Estabelecem-se então as redes ou teias das muitas histórias que se imbricam no desenrolar de tais histórias e as ações dessas pessoas manifestarão a sua identidade tanto pessoal quanto comunitária. Pode-se então considerar tratar-se de pessoas que nasceram em uma comunidade preexistente, dentro de um tempo histórico e portadora de uma tradição. Logo, esse ser age de forma ao mesmo tempo individual e coletiva nesse mundo circunstante.

Buenos Aires (2003), ao comentar esse aspecto, explica que somos o resultado daquilo que herdamos, de um passado específico que está presente de alguma forma em nossa prática diária. Mas não estaria esse sujeito, de certo modo, ‘diluído’ nesse contexto? Segundo o texto macintyreano, citado por Buenos Aires,

o fato do eu encontrar sua identidade moral mediante o seu pertencer a comunidades como a família a vizinhança, a cidade e a tribo não significa que esteja preso às limitações da particularidade daquelas formas de

⁴⁸ A filósofa Victoria Camps em *El siglo de las mujeres*, compactua com esse pensamento quando escreve que esse eu que pensa é alguém que é sujeito de sua história, um sujeito moral, com identidade moral. Ou seja, é alguém que se identifica com os espaços que ocupa.

⁴⁹ Corre-se um risco sob esse aspecto de condenar o sujeito à diluição daquilo que ele realmente é, até mesmo pensar que, ao final não teria personalidade própria ou seria um simples “Maria-vai-com-as-outras.” Na verdade, o que estamos defendendo é que a pessoa pertence a um lugar e está sócio/historicamente situado, desse modo, precisa pensar e entender que tipo de pessoa é ou pretende se tornar. Não seria a eliminação das diferenças, ao contrário, mesmo sentido a diferença do outro torna-se imprescindível pensar nesse ‘nós’ e aprender a ouvir e respeitar o outro. “não há comunidade enquanto não se reconhecem diferenças dentro dela” ao invés de se construírem sociedades clônicas.

⁵⁰ RICHARD, Sennett. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 169.

comunidade, que não possua qualquer capacidade crítica e esteja condenado às determinações da particularidade social em que está mergulhado.⁵¹

Os próprios contextos requererão da pessoa um posicionamento moral diante dos outros e também de si mesma além de respostas a questionamentos como: qual atitude tomar, ou em que tipo de pessoa devo me tornar manifestarão a identidade dessa pessoa. Dessa forma, torna-se imprescindível ao ser humano perceber-se como participante de uma comunidade e, como tal, deve adquirir e cultivar o exercício das virtudes. Entende-se virtudes como uma disposição da vontade, mas torna-se imprescindível pensar em que consiste realmente esse ato virtuoso: seria o ato bom em si mesmo ou com determinadas finalidades? Perini (1992), ao tratar das virtudes sob a ótica de MacIntyre, esclarece que “geralmente, adotar uma posição acerca das virtudes será adotar uma posição acerca do caráter narrativo da vida humana”⁵². É possível considerar que é por meio das narrativas de alguém que se pode evidenciar esse aspecto virtuoso. Os atos e suas causas ou conseqüências manifestariam a condição de virtude ou sua ausência nas atitudes da pessoa; se houve uma disposição ou predisposição para perfazer o bem.

Fazer a opção pela busca da virtude implica uma escolha que se manifesta na forma de uma decisão racional de cultivar ou inibir emoções e desejos. Dessa forma, ao exercitar tais qualidades, naturalmente estará a pessoa desenvolvendo o autocontrole – isso não quer dizer que até esse momento estaria em uma condição de descontrole, mas no sentido de encontrar-se em uma condição de maturidade/maioridade. Esse indivíduo é alguém que desempenha um papel em seu meio social e como tal precisa ir além do que lhe é destinado fazer. MacIntyre, em *After Virtue*, evidencia que

A pessoa que faz apenas o que deve se dirige constantemente rumo ao destino e à morte. É a derrota, e não a vitória, que o aguarda no fim. Entender isso já é uma virtude; de fato, entender isso faz parte da coragem. Mas em que consiste esse entendimento? O que se teria entendido se as ligações entre coragem, amizade, fidelidade, a família, o destino e a morte fossem compreendidos? Certamente, que a vida humana tem forma determinada, a forma de certo tipo de história. Os poemas e as sagas não narram

⁵¹ BUENOS AIRES, Helder. *Comunitarismo, Liberalismo e Tradições Morais em Alasdair MacIntyre*. In. OLIVEIRA, Manfredo (org.). *Filosofia Política Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. P. 301:

⁵² PERINI, Marcelo. *Virtude, justiça e racionalidade. A propósito de Alasdair MacIntyre*. Síntese Nova Fase, Belo Horizonte. V.19 n 58, 1992.

simplesmente o que acontece com homens e mulheres, mas em sua forma narrativa os poemas e as sagas captam uma forma que já estava presente nas vidas que relatam.⁵³

Fazer apenas o que deve poderá ser definido como uma forma de não fugir às regras estabelecidas e assim exercer um controle exacerbado sobre as circunstâncias, coisas ou até mesmo as pessoas. Seria um modo de saber exatamente quais serão as conseqüências de cada ação e só assim sentir-se segura. Não se poderia reputar tal tipo de comportamento como bom simplesmente porque se adaptaria aos moldes preestabelecidos de que as pessoas devem seguir normas para, ao final de suas ações, serem premiadas. Ao contrário, seria apenas uma acomodação, conseqüentemente, e não uma atitude virtuosa, ou um ato de coragem. Ao fazer a alusão às sagas e aos poemas, MacIntyre sugere que vencer é muitas vezes uma maneira de perder. Como acontece com as histórias fictícias ou não: para enfrentar o canto das sereias é necessário aprisionar-se para encarar o perigo e prevalecer. Então, pode-se sustentar que ter uma atitude de coragem é não se acomodar diante das adversidades, pois nesse caso seria apenas uma atitude de covardia, de temor diante das dificuldades.

Esse é um comportamento típico de muitas mulheres. Por preferirem permanecer na 'área de segurança' não ousam questionar as causas de determinadas atitudes da sociedade com respeito à sua condição de sujeição. Convém ressaltar que não estamos falando do controle de um homem ou de uma tradição sobre a mulher, mas a própria mulher, muitas vezes recusa-se a definir-se como um ser humano portador de uma identidade por temer 'sair da margem', do lugar seguro a penetrar em um espaço onde poderá haver surpresas. Esse não seria, portanto, um ato virtuoso.

Diante do exposto, podemos entender que é imprescindível que a mulher tenha consciência de sua condição e que tenha o direito de fazer escolhas como é

⁵³ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2 Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p.124 – “The man therefore who does what he ought moves steadily towards his fate and his death. It is defeat and not victory that lies at the end. To understand this is itself a virtue; indeed it a necessary part of courage to understand this. But what is involved in such understanding? What would have been understood if the connections between courage, friend-human life has a determinat form, the form of a certain kind of story. It is not just that poems and sagas narrate what happens to men and women, but that in their narrative form poems and sagas capture a form that was already present in the lives wich they relate”. **Obs.** Faremos a tradução dessa obra algumas vezes onde estiver escrito: trad. nossa, e outras vezes utilizaremos a tradução de Jussara Simões em: MacIntyre, Alasdair. *Depois da Virtude*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

conferido ao homem, mesmo se essa escolha implicar em servir voluntariamente por esperar bens ou garantias, por não ter coragem suficiente para arriscar sua aparente segurança. Victoria Camps, a ao tratar desse assunto, faz a seguinte declaração:

No debe haber una sola forma de emancipación de la mujer, lejos de mi intención está defender lo contrario. Ni siquiera debe ser obligatorio emancipar-se si una no lo desea y prefiere vivir sujeta a las servidumbres teóricamentemás dignas. Lo único que hai que exigir hasta conseguirlo es que la opción entre distintas sujeciones le sea dada a cualquier mujer del mismo modo que le es dada a un varón.⁵⁴

Segundo essa filósofa, as mulheres precisam ter consciência de sua condição de participantes na sociedade com direitos e deveres e, lembrar-se de que, por meio da palavra, poderão desconstruir conceitos e desmitificar esquemas conceituais arraigados na sociedade com relação às questões de gênero e, até mesmo conduzir seu discurso promovendo um novo modelo de conduta social no que diz respeito às questões de gênero. Cabe ressaltar que, nas relações sociais, domina com mais facilidade, quem melhor articula ou utiliza de forma adequada a palavra. Isso ocorre em qualquer tipo de relação nas mais diversas instâncias sociais. Na verdade, esse tipo de domínio acontece no momento em que o ser humano percebe o outro como igual,

Isso significa que o poder que se estabelece por meio da palavra é mais difícil de ser subvertido justamente porque não permite ao dominado ver-se como tal, já que o poder dá-se, pela palavra, na forma de persuasão. Não se trata de pensar que o discurso é capaz de promover mudanças nas estruturas sociais, mas é necessário entender ou não ignorar que as relações criadas por tais estruturas se originam e se sustentam discursivamente, podendo a linguagem ser instrumento de opressão ou de libertação; de mudança ou de manutenção desse poder estabelecido. Se há a percepção de que existem condições dialógicas, se pode haver um processo interativo⁵⁵ entre os sujeitos que estão no poder quanto aos seus

⁵⁴CAMPS: *El siglo de las mujeres*, 1998, p. 138.

⁵⁵CARDOSO, Silvia Helena Barbi. Discurso e ensino. Belo Horizonte: Autêntica. 1999. O conceito de interação é constitutivo dos sujeitos e da própria linguagem. A palavra é ideológica, ou seja, a enunciação é ideológica. É no fluxo da interação verbal que a palavra se concretiza como signo ideológico, que se transforma e ganha diferentes significados, de acordo com o contexto em que ela surge. Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso que funciona como um espelho que reflete e refrata o cotidiano. A palavra é a revelação de um espaço no qual os valores fundamentais de uma dada sociedade se explicitam e se confrontam.

subordinados, instaura-se a possibilidade de pensar que as estruturas que o sustentam podem ser modificadas dependendo de quem está sendo regido por elas. Ou seja, se há a democratização dos espaços na sociedade, a palavra manifestada com maior potência gerará melhores resultados.

Sob essa ótica, pressupõe-se que só poderá haver um confronto ou diálogo se houver a possibilidade de um discurso democrático, se suas condições forem propícias a esse processo dialógico, intractante, o poder da palavra tornar-se-á cada vez maior. Contudo, isso só poderá acontecer se houver a democratização em suas relações. No que diz respeito às mulheres, o espaço mais perceptível e mais próximo é o espaço privado em que as relações de poder, de alienação e subjugação são mais bem delimitadas: são as relações entre marido/esposa, pais e filhos e estendem-se ao espaço público. Se há domínio é porque houve um processo de alienação, de manutenção de um discurso que é sustentado por um sistema de dominação. Isso acontece em todas as esferas da sociedade: onde houver alguém que comanda, haverá um outro que é conduzido à obediência e é por meio da palavra que tais relações se fundamentam. Em seu livro, *Linguagem e Ideologia*, Fiorin⁵⁶ entende que

Comunicar é agir num sentido mais amplo. Quando um enunciador reproduz em seu discurso elementos da formação discursiva dominante, de certa forma, contribui para reforçar as estruturas de dominação. Se se vale de outras formações discursivas, ajuda a colocar em xeque as estruturas sociais. No entanto, pode-se estar em oposição às estruturas econômico-sociais de uma maneira reacionária, em que se sonha fazer voltar o mundo que não mais existe, ou de uma maneira progressista, em que se deseja criar um mundo novo. Sem pretender que o discurso possa transformar o mundo, pode-se dizer que a linguagem pode ser instrumento de libertação ou de opressão, de mudança ou de conservação.

Como se pode-se perceber no texto citado, comunicar é agir, é colocar-se em uma posição de não/passividade. Infelizmente, a palavra foi usada, durante séculos, para traçar/narrar um perfil da mulher submissa, sobretudo quando faz remissão a uma submissão como o real exercício da sabedoria feminina⁵⁷. Sob esse aspecto

⁵⁶ FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1993. p.75

⁵⁷ Entende-se aqui a expressão “sabedoria feminina” como o jeito muito peculiar que, geralmente, as mulheres possuem para conduzir determinados problemas ou dificuldades, e não necessariamente uma sabedoria como específica das mulheres. Seria um tipo de sabedoria adquirida por meio de uma educação que assegurava esse título de mulher sábia àquelas que se submetiam aos seus maridos para que houvesse sossego em suas casas.

ressaltavam-se as ‘virtudes femininas’: a obediência, o silêncio e a fidelidade como um dos méritos da mulher. A percepção dessa condição de sujeição pode ser uma das possíveis vias para a sua superação por meio de um desenvolvimento racional a fim de mudar convicções e paradigmas solidificados durante séculos. Desse modo, pode-se propiciar mecanismos de mudança em tal estado de dominação.

Uma das características marcantes da mulher sempre foi a sua capacidade e habilidade para falar sobre as coisas que vivencia, seus dilemas, suas dores ou conquistas. Contar histórias, durante muito tempo foi e ainda perdura em muitas comunidades uma prática, geralmente, típica das mulheres, mas essa competência precisa ser canalizada para o desmascaramento da sua condição não privilegiada na sociedade e não apenas como veículo de repasse de ideologias e costumes cristalizados na sociedade, como por exemplo a manutenção da condição de submissão da mulher. Como é uma prática de cunho cultural não se pode pensar que se trata de um costume negativo ou ruim, o que se pretende é repensar como essa prática vem sendo desenvolvida na sociedade. Segundo Pateman (1993:15), contar histórias de todos os tipos é a principal forma desenvolvida pelos seres humanos para atribuírem sentido a si mesmos e à sua vida social. Além disso, como já mencionamos anteriormente, a palavra concentra o poder de construir, reconstruir, desconstruir conceitos e ainda desmitificar esquemas conceituais arraigados na sociedade.

Eggert faz uma observação a respeito dessa leitura da história das mulheres e da necessidade de um posicionamento por parte de quem consegue enxergar essa relação da seguinte forma:

enquanto ficarmos com a leitura constatadora sobre o que foi inscrito a respeito das mulheres por meio da escrita dos homens nos textos clássicos, estaremos talvez limitando nosso diálogo com a Sofia. Desejo e conhecimento se fundem. Acredito que não precisamos seguir a Maria – que foi inscrita/ escrita como símbolo da salvação por meio da maternidade – Lucas 2.19: aquela que guarda tudo em silêncio.⁵⁸

Sábina era aquela que, em detrimento de seus anseios, precisava evitar discussões, sujeitar-se e, conseqüentemente, promover a felicidade do lar.

⁵⁸ EGGERT, Edla. *Narrativa: uma filosofia a partir das experiências das mulheres?* In *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2002, p. 195.

Como explicitamos neste capítulo, a luta das mulheres deu-se por meio de militância ativa e também por meio de discursos⁵⁹ que têm feito aflorar as estruturas de dominação das relações patriarcais. Principalmente, por entender que apesar de muitos segmentos da sociedade tentarem até ridicularizar a palavra dos dominados, no caso – das mulheres⁶⁰ – elas e também alguns homens têm perseverado em várias áreas do conhecimento humano no intuito de entender os fundamentos de tal dominação para propiciar condições para as mudanças necessárias. Como bem escreve Eggert, não precisamos guardar tudo em silêncio, ao contrário, é imprescindível narrar as histórias, o dito e o ‘não-dito’ para promover mudanças.

⁵⁹ De acordo com Fiorin (1993: 11) discurso são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psico-fisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso.

⁶⁰ Como cita Tiburi; Menezes; Eggert, (2002:10): “Alguém poderá aproveitar a piada dizendo que o tema “mulher” corresponde a essa metafísica (a das questões inexistentes)”

3.0 NARRATIVA E EXISTÊNCIA

Sonhamos em forma de narrativa, fantasiemos em narrativa, recordamos, prevemos, desejamos, nos desesperamos, duvidamos, planejamos, reconsideramos, criticamos, inventamos, bisbilhotamos, aprendemos, odiamos e amamos por meio de narrativas.

Barbara Hardy

É possível declarar que existimos em forma de narrativa. Desde a mais simples conversa, em que os participantes estabelecem princípio, meio e fim, como nas obras literárias, as narrativas contêm inversões e reconhecimentos; dirigem-se ao clímax e dele se afastam. É certo que, numa conversa, muitas vezes pode haver desvios e até mesmo subtramas, como se as cenas se reproduzissem em vários planos. Não só nas conversas, como também em qualquer atividade que se venha desenvolver, há sempre um narrador. Sendo assim, pode-se inferir que a forma narrativa é necessária para que se entenda os próprios atos e os das outras pessoas.

Para MacIntyre, as narrativas referem-se tanto às conversas, em especial, quanto aos atos humanos, em geral, como narrativas encenadas. Segundo esse autor, “Narrativa não é obra de poetas, dramaturgos ou romancistas que ponderam sobre fatos que não tinham ordem narrativa antes de lhes ser imposta pelo cantor ou pelo escritor; a forma narrativa não é disfarce nem decoração.”⁶¹ Pode-se inferir, sob esse aspecto, que a diferença entre a ficção e a história de uma vida estabelece-se da seguinte forma: o ser humano vivencia as suas histórias antes de narrá-las.

Esse posicionamento de MacIntyre em defender que tudo o que fazemos pode ser entendido como formas narrativas encontra apoio nos textos de Barbara Hardy⁶², especialmente quando ela declara que todas as ações humanas e até sonhos e sentimentos poderão ser traduzidos ou exteriorizados em forma narrativa. Para exemplificar essas considerações, MacIntyre sustenta:

⁶¹ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2. Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p.211

⁶² Ver: HARDY, Barbara. *Towards a Poetics of fiction: An approach through narrative*. Novel, 2, 1968, 5 –14.

O comportamento conversacional não é o tipo ou aspecto especial de comportamento humano, embora as formas de uso da linguagem e de vida humana sejam tais que os atos das outras pessoas falem tanto por elas quanto suas palavras. Isso só é possível porque são atos daqueles que têm palavras.⁶³

O exposto põe em evidência o fato de que tanto as conversas quanto os atos humanos são como encenações, e podem ser caracterizados como narrativas, e as narrativas é que darão conta de contextualizar os atos humanos. Ele dá um exemplo bem elementar quando diz que, se em meio a uma aula sobre Kant ele se pusesse a quebrar ovos em uma tigela, seu ato seria reputado como ininteligível e a inteligibilidade só seria possível se ele interviesse fazendo considerações, ou narrando quais as suas reais intenções ao praticar tal ato em uma sala de aula de Filosofia. Como já foi explicitado, o ser humano vivencia as suas histórias antes de narrá-las e a história narrativa de certo tipo revela-se o gênero fundamental e essencial para a caracterização dos atos humanos.

Essa posição de MacIntyre com respeito à definição de que as histórias são vividas e depois narradas encontra resistência em alguns debates recentes como se pode observar no trecho citado pelo próprio MacIntyre:

Louis Mink (1970, 557), ao discordar da tese de Bárbara Hardy, quando ela diz que vivemos em forma de narrativas, afirmou: “as histórias não são vividas, porém contadas. A vida não tem início, meio e fim; há encontros, mas o início do caso pertence à história que contamos a nós mesmos mais tarde, e há separações, mas separações derradeiras somente na história. Há esperanças, planos, batalhas e idéias, mas só em histórias retrospectivas, as esperanças não se realizam, os planos fracassam, as batalhas são decisivas e as idéias são seminais. Só na História é a América que Colombo descobre, e somente na história perde-se o reino pela falta de um prego.”(trad. nossa)⁶⁴

MacIntyre se opõe de forma enfática a esse respeito ao sustentar que devemos concordar que é só retrospectivamente que se pode caracterizar as esperanças como não realizadas ou as batalhas como decisivas. E também que,

⁶³ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2 Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p.211

⁶⁴ Idem, p.212.

tanto na vida quanto na arte as histórias acontecem em determinado momento e têm seus desfechos e se entrelaçam. Ou seja, a minha história encontra-se imbricada às histórias de outras pessoas que vivem em determinados contextos em um tempo determinado. Sou a irmã de Maria, que é casada com Pedro, que é o diretor de um colégio e assim por diante. Além disso, ele ressalta acerca da morte assinalando que esse é um estágio final da vida das pessoas. Não só na morte, até mesmo as separações, como por exemplo, um casamento quando é dissolvido - de fato há uma separação, há um ponto final em tal história. As histórias têm um final. Ele ainda diz que: “A verdade é que, ao considerar determinado acontecimento como início, meio ou final, nós lhe atribuímos uma importância que pode ser discutível.” (trad. nossa)⁶⁵

A dificuldade acerca do ponto de vista macintyreano poderia residir no fato de que a minha história participa da fronteira ou protagoniza vários papéis como já assinalamos. A esse respeito, MacIntyre mais uma vez assegura que “cada um de nós, sendo o protagonista de seu próprio drama, tem papéis coadjuvantes nos dramas de outras pessoas, e cada drama restringe os outros de várias histórias”.

Na verdade, Barbara Hardy compactua com o mesmo pensamento de MacIntyre no que diz respeito à forma narrativa como o meio necessário para atribuir sentido às histórias de cada pessoa, com defende o próprio MacIntyre, de modo específico, no capítulo quinze de *After Virtue*. Nesse capítulo, o autor argumenta que

Ao identificar e compreender o que alguém está fazendo, sempre acrescentamos um episódio de um conjunto de histórias narrativas ao contexto, histórias tanto dos indivíduos envolvidos quanto dos cenários nos quais praticam e sofrem a ação. Agora está se tornando claro que tornamos inteligíveis os atos de outras pessoas dessa forma porque o ato em si tem um caráter fundamentalmente histórico. É porque todos vivemos narrativas na nossa vida e porque entendemos nossa própria vida em termos de narrativas que vivenciamos que a forma narrativa é adequada para se entender os atos de outras pessoas. As histórias são vividas antes de serem contadas – a não ser em caso de ficção.⁶⁶

Ele assegura que a pessoa é personagem de várias narrativas ao mesmo tempo, algumas delas embutidas ou imbricadas em outras. Por exemplo: Maria é esposa de João e com ele teve três filhos que já estão crescidos e têm um lar bem

⁶⁵ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2 Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p.212

⁶⁶ Idem, p 212.

estruturado, mas também Maria é professora em uma determinada escola e faz parte daquela comunidade. Aí se desenrola outra história paralelamente à da Maria que é mãe e esposa de João. Nos finais de semana, Maria dá aulas na escola dominical de sua igreja e participa ativamente daquela comunidade onde é respeitada, amada. Essa mesma Maria também sofre por ter uma irmã que tem graves problemas de relacionamento com o marido. Ou seja, são histórias que estão imbricadas e a cada narração das facetas da vida de Maria lhe confere inteligibilidade. Se alguém chegasse à escola onde ela trabalha e dissesse que Maria estava triste apenas, não se poderia entender realmente a origem de sua tristeza se a narração das causas não fossem explicitadas. Sobre esse aspecto diz MacIntyre:

Pode-se descobrir (ou não descobrir) que tal pessoa é personagem de várias narrativas ao mesmo tempo, algumas delas embutidas em outras. Ou, repito, o que parecia ser uma narrativa inteligível na qual se estava interpretando um papel pode transformar-se completa ou parcialmente numa história de episódios inteligíveis.⁶⁷

Quando os papéis que as pessoas desempenham são situados nos ‘cenários’ ou contexto, a narração encontra respaldo na própria existência. Esses atos vão sendo desenvolvidos em um espaço e em um determinado tempo histórico. Logo, podemos inferir que a idéia de história é tão importante quanto o ato em si. Acerca desse conceito de história assegura MacIntyre:

O que chamo de história é uma narrativa dramática encenada, na qual os personagens também são autores. Os personagens, naturalmente, nunca começam literalmente *ab initio*; eles mergulham *in medias res*, o início de sua história já feito para eles por quem ou pelo que passou por ali antes.” E ainda: [...] A diferença entre personagens imaginários e reais não está na forma narrativa do que fazem; está no nível da autoria daquela forma e de seus próprios atos. É claro que, assim como não começam onde lhes agrada, também não podem prosseguir exatamente como lhes aprouver; cada personagem sofre restrições de atos de outrem e dos cenários sociais pressupostos em seus atos.⁶⁸

Os acontecimentos ou narrativa da vida de alguém têm início em determinado contexto social e histórico já em atividade, então, o desenrolar de sua história

⁶⁷ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2. Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p.214.

⁶⁸ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2. Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p. 215. (trad. nossa)

dependerá de certas circunstâncias já existentes porque essa pessoa não apareceu no 'meio do nada'. Ela terá a sua história inserida em um contexto histórico e social que já estava em atividade.

Nesse horizonte, podemos dizer que a identidade pessoal ou comunitária instaura-se mediada pela identidade narrativa, ou seja, o tipo de identidade à qual um ser humano acede graças à função narrativa. Apoiada nesse contexto ou como denomina MacIntyre, cenário, que são os fatos que elucidam a história de alguém, torna-se possível entender que a vida da pessoa torna-se mais clara quando interpretada em função das histórias que se contam a seu respeito. Essa atividade de memória, que se pressupõe ser a atividade que possibilitará a narração, é contemplada, de certa forma, por Montefiore⁶⁹ quando defende que

Uma capacidade geral da memória é, seguramente pelo menos, uma condição necessária para ser uma pessoa na maior parte dos sentidos do termo; quando essa capacidade desaparece, como nos estágios finais da doença de Alzheimer, alguns acham que a própria doença desaparece. (Em outras palavras, quando não há *idem* - ou identidade física - que o *ipse* seria capaz de reconhecer ou de lembrar, tampouco pode haver *ipse*, ou identidade reflexiva por consciência da identidade. De fato, não é simplesmente a capacidade de lembrar-se que é crucial, mas a capacidade muito geral de integrar-se (ou se sintetizar-se) a si mesmo através do tempo. Também aí, muitos filósofos, como Jean-Paul Sartre e Bernard Williams, sublinharam com insistência, de maneiras muito diferentes, o quanto é importante, para ser capaz de imaginar-se realizando, se tudo correr bem, ao menos alguns desses projetos.

Partindo desse princípio, é possível dizer que as histórias da vida de alguém tornam-se mais legíveis quando aplicados modelos narrativos como ocorre nas histórias comuns. A interpretação de si mesmo não encontraria na narrativa uma mediação de bastante significância? Cada pessoa inicia uma nova história, apesar dessa história fazer parte de tantas outras e podemos pensar que o desejo de resguardar as histórias/memórias nos impulsiona a contar e contar para não imergir no esquecimento ou até mesmo para conferir significância aos atos. Essa suposição encontra apoio nas considerações feitas por Matos ao tratar desse tema:

A intuição do efêmero, a percepção da transitoriedade e a necessidade de resguardar do esquecimento o que merecia glória imortalizante, transmitindo-a no fio das gerações, revelam que o homem não é por si só zoé - vida

⁶⁹ MONTEFIORE, Alan. *Identidade moral: a identidade moral e a pessoa*. In: *Dicionário de Ética e filosofia Moral*. CANTOO-SPERBER, Monique, (org.) São Leopoldo: UNISINOS, 2003. p. 777.

natural nua – mas também, e sobretudo, *bios*. À diferença dos animais e plantas, tem vida biográfica, tem história e imaginação.⁷⁰

Nesse movimento de narrar, o ser humano se entrega à rememoração não apenas para recuperar o tempo perdido ou lamentar o passado, mas muitas vezes para buscar-se a si mesmo e fazer projeções sobre o futuro a partir de um dado presente. Rememora, reconstrói um passado e projeta as ações para o futuro. A esse respeito, Matos, ao escrever sobre a teoria da narração de Walter Benjamin, chama a atenção ao escrever que

Na narrativa, o passado entrecruza-se com o presente, o-já-sido com a trama do atual - o tempo presente que o recorda como “raios ultra-violeta, a lembrança mostra a cada um, no livro da vida, uma escrita que, invisível, na condição de profecia, glosava o texto [...] a história das coisas feitas só sobrevive se for narrada, se o que é dito for bem dito. [...] a narrativa apresenta-se como memória; o pensamento narracional não reduz situações complexas a conceitos, sacrificando suas vozes, mas reconstitui, pela imaginação, seus significados.⁷¹

Essa presentificação do passado justifica-se porque os atos de alguém, hoje, são o reflexo do seu legado e, conseqüentemente exercerão influência nas suas atitudes futuras. Nesse sentido, a memória funciona como um mecanismo e intérprete para as ações no presente. Podemos então entender a narração como um suporte para a compreensão dos atos de alguém, ela é que lhes confere sentido pois apresenta os motivos ou o que exerceu influência sobre as suas ações.

É interessante notar a forma como o próprio MacIntyre inicia o seu livro *After Virtue* fazendo a narração de uma possível catástrofe e responsabiliza os cientistas pela tragédia. Ele apresenta os esquemas conceituais, segundo sua visão, estilhaçados porque estão destituídos dos contextos que lhes conferiam significado. Utiliza a forma narrativa para nos transmitir sua idéia acerca da moralidade contemporânea através de uma metáfora, como é possível verificar no excerto:

⁷⁰ MATOS, Olgária. *A narrativa: metáfora e liberdade*. In. *O avesso da liberdade*. Org. Aduino Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 306.

⁷¹ Idem, p. 306 e 309.

Imaginemos que as ciências naturais viessem a sofrer as conseqüências de uma catástrofe. A opinião pública culpa os cientistas por um série de calamidades ambientais [...] Por fim, um movimento político Know-Nothing assume o poder. [...] A hipótese que quero apresentar é a de que no mundo real que habitamos a linguagem da moralidade está no mesmo estado de grave confusão, da mesma forma que a linguagem das ciências naturais no mundo imaginário que descrevi. O que possuímos são os fragmentos de um esquema conceitual, partes às quais atualmente faltam os contextos de onde se extraiu seu significado.⁷²

Como sustenta o texto macintyreano, a forma narrativa é natural e inerente ao homem e a utilizamos para iluminar ou explicitar o contexto onde ocorrem as ações conferindo-lhe a significância necessária. Segundo a hipótese da desordem apontada, a fragmentação da própria moralidade justifica-se porque no decorrer do tempo e com as naturais mudanças faltou inteligibilidade pois o contexto que lhe conferia significado foi destituído, já não existe. Com isso não se teria uma real compreensão da moralidade. Na verdade, MacIntyre narra sua inquietação acerca da situação mencionada.

Para defender esse ponto de vista, ele faz uma narração sobre grandes homens e fatos históricos de importância para a humanidade a fim de confirmar sua teoria. Lídia Figueiredo,⁷³ comentadora desse filósofo, utiliza a forma narrativa para apresentar a obra escrita por MacIntyre. Ela salienta que

La narrativa filosófica de MacIntyre se materializa en una gran variedad de narrativas particulares, que versan sobre Homero, Platón, Sófocles, Aristóteles, Pericles, San Agustín, Tomás de Aquino, Eckhart, Ockham, Vico, Benjamin Franklin, Hume, Jane Austen, Kierkegaard, Nietzsche, Freud, Heidegger, T. S. Jun, Michel Foucault, Paul de Man. De ellas algunas muy breves, insertas en otras; pero hay relatos de mayor aliento. Unas y otros son urdidos según líneas temáticas: a moral y las virtudes la naturaleza de la racionalidad; la filosofía del conocimiento etc.

Acerca da importância da narração, também Walter Benjamin defende que a narrativa “*conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver*”⁷⁴. Ou seja, a narração possui um gérmen de vida, ele a compara às sementes de trigo encontradas após milênios nas câmaras das pirâmides do Egito e

⁷² MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2 Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p. 1 e 2. (Trad. Jussara Simões).

⁷³ Figueiredo, Lídia. *La filosofía narrativa de Alasdair Macintyre*. Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), Pamplona, 1999.

⁷⁴ BENJAMIN, Walter. *O narrador – considerações sobre a obra de Nicolai Lescov*. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. P. 204.

que, até hoje, ainda conservam suas forças germinativas. Em *O Narrador*⁷⁵, Benjamin menciona o “contador de histórias”, hoje “conselheiro sem ouvintes”⁷⁶, presente em uma tradição que era compartilhada pela continuidade da palavra transmitida de pai para filho.

As histórias não eram simplesmente lidas ou ouvidas, mas escutadas e seguidas. Essa capacidade de dar e receber conselhos constituía fator de orientação na vida e no pensamento. O tempo da narração não dualiza lendas e mitos, por um lado, história coletiva do outro, não separa tradição oral e conceitual, o dizer do crer.⁷⁷

Sob esse ponto de vista, podemos entender que a capacidade de contar histórias, esse processo de lembrar/esquecer/rememorar vai configurando nossa identidade como seres humanos que somos. Na verdade, o pensamento narracional nos permite entender que as histórias são ‘colhidas’, tecidas do nosso dia-a-dia. Não se trata de um simples comando, ou simples ato de contar uma história qualquer, são histórias que têm ou exercem influências sobre quem as conta ou ouve. Como se pode notar no excerto, essa capacidade narracional constitui fator de orientação na vida e no pensamento. Isso porque a narrativa comporta uma “sabedoria prática” por ajudar as pessoas a se tornarem virtuosas.⁷⁸

Olgária Matos também chama a atenção para essa característica (poder) da narração, ao escrever que “o narrador tradicional contava ‘estórias’ tecidas coletivamente e repetidas no fio do tempo porque a tradição renascia e encontrava, na palavra transmitida, um tesouro.”⁷⁹ E os tesouros existem para serem encontrados e quem narra, a cada momento o faz buscando na memória a palavra de sabedoria para transmiti-la ao que ouve. Esse tipo de atividade remete à atividade artesanal, a um fazer ou compartilhar com o outro. Como bem define Benjamin em *O Narrador*,

⁷⁵ Idem, p. 204

⁷⁶ Para esse autor, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Infelizmente, hoje, as experiências deixaram de ser comunicáveis pois as pessoas não têm mais tempo para ouvir e as pessoas mais idosas não são consideradas mais como depositárias do saber, são apenas velhos que têm ocupado um lugar de incômodo na sociedade. Isso é uma das conseqüências da fragmentação do sujeito moderno, da diluição do ‘eu’ nos vários espaços em que transita. As pessoas não dispõem de tempo suficiente para cultivarem a atividade artesanal.

⁷⁷ Matos, Olgária. *A narrativa: metáfora e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 310.

⁷⁸ A expressão “sabedoria prática” tem o mesmo sentido atribuído por Aristóteles quando este escreve em *Ética a Nicômaco*, VI,5,5: capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem.

⁷⁹ Matos, Olgária. *A narrativa: metáfora e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 310.

O narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. O narrador é o homem que poderia deixar à luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida.⁸⁰

Essa definição do contador de histórias assemelha-se ao que diz MacIntyre quando escreve que o homem, ao contar suas histórias, seus dramas e venturas, manifesta não apenas suas vivências, mas a de sua comunidade pois, de certa forma, ele influi sobre o outro e também recebe influências. Como se pode notar quando se lê: “seu dom é poder contar sua vida [...] uma vida que não inclui apenas sua experiência, mas em grande parte, a experiência alheia.”

A história de alguém, ao tornar-se discurso narrado por esse sujeito autor e protagonista, instaura sempre um campo de renegociação e reinvenção identitária. A palavra tem essa função identitária e dialógica, tem encantamento, fascínio, pois quando alguém fala tem o objetivo de atuar, de interagir socialmente constituindo-se como Eu e constituindo, ao mesmo tempo, como interlocutor, o Outro gerando assim uma interação, construindo sentido.

Esse aspecto da teoria do uso da linguagem, a partir da teoria pragmática dos atos de fala, segundo Austin,⁸¹ trata da linguagem como forma de ação em que é possível pensar que, se todo ato de fala realiza uma ação, então “todo dizer é um fazer”, e não apenas uma representação da realidade. O sentido de um enunciado não pode ser estabelecido apenas por meio da análise de seus elementos constituintes, mas as condições de uso do enunciado é que determinarão o seu sentido. Por exemplo, quando alguém diz: “eu vos declaro marido e mulher”, na verdade, está realizando um determinado tipo de ação. Esse tipo de declaração apresenta-se como “ações físicas”, que parecem alterar o estado no mundo. Quando algum Chefe de Estado declara guerra a outro país, tal declaração gera uma mudança significativa entre os países envolvidos. Instaura-se, oficialmente, o conflito

⁸⁰ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. P. 204.

⁸¹ A teoria dos atos de fala surgiu no interior da Filosofia da Linguagem, tendo sido, posteriormente, apropriada pela Linguística Pragmática. Filósofos da Escola Analítica de Oxford, tendo como pioneiro J. L. Austin (28/03/1911– 8/02/1960), com seu livro, *How do Things with Words* (1963) seguido por Searle, e outros, entendem a linguagem como forma de ação. (Koch, 1993).

bem como todas as conseqüências advindas dele. Um dos aspectos dessa teoria (o ato perlocucionário) seria colocado em ação quando alguém exercesse, ou pretendesse exercer certos efeitos sobre o interlocutor como: convencer, assustar ou persuadir, dentre outros tipos de ação.

Convém ressaltar, que tais efeitos podem ser efetivados ou não, o que determinará os resultados ou o alcance dos objetivos pretendidos é a capacidade do interlocutor de captar a sua intenção. Segundo a lingüista Koch,⁸² a teoria dos atos de fala tem sido, atualmente, alvo de críticas por ser considerada unilateral, por dar ênfase quase que exclusiva ao locutor quando trata da ação e não da reação.⁸³

MacIntyre, ao tratar dessa questão apontada por Koch no que diz respeito à teoria dos filósofos analíticos, explica sua posição ao escrever: “É importante que fique claro que a perspectiva pressuposta pela argumentação até aqui é bem diferente daquela dos filósofos analíticos que criaram as teorias dos atos sociais que tornam fundamental a idéia de ‘um’ ato humano.”⁸⁴ Um dos pressupostos considerados por MacIntyre é: como individualizar os atos humanos? Um ponto importante a considerar seria a questão do contexto, que precisa ser inteligível e, conseqüentemente, conferir inteligibilidade aos atos de alguém. Esse ato torna-se inteligível ao encontrar lugar na narrativa. Ele assegura que a conversa é o tipo mais conhecido de contexto no qual os atos da fala e as finalidades se tornam inteligíveis é a conversa.

Desse modo, quando alguém fala, ao contar sua história, na verdade está situando-se no mundo como um sujeito que é portador de uma história que precisa ser contada e ao fazê-lo, passa a ter consciência de sua própria existência. Segundo esse autor, tanto as conversas, em especial, quanto os atos humanos, em geral, são apresentados como narrativas encenadas. Como escreve Barbara Hardy, citada por MacIntyre: Sonhamos, fantasiemos, desesperamos-nos, duvidamos, planejamos, reconsideramos, criticamos, inventamos, bisbilhotamos, aprendemos, odiamos e amamos por meio de narrativas. (trad. nossa).⁸⁵ Isso significa, segundo essa teoria

⁸² KOCH, Ingedore. *A inter-ação verbal*. São Paulo: Contexto, 1993.

⁸³ Não se pretende, neste trabalho, estender a discussão acerca dessa concepção teórica, apenas apresentar mais esse aspecto sobre os estudos da linguagem.

⁸⁴ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2 Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p.209.

⁸⁵ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2 Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984. p.211. - “*We dream in narrative, day-dream in narrative, remember, anticipate, hope, despair, believe, doubt, plan, revise, criticize, construct, gossip, learn, hate and love by narrative.*”

sustentada também por MacIntyre, que todas as ações podem ser manifestadas ou expressas por meio de narrativas. Ele defende que habitar em um sistema filosófico é participar de uma história, o que supõe inserir-se em uma narrativa. Sob esse aspecto, MacIntyre assinala que a indagação filosófica tem uma história e se desenvolve na história, e habitar um universo inteligível é poder narrá-lo. Também Matos,⁸⁶ em *A narrativa: metáfora da liberdade*, observa:

A possibilidade de contar e de ouvir histórias é tecida pelo próprio esquecimento que permite narrar uma mesma história, sempre a mesma e sempre outra, pelas lacunas abertas por nossa própria indeterminação, indeterminação pela qual exerce a ação dos tempos heterogêneos e que configuram a nossa identidade [...] A recordação se faz com as transformações pelas quais passamos, pelo conjunto de experiências que nos conferem identidade.

Com o propósito de explicitar a atividade narrativa, Ballesteros, referindo-se à forma como Aristóteles desenvolve a sua teoria por meio de uma narrativa cita, para confirmar sua idéia, o livro I da *Metafísica* em que ocorre a seguinte exposição:

Es un *locus classicus* sobre cómo debe escribirse una historia de la indagación filosófica. Aclara que si bien Aristóteles no proporciona, al comienzo del texto mencionado, una narrativa, nos da un esquema para la escritura de narrativas del proceso de conocimiento que comienza en la experiencia y se mueve por entre las prácticas de las artes y ciencias hacia el entendimiento de los primeros principios. Luego el texto de Aristóteles continúa con una serie de narrativas de los esfuerzos de sus predecesores por encontrar esos principios, y ello nos proporciona de modo indirecto una narrativa de su propio trabajo, revelándonos algo crucial sobre la investigación filosófica: “ De cada indagación particular existe una narrativa para ser escrita, y se debe comprender que la indagación es inseparable, implícita o explícitamente, del poder identificar y seguir esa narrativa. Consecuentemente, toda explicación filosófica de la indagación presupone alguna explicación de cómo las narrativas de indagación particular deben escribirse.”⁸⁷

Na verdade, quando alguém expõe sua teoria/história contando, mostrando como fez tal percurso até chegar a determinado ponto está desenvolvendo uma narrativa. MacIntyre sustenta que, para cada indagação particular, existe uma narrativa para ser contada.

⁸⁶ MATOS, Olgária. *A narrativa: metáfora e liberdade*. In. *O avesso da liberdade*. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁸⁷ Ballesteros, Juan Carlos. *Filosofía Narrativa y racionalidad práctica. Un estudio sobre Alasdair MacIntyre*. Revista del Instituto de Filosofía de la Universidad Católica de Valparaíso. Vol. 24 25. 2001 – 2002. p. 7

Um aspecto a ser ressaltado é o que diz respeito à idéia de narrativa como suporte necessário para o entendimento da própria vida como uma história narrada. Além disso, é possível dizer que as conversas e a vida humana são narrativas encenadas por nós, que somos, antes de tudo, seus atores e a possibilidade de entendermos nossa vida como uma narrativa depende da compreensão da narrativa dos outros.

3.1 MacIntyre e a atividade de narração

Para MacIntyre, a filosofia possui um caráter essencialmente narrativo. Ele deixa claro que, para que haja narração é necessário haver identidade pessoal.⁸⁸ Alan Montefiore,⁸⁹ ao analisar o conceito de *pessoa*, tece as seguintes considerações:

Nossa idéia das pessoas, diz Amélie Rorty, emana de duas origens: uma é o teatro, as *dramatis personae* da cena; a outra é a lei. Um ator usa máscaras, sentido literal de *personae*, pelas quais passam o som e os diferentes papéis que ele desempenha. A pessoa mantém-se assim por trás de seus papéis, escolhe-os e é julgada por suas escolhas e por sua capacidade de encenar suas *personae* no seio de uma estrutura global que é o desenrolar de seu drama. A idéia de pessoa é a idéia de um centro unificado de escolha e de ação, a unidade à qual se refere a responsabilidade legal e teológica. Tendo escolhido, a pessoa age, e é, portanto, legal e moralmente responsável. É na idéia de ação que se reúnem as origens legais e teatrais do conceito de pessoa. [...] Amélie Rorty sublinha uma característica importante do conceito moderno de pessoa: a pessoa como “*locus* de responsabilidade” e “mantendo-se por trás de seus papéis.”

Pode-se então considerar que só é possível identificar a identidade pessoal se houver condições propícias para que se possa examinar as atividades humanas com o objetivo de identificar qual o propósito e quem está por trás dessas ações, pois trata-se de uma pessoa que se mantém por trás de seus papéis, e como tal, plenamente responsável pelos resultados. Isso significa pensar o ser humano como

⁸⁸ Para Aristóteles, “A identidade é uma unidade de ser ou unidade de uma multiplicidade de seres ou, enfim, unidade de um único, tratado como múltiplo, quando se diz, por exemplo, que uma coisa é idêntica a si mesma” (Metafísica, t. 1, livro delta, § 9, p. 275, Vrin).

alguém que é dotado de características próprias, e que o sujeito desse relato é portador de uma história; que atua no meio em que vive e, de certa forma, esse meio, ou cenário, influi em seus atos, mas não o exime de culpa quando os resultados não são favoráveis porque cada pessoa tem autonomia para fazer suas escolhas.

Essa questão do contexto é amplamente discutida por MacIntyre. Ele assegura que as ações se realizam em determinados contextos, sem os quais seria praticamente impossível entendê-las.

MacIntyre denomina esses contextos de cenários. Sem o cenário seria difícil identificar as causas ou intenções do agente. Corral Santos, citada por Ballesteros, assinala que “explicar una acción quiere decir, por lo tanto, explicar también el contexto en que se realiza: narrar la historia del contexto en el que la acción resulta significativa.”⁹⁰

Na verdade, a cada dia o ser humano é desafiado a viver uma vida que seja digna de ser contada: suas alegrias, tristezas, lutas, vitórias ou derrotas; sua influência sobre a sua comunidade, enfim, é possível dizer que narrar é mostrar que está vivo. Os que se ‘calam e consentem’ mostram sua condição de inoperância, de ausentes da própria existência. Como se pode perceber no trecho a seguir:

Nuestra vida, como la filosofía misma, no es un simple transcurrir de una acción en acción o premisa, como si desarrolláramos un teorema ya escrito del que inexorablemente seguimos sus pasos. La vida y la filosofía son un desafío cotidiano a ser cada vez mejores personas y a comprender mejor la verdad que descubre nuestra inteligencia. Y como a todo desafío, también a éste respondemos con miserias y grandezas, que van jalonando nuestro itinerario hacia la verdad fuente de toda verdad. Y en este tránsito cada día deberá valer a la pena de ser contado. Por eso, para quienes entendemos que la filosofía también es un modo de vivir, ella misma es un drama que merece ser contado.⁹¹

Ora, se não há narração, não se tem nem a consciência de si mesmo, isso porque cada pessoa é portadora de uma história. Como já foi citado anteriormente, o ser humano “tem vida biográfica”. Então, a eficácia da narração consiste no fato de que, quando se exterioriza a palavra, dá-se vida às idéias e às coisas. Convém

⁸⁹ MONTEFIORE, Alan. *Identidade moral: a identidade moral e a pessoa*. In: *Dicionário de Ética e filosofia Moral*. CANTOO-SPERBER, Monique, (org.) São Leopoldo: UNISINOS, 2003. p. 776.

⁹⁰ Ballesteros: *Filosofía narrativa y racionalidad práctica: un estudio sobre Alasdair Macintyre*. Revista del Instituto de Filosofía de la Universidad Católica de Valparaíso. Vol. 24 – 25. 2001 – 2002.p. 10.

⁹¹ Idem,p. 10.

ressaltar que esse ato de contar a sua história precisa ter uma certa direção, unidade, coerência e continuidade.

Acerca do conceito de narrativa, Ballesteros comenta que

Lo que el concepto 'narrativa' trae al analisis moral es la noción de la vida de la persona humana como una unidad inteligible y ordenada. Las acciones realizadas dejan en el agente una impresión permanente. Además, este sentido progressivo e intrínseco del desarrollo hacia nuestro telos (o la aversión a partir del mismo) presupone las nociones fundamentalis de la responsabilidad, el carácter la identidad y la virtud.⁹²

Diante do exposto, entende-se que a narração dos atos de uma pessoa confere-lhe identidade porque ela é que tornará inteligível os atos. Como anota Ballesteros, essa harmonia ou organização das ações atribui à pessoa, além da unidade, a noção de responsabilidade com respeito aos atos, consciência moral.

Em sua reflexão ética, MacIntyre, ao analisar o conceito de narração em sua obra *After Virtue*, apresenta a sua tese principal acerca da unidade da vida humana quando declara:

O homem é, em seus atos e profissões, bem como em suas ficções, essencialmente um animal contador de histórias. Não é, em essência, mas se torna no decorrer de sua história, um contador de histórias que aspiram à verdade. Mas a questão principal não é sobre sua própria autoria; só posso responder à pergunta 'O que devo fazer?' se souber responder ao questionamento: 'De que história ou histórias eu estou fazendo parte?'⁹³ (trad. nossa)

Os atos individuais de uma pessoa, para sua compreensão e valoração moral, devem ser contemplados a partir da possibilidade de narração que oferecem as ações que compõem toda a vida moral. MacIntyre observa que um ato unicamente tem sentido quando é considerado como parte narrável da série de atos de uma vida. É pertinente pensar que o bem que buscamos é o de uma vida cujo relato dê

⁹² Ballesteros: *Filosofia narrativa y racionalidad práctica: un estudio sobre Alasdair Macintyre*. Revista del Instituto de Filosofia de la Universidad Católica de Valparaíso. Vol. 24 – 25. 2001 – 2002.p. 10.

⁹³ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. Second Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p.216.

“Man is in his actions and practice, as well as in fictions, essentially a story-telling animal. He is not essentially, but becomes through his history, a teller of stories that aspire to truth. But the key question for men is not about their own authorship; I can only answer the question ‘What am I to do? If I can answer the prior question ‘Of what story or story or stories do I find myself a part?’

conta de nossas ações, conferindo significado ao personagem que conseguimos ser. Além disso, a narração precisa ter uma seqüência, uma ordem narrável. Segundo esse autor, “todas as tentativas de elucidar a idéia de identidade pessoal isoladas das idéias de narrativa e inteligibilidade estão fadadas ao fracasso.”

Clotet (1988), ao comentar sobre a obra de MacIntyre, *After Virtue*, defende que

Um ato unicamente tem sentido quando é considerado como parte narrável da série de atos de uma vida, que formam uma unidade narrativa. Somente a partir dessa unidade se constitui a identidade moral ou ética de uma pessoa, não por seus atos individualizados ou fragmentados. Aristóteles defende na *Ética a Nicômaco* que um simples ato isolado a favor ou contra uma virtude não permite a qualificação de “virtuoso” ou “viciado” para uma pessoa, mas que esses termos devem ser usados quando existe o hábito de tais atos, quer dizer, uma certa unidade narrativa que permitiria, só então aquele juízo moral.⁹⁴

De acordo com o comentário feito por Clotet, como é possível perceber, a contextualização dos atos de uma pessoa é que conferirá sentido narrativo, identidade narrativa. O contexto é que determinará se as ações de determinada pessoa apresentam valor moral ou não. Está implícita uma relação individual e coletiva. As ações isoladas de uma pessoa não podem ser reputadas como virtuosas ou que possuam uma unidade se analisadas de modo fragmentado, é necessário haver uma ordenação dos atos. O que confere a unidade é justamente essa possibilidade de narração. Ou seja, a capacidade de conferir aos atos de alguém uma unidade narrativa, uma organização.

Nessa perspectiva, podemos pressupor que a narrativa tem a função de integrar papéis ou práticas ao mesmo tempo em que especifica o significado a ser conferido à idéia central de *telos*. Ela provê o arcabouço dentro do qual fazemos nossas escolhas racionais frente às demandas conflituosas das práticas das quais participamos. A questão não é, sem dúvida que o homem seja o único animal que conta histórias, mas, como explicita Anruba,

Es el único que necesita contar su vida para poder vivirla como propia: comprendiéndola. Hace ya tiempo que la filosofía de la vida y la hermenéutica han llamado la atención sobre lo que llaman la estructura narrativa de la existencia humana. La vida del hombre segrega y recibe el sentido en forma de historias, de relatos con los que la vida se expresa al tiempo que hace

⁹⁴ CLOTET, Joaquim. A filosofia moral da virtude segundo Alasdair MacIntyre. *Veritas – Revista trimestral da PUC do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: v. 34, nº 132, dez. 1988. p. 500

aprehensible en un preciso sentido: como mía y como humana. El acto de la comprensión – también el de la autocomprensión – está mediado por historias. Vivimos para contarla porque contamos historias para poder vivirlos. Contar la propia vida es recontar o inventariar nuestro nombre: sustanciar (1) – en el plano biográfico – lo que nos há pasado, hemos hecho y dicho en un relato cuya urdimbre es el “yo”, el si mismo de cada uno.⁹⁵

Não se trata de palavras ou uma narração sem um sentido, pois a narração sem um contexto que a situe fazem dela apenas palavra vazia. A narrativa da vida humana tem um sentido e o indivíduo é o próprio protagonista e dono de sua história. Ele também é o intérprete de sua própria vida.

3.2 Sobre o conceito de Identidade Narrativa

“Ao assumir a plena responsabilidade (...) hoje por seu próprio ontem (...) o ‘eu’ assegura sua continuidade e portanto, sua identidade consigo mesmo”.

Vaclav Havel

Acerca da investigação da natureza da atividade humana e da identidade, MacIntyre esclarece que a unidade de uma vida individual seria como uma narrativa inserida numa vida única. Ele parte do princípio de que a vida humana apresenta-se como uma missão narrativa que precisa ter unidade. As missões às vezes fracassam, são frustradas, abandonadas ou dissipadas por desvios; e as vidas humanas podem fracassar, também, de todas essas maneiras. Mas os únicos critérios de êxito ou fracasso no total de uma vida humana são os de numa missão narrada ou a ser narrada.

Convém ressaltar que essa missão seria a busca ou procura do bem ou das virtudes porque elas é que nos capacitam a alcançar os bens internos às profissões, também nos sustentam no devido tipo de procura pelo bem capacitando-nos a superar os males, os riscos e os vários problemas com que nos deparamos e que nos fornecerão um autoconhecimento cada vez maior. Segundo essa teoria macintyreana, a busca pelo bem ou virtude não deve apenas visar ao bem

⁹⁵ Anrubia, Enrique. *La estructura narrativa del ser humano*. Espéculo. Revista de estudios literarios. Universidad Complutense de Madrid. N. 22

individual, mas pensar que o bem para mim deverá ser também o bem para a comunidade em que estou inserido porque sou portador de uma identidade social. Dartingues⁹⁶, ao comentar a teoria de Ricoeur acerca da identidade pessoal, leva em consideração o fato de que

o caráter como constituinte subjetivo da identidade e a responsabilidade ética como manifestação em ato dessa identidade estão em relação dialética: é em função do caráter que o sujeito se decide e dá um valor moral às suas ações; são, por sua vez essas últimas que se sedimentam no caráter e o transformam(...) É aqui que a narrativa vai intervir na sua função de mediação entre o caráter como dado e a decisão ética como ato.

A pessoa, na verdade, pode ser identificada a partir de suas ações e o próprio contexto dessas ações é que indicará quem realmente ela é. Torna-se então necessário entender em que sentido a narrativa trará à luz a identidade? Como cita Dartingues, e é possível pensar, a narrativa possibilitará uma mediação entre o caráter e a decisão ética como ato. Ou seja, manifestará a identidade pessoal.

Ao introduzir sua tese que define o homem como “*essentially a story-telling animal*”, MacIntyre sustenta que a questão principal não é sobre a autoria das histórias, mas a resposta ao questionamento: o que devo fazer? Segundo o autor, responder a essa pergunta requer a compreensão e o entendimento de uma outra indagação: “*Of what story or stories do I find myself a part?*” Ou seja, as minhas ações são determinadas de acordo com o entendimento de onde estou, quais influências recebo ou recebi e, a partir dessa compreensão determinar quais ações ou qual a minha atuação no cenário em que estou inserido. “A identidade pessoal, portanto, é exatamente aquela identidade pressuposta pela unidade do personagem que a unidade da narrativa requer”. Ele faz a seguinte indagação:

Serei aos cinquenta anos o mesmo homem que era aos quarenta no tocante a recordação, poder intelectual ou reações críticas? Mais ou menos. Mas o fundamental para os seres humanos enquanto personagens em narrativas encenadas é que, possuindo somente os recursos de continuidade psicológica, precisamos estar aptos a reagir à imputação de identidade estrita. Serei eternamente o que fui a qualquer tempo para outras pessoas – e posso, a qualquer momento ser chamado a responder por isso – por mais

⁹⁶ DARTINGUES, André. *Paul Ricoeur e a questão da identidade narrativa*. In Cesar, Constança Marcondes (org.) Paul Ricoeur: ensaios. São Paulo: Paulus, 1998. P.9.

que eu esteja mudado agora. Não há como assentar minha identidade – ou falta dela – sobre a continuidade ou descontinuidade psicológica do eu. O eu habita um personagem cuja unidade é dada como unidade de um personagem.⁹⁷

Essa questão da unidade narrativa, ou, pode-se pensar, a unidade da vida de alguém que possui uma identidade narrativa, diz respeito ao fato de que a pessoa é capaz de ligar o seu passado ao seu futuro e é alguém que é portador de um valor.

MacIntyre defende tal unidade da identidade narrativa em essência, quando declara: “serei eternamente o que fui a qualquer tempo para as outras pessoas, e ainda: “posso a qualquer momento ser chamado a responder por meus atos”. Montefiore⁹⁸, a respeito da essência da identidade, cita o exemplo de alguém que sofreu de uma enfermidade denominada *Mal de Alzheimer*. A questão seria:

a pessoa desaparece? (Em outras palavras, quando não há um *idem* – ou identidade física – o que o *ipse* seria capaz de reconhecer ou de lembrar, tampouco pode haver *ipse* – ou identidade reflexiva por consciência da identidade. [...] se os bebês, os deficientes mentais e as pessoas senis, entre outros, não podem certamente ser considerados como *loci* “de responsabilidade por uma gama de escolhas e de ações”, pois todos devem, no entanto, ser tratados com fins em si mesmos, isto é, como portadores de valor nesse sentido, “pois também são pessoas” [...] Qualquer um pode obviamente afirmar que, nos últimos estágios da doença de Alzheimer, os pacientes devem ainda ser tratados com o respeito que merecem como seres que são fins em si mesmos, quer se julgue apropriado ou não continuar a contá-los como “pessoas”. O julgamento de valor essencial não está ligado de forma inseparável a alguma preferência terminológica.)

Sob esse aspecto, o que se questiona não é o conceito de pessoa de forma estrita como responsável por suas atitudes ou deveres morais, obviamente, no caso citado a pessoa não teria como se manifestar, o que está em discussão seria como o contexto em que essa pessoa está inserida confere-lhe identidade; reconhece-a e a trata como alguém que é portadora de uma identidade, mesmo ela estando em uma condição supostamente vegetativa. Como defende MacIntyre, os “cenários”, devidamente ordenados, é que conferirão inteligibilidade aos atos. As pessoas que convivem com aquela que “perdeu” suas memórias é que resgatarão a sua história

⁹⁷ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. Second Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p.217. (Trad. Jussara Simões)

⁹⁸ MONTEFIORE, Alan. *Identidade moral: a identidade moral e a pessoa*. In: *Dicionário de Ética e filosofia Moral*. CANTO-SPERBER, Monique, (org.) São Leopoldo: UNISINOS, 2003. P. 777

situando-a em um determinado espaço social. Mesmo para a pessoa que está em uma condição de 'desmemoriada', o seu entorno dirá, ou seja, as histórias das pessoas que convivem ou fazem parte da história dela tornarão a sua história/identidade, inteligível, independente de sua condição. Dirão quem ela é. Por exemplo: essa pessoa que está aqui se chama Maria das Mercês. Ela é mãe de José, que é marido de Suzi, que mora em Ubá... que tem histórias para contar e suas histórias estão, de certo modo, imbricadas na história de Maria das Mercês.

Segundo verbete *Identidade* apresentado por Rorty, citado por Montefiori,

As controvérsias sobre identidade pessoal foram amplificadas em razão de um certo número de questões diferentes estarem em jogo ... 1. Alguns se concentram numa análise da diferenciação entre classes: o que é que distingue a classe das pessoas da classe vizinha mais próxima...? 2. Outros se interessam antes de tudo pela diferenciação dos indivíduos: quais são os critérios de distinção numérica das pessoas às quais se aplica a mesma descrição...? 3. Outros ainda se inclinam pela reidentificação do indivíduo: quais critérios que permitem reidentificar o mesmo indivíduo em determinados contextos, sob diferentes descrições ou em diferentes contextos, sob diferentes descrições ou em diferentes épocas?(...) 4. Outros, enfim, estudam principalmente a identificação do indivíduo: que tipos de características permitem identificar uma pessoa como sendo por essência a pessoa que ela é, de modo que, se essas características mudassem, ela seria uma pessoa muito diferente, embora pudesse ainda ser diferenciada e reidentificada como sendo a mesma pessoa? (...) Quando Amélie Rorty falava dos tipos de características que identificam uma pessoa como sendo por essência a pessoa que ela é, ela talvez pensava, antes de tudo, nas características pessoais dos indivíduos. Para alguns dos indivíduos, porém, suas relações com algumas outras pessoas, por exemplo, seus filhos, seus pais ou seus antepassados, com sua profissão ou seu papel na sociedade, com suas próprias origens ou sua pertença atual a um grupo social, mais amplo – uma família, uma tribo, uma casta, uma nação, um movimento religioso ou um outro -, podem quase com certeza, ser consideradas por eles mesmos e pelos outros como um componente importante de sua identidade 'essencial'.⁹⁹

Como é possível considerar, há controvérsias a respeito do conceito de identidade, como por exemplo, as diferenças entre a identidade comunitária da identidade pessoal. Ou ainda, a consideração dos critérios que permitiriam reidentificar o mesmo indivíduo em determinados contextos, e quais as interferências dos contextos na pessoa e a reação dessa pessoa no contexto em que ocorrem as ações. Poder-se-ia pensar no ambiente de casa, do trabalho, da escola, da vizinhança e outros, mas apesar da mudança dos espaços haveria a percepção de

⁹⁹ MONTEFIORE, Alan. *Identidade moral: a identidade moral e a pessoa*. In: *Dicionário de Ética e filosofia Moral*. CANTO-SPERBER, Monique, (org.) São Leopoldo: UNISINOS, 2003. p. 778

um sujeito por trás dos seus papéis. Ou essa pessoa teria múltiplas formas de agir de acordo com o ambiente? Esse tipo de ação manifestaria um sujeito fragmentado, sem uma unidade.

Apesar de todas essas considerações, interessa-nos analisar a concepção de identidade defendida por MacIntyre a esse respeito. Segundo esse pensador, o ponto essencial para que haja inteligibilidade nos atos e unidade da vida de alguém, de modo imprescindível, é perceber um histórico, cuja falta torna os problemas insolúveis.

De acordo com a teoria macintariana, de certo modo é até comum falarmos de nós mesmos em forma narrativa. Ao narrarmos, percebemo-nos situados em um tempo e espaço, e em determinado contexto sócio-histórico. Esse configura fator necessário visto que o contexto em que ocorre a narração é fundamental para a elucidação dos fatos. São os chamados “cenários”, sem os quais a história torna-se ininteligível. É esse contexto que vai mostrar, ou ao menos clarificar as intenções que originaram determinadas ações. Como é necessário expor as minhas intenções, o meu interlocutor também necessita explicitar as suas a fim de interagir comigo, e é justamente esse processo interlocutivo que possibilitará a compreensão ou inteligibilidade dos fatos. Logo, é imprescindível conhecer o contexto que serviu de ‘pano de fundo’ para determinadas ações porque o nosso relato não surge do nada, e sim porque carregamos uma história, uma tradição e quando tomamos determinada decisão ou agimos de certa forma é porque recebemos algum tipo de influência de alguém, de um legado sociohistórico.

Seria algo bem estranho se chegássemos a um determinado lugar e começássemos a falar de alguma coisa que ninguém mais no recinto entendesse. Então podemos dizer que um ato só terá inteligibilidade, uma narrativa só terá sentido se houver entendimento de quem somos ou porque agimos de uma forma e não de outra.

Diante do exposto até aqui, torna-se necessário investigar o conceito de indivíduo. Isabel de Oliveira, ao analisar a obra de MacIntyre, explicita esse conceito da seguinte forma:

O que um conceito de indivíduo enquanto construído pela narrativa, requer, é, de um lado, a admissão de que sou o sujeito de minha história, e que esta história tem um significado peculiar; de outro, a de que sou também o sujeito

da história dos outros. Ser o sujeito da minha história equivale a poder dar contas das ações e experiências que compõem essa vida narrável. É estar aberto para responder a perguntas de porque fiz isso ou aquilo nesse ou naquele ponto da minha vida. Mas esse conceito introduz um outro aspecto relacional igualmente relevante que é o de que ele nos instiga a saber porque o outro fez o que fez, pois que sou parte de sua história.¹⁰⁰

Outro aspecto da identidade narrativa apontado por MacIntyre é que a identidade correlativa: não sou apenas responsável, sou alguém que pode sempre pedir uma explicação aos outros, que pode questioná-los. Ou seja, fazemos parte das histórias das outras pessoas do mesmo modo que elas também fazem parte da nossa. A narrativa de qualquer vida faz parte de um conjunto interligado de narrativas.

Desse modo, um ato isolado, fragmentado, não tem sentido se não for considerado como parte narrável de uma série de atos de uma vida e é a isso que se denomina de unidade narrativa. Pressupõe-se, então, que a unidade de uma vida individual seja a unidade da narração personificada por uma vida única que tem unidade e continuidade de uma busca cujo objetivo é descobrir a verdade sobre essa vida e o que é bom para ela. Não apenas isso é necessário compreender que o que é melhor para ela deverá ser também para os outros, pois a sua história está interligada à de sua comunidade.

Ao tratar da unidade da vida humana, MacIntyre declara que “a unidade da vida humana torna-se igualmente invisível para nós quando se faz uma separação nítida entre o indivíduo e os papéis que ele interpreta.”¹⁰¹ Sob essa perspectiva, podemos entender que se torna quase impossível perceber a virtude de alguém apenas analisando sua conduta como um bom administrador ou um bom jogador de futebol, dentre outras atividades, porque se assim o fizermos estaremos nos restringindo às capacidades profissionais e, nesse caso, MacIntyre assinala que não se trata de virtudes. Segundo sua teoria,

Somente de alguém genuinamente possuidor de uma virtude é que se pode esperar que a manifeste em situações bem diferentes, muitas situações em que não se pode esperar que o exercício da virtude seja eficiente do modo como se espera que o seja a capacidade profissional.(trad. nossa)¹⁰²

¹⁰⁰ Oliveira, Isabel Ribeiro de. *Notes on two books by MacIntyre*. Lua Nova Jan./Apr. 2005, nº 64, p. 117 – 128.

¹⁰¹ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2 Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p.205

¹⁰² Idem, p. 205 - “Someone genuinely possesses a virtue can be expected to manifest it in very different types of situations many of them situations of them situations where the practice of a virtue cannot be expected to be effective in the way that we expect a professional skill to be”.

Sob esse aspecto, só podemos compreender a unidade da vida humana analisando-a na íntegra, não apenas como sinônimo de cumprimento de exigências profissionais. “A unidade de uma virtude na vida de alguém só é inteligível como característica de uma vida unitária, uma vida que se possa conceber e avaliar como um todo” (trad. nossa)¹⁰³. Torna-se necessário investigar então as intenções da pessoa que praticou determinada ação, não apenas aquelas percebidas a médio prazo mas as intenções a longo prazo para que se tenha uma idéia clara se tal ação é virtuosa ou não. Convém ressaltar, como bem defende MacIntyre, que esse tipo de unidade seria o conceito de um eu cuja unidade reside na unidade de uma narrativa que une o nascimento à vida e à morte em forma de uma narrativa com começo, meio e fim.

Segundo o texto macintyreano, não é difícil pensar no eu em forma narrativa quando examinamos algumas das idéias conceituais acerca das atividades humanas e da identidade para demonstrar como é natural pensar no eu em forma narrativa.

Com o propósito de exemplificar essa declaração, MacIntyre começa a descrever atos comuns de pessoas comuns no dia-a-dia como: “O que ele está fazendo? As respostas poderiam ser: “cavando”, cuidando do jardim”, “exercitando-se”, Poder-se-ia então responder: “Preparando-se para o inverno” ou “Agradando a esposa” ou simplesmente porque a pessoa que está praticando tais atos seria alguém que gosta de se cuidar. Dessa forma, questionar ou narrar esses fatos cotidianos já implicaria em um ato narrativo. Para entender as ações seria indispensável esclarecer as razões que estariam gerando tais ações, do contrário, tornar-se-iam atos isolados, ininteligíveis. Algumas das respostas possíveis para explicar as causas de determinadas ações no dia-a-dia é que caracterizariam as intenções do agente ou apenas os identificariam como atos não intencionais. A esse respeito, MacIntyre declara:

Nós não podemos caracterizar o comportamento independentemente das intenções, e não podemos caracterizar as intenções independentemente dos

¹⁰³ Idem, p. 205 –

“And the unity of a virtue in someone’s life is intelligible only as a characteristic of a unitary life, a life that can be conceived and evaluated as a whole”

cenários que tornam essas intenções inteligíveis, tanto para os próprios agentes quanto para as outras pessoas.¹⁰⁴

O ser humano é sempre alguém que desempenha um papel ou exercita uma prática, mas, como se pode perceber no trecho citado, os cenários ou contextos é que fornecerão os critérios para que se analise, de forma mais acertada, as intenções e, conseqüentemente, o valor da referida prática. De acordo com Oliveira,¹⁰⁵

a unidade almejada só pode ser realizada se for possível responder pelas intenções do eu, explicando seus atos ao longo da vida. Para tanto é necessário ordenar tais intenções de modo a identificar os elos causais e o efeito temporal, relativamente ao papel que desempenham em sua história. Mas a narrativa deverá dar conta do contexto onde transcorre a vida, contexto esse que também se altera ao longo do tempo, conferindo-lhe assim inteligibilidade.”

Para MacIntyre, o que dificulta o julgamento das ações ou a percepção dessa unidade é a fragmentação da vida do indivíduo cuja conseqüência é a sua diluição nos variados ambientes em que esse sujeito atua. Desse modo, a atividade narrativa poderia conferir uma organização ou, como já mencionamos, inteligibilidade. Para que isso ocorra, faz-se necessário uma ordenação das ações, e isso só será possível se houver uma interação entre o sujeito que narra e o seu interlocutor. Entretanto, um dos fatores apontados tanto por MacIntyre quanto por Walter Benjamin, é essa ausência do narrador como conseqüência da própria modernidade. O sujeito moderno mal consegue ordenar sua história já tão fragmentada. Benjamin,¹⁰⁶ em *O narrador*, explica que “o narrador retira de sua experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros e incorpora as coisas narradas às relatadas”.

Diante do exposto, é possível reconhecer que a atividade de narração traz à tona aquilo que confere inteligibilidade e ordenação dos atos de quem narra. A

¹⁰⁴ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. 2 Edition. Indiana: University of Notre Dame, 1984, p.206

“We not cannot, that, that is to say, characterize behavior independently of intentions, and we cannot characterize intentions independently of the settings which make those intentions intelligible both to agents themselves and to others.”

¹⁰⁵ Oliveira, Isabel Ribeiro de. *Notas sobre dois livros de MacIntyre*. Lua Nova: Ver. De Cultura e Política. Nº64 São Paulo jan./abril, 2005.

¹⁰⁶ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

linguagem é o lugar da fixação do significado, da fixação dos papéis desempenhados pelos falantes. É na linguagem e através da linguagem que se definem a verdade e a falsidade, a sinceridade e a mentira, a certeza e o erro, o real e o ilusório. A atividade narrativa confere esse reconhecimento, no sentido de ordenação, e a continuidade da história de uma pessoa. Como bem diz o narrador de *Grande Sertão Veredas*, Riobaldo, ao declarar:

O senhor mire e veja, o importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior é o que a vida me ensinou; [...] que coisa mais linda é que o homem não está nunca terminado.
107

Além do aspecto fragmentado do sujeito, há a condição humana do inacabamento, da incompletude do eu. Como considera Riobaldo em sua narração, esse ato de relatar, pensar, rever o vivido e prever, de certa forma, possíveis ações futuras a partir de um dado presente. Tal concepção remete ou torna possível pensar a existência como sendo ordenada numa narrativa. A representação do presente, a memória do presente é ainda o presente? O ato de rememorar praticado por Riobaldo pode ser entendido como uma tentativa de sempre lembrar o que passou com o propósito de compreender os fatos e conferir a eles uma inteligibilidade. Entender o que vivenciou e também as circunstâncias e implicações dos seus atos. Agindo dessa forma, o narrador busca a compreensão da estrutura dos significados de e sua própria existência. Riobaldo sempre conta o que aconteceu com o intuito de entender os fatos e as causas que os originaram.

Ao tentar descobrir a origem da sua existência ou da própria existência humana, em um ciclo, segundo ele, quase que interminável que une o nascimento – as fases do seu desenvolvimento – e até a própria morte, Riobaldo está recompondo as estruturas de sua existência para poder compreendê-la. Além disso, para compreender também o comportamento das outras pessoas em relação a ele, a importância de cada acontecimento em sua vida. Ele, na verdade, vai fazendo um encadeamento das idéias, recompondo suas memórias e esse processo de rememoração é que faz com que ele se sinta vivo, no sentido de alguém que tem um

¹⁰⁷ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982. p.20

nome, uma identidade, que é portador de uma história e que, como vive entre outras pessoas, precisa prestar contas de seus atos e também pedir contas aos que o rodeiam. Esse ato de relacionar as diversas situações por que passamos e o seu devido encadeamento segundo as possibilidades da memória, é que manifestará o fio condutor das várias histórias pelas quais passamos como entende Riobaldo:

Afirmo ao senhor, do que vivi: o mais difícil não é um ser bom e proceder honesto; dificultoso mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até no rabo da palavra [...] O senhor sabe? não acerto no contar, porque estou remexendo o vivido longe alto, com pouco caroço, querendo esquentar, demear, de feito, meu coração, naquelas lembranças. Ou quero enfiar a idéia, achar o rumozinho forte das coisas, caminho do que houve e do que não houve. Às vezes não é fácil. Fé que não é.¹⁰⁸

¹⁰⁸ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982. p.115 -16

4. NARRAÇÃO COMO SUPORTE PARA A PRÓPRIA EXISTÊNCIA

“E assim, se é na palavra que é possível individuar a causa inicial tanto da ação quanto da narração, e da ação que se torna narração, será na palavra, que a narração deverá tornar-se ação, ação como variação, mudança, alteração, isto é passagem.”

Vicenzo Arsillo

Pretendemos, neste capítulo, ressaltar a questão da narrativa de mulheres, tendo como base teórica o pensamento ético de MacIntyre, com o propósito de evidenciar a palavra narrada como mecanismo de conquista de espaços tradicional e culturalmente reservados ao homem. Utilizamos, para exemplificar a eficácia da atuação da mulher por meio da palavra, uma obra clássica da literatura árabe: *As mil e uma noites*. A escolha dessa obra teve como motivação a forma como a palavra foi empregada como uma imensa teia narrativa com o propósito de conquistar o coração de um homem profundamente determinado a dizimar, à cada noite, as virgens de seu reino. Esse objetivo de conquistar “o coração do rei” foi alcançado por meio da arte de narrar histórias. Como escreveu Jorge Luís Borges, citado por Jarouche, “*As mil e uma noites não morreram (...) continuam crescendo, ou recriando-se. E o infinito tempo do livro continua o seu caminho.*”¹⁰⁹ Convém ressaltar que o intuito deste texto não é apresentar formas de como conquistar ‘o coração do rei’, mas entender a dimensão e alcance da palavra na conquista de espaços mudando ou reestruturando conceitos que, de certa forma, fundamentam e sustentam certos princípios de dominação na sociedade. Uma atenção específica será dada à atuação da narradora e protagonista Sherazade.

Acerca da atividade narrativa, explica MacIntyre:

a história narrativa de certo tipo revela-se o gênero essencial e fundamental para a caracterização dos atos humanos. [...] Uma seqüência de eventos humanos é, então interpretada como uma seqüência complexa de atos

¹⁰⁹ *Livro das Mil e Uma Noites*. Trad. Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2005. p. 9.

individuais [...] A importância do conceito de inteligibilidade tem relação íntima com o fato de que a maioria das diferenças fundamentais de tudo o que está contido no nosso discurso e na nossa prática nessa área é entre os seres humanos e outros seres. Pode-se crer que os seres humanos explicam aquilo de que são autores.¹¹⁰

A palavra enquanto narração, enquanto essência, pode ser entendida como ‘o lugar’ de uma verdade possível. É por meio da palavra que as possíveis razões do mundo podem refletir-se na medida em que se expõem os atos humanos por intermédio de narrativas. Desse modo, estabelece-se um certo ordenamento porque a palavra reflete imaterialmente a origem das razões que culminaram em determinados atos. Ao investigar, interrogar, buscar realmente a essência do que resultou certa ação humana é que tal ou tais ações poderão conferir inteligibilidade para o próprio indivíduo como para aqueles que o cercam.

É, portanto, compreender o ato como algo pelo qual alguém é responsável, sobre o qual é sempre apropriado pedir ao agente uma explicação inteligível, pois a ação humana é um episódio de uma história ocorrida em determinado tempo e inserida em um contexto. Feitas essas considerações, podemos pensar que “a narrativa então deverá dar conta do contexto onde transcorre a vida, contexto esse que também se altera ao longo do tempo, conferindo-lhe assim inteligibilidade.”¹¹¹

Nessa perspectiva, será analisada a narrativa e sua narradora Sherazade, personagem/narradora que entendeu ser alguém que tinha uma história, pertencia a um grupo social e que a sua história estava imbricada à de toda a sua comunidade.

Em nota editorial do *Livro das Mil e uma Noites* o tradutor, Mamede Mustafa Jarouche, apresenta a obra com todo o seu ritmo, e acentua o poder da palavra de Sherazade. Sobre a obra, ele assinala que: “Sua narrativa, como bem disse o filósofo francês Michel Foucault, ‘é o avesso encarniado do assassínio, é o esforço de noite após noite para conseguir manter a morte fora do ciclo da existência é inumerável como a prosa do mundo e fonte de inspiração para tantos escritores’.”¹¹² Pode-se considerar o “avesso do assassínio” como o processo regenerador de cura e de vida. Isso pode ser considerado no sentido de propiciação de mudança do estado de uma relação de poder que prevalecia até então, quando a palavra narrada por Sherazade parece abalar, de certa forma, a estrutura desse poder soberano

¹¹⁰ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. Sec. Ed. Indiana: University of Notre Dame Press, 1984, p.208 -209

¹¹¹ Oliveira: 2005, p. 6.

¹¹² *Livro das Mil e Uma Noites*. Trad. Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2005. p. 9.

concebido como única verdade absoluta. O que se impunha até aquele momento era apenas a vontade de um sultão que precisava saciar sua sede de vingança. Na verdade, é possível considerar que esse homem não teve o seu poder abalado, apenas investiu em outros 'lugares'. Em vez de continuar a matar as virgens de seu reino, ele começa a mandar que Sherazade conte as histórias a fim de satisfazer seu desejo de sempre conhecer o final da narrativa. Em certo momento da história ele diz: “é preciso que eu me conceda o direito de ouvir o final.”

Sherazade, ao perceber que poderia haver uma mudança nessa nova relação criada, utiliza-se de sua capacidade de criar e recriar histórias como meio de conquista de um novo espaço. Instaura-se, então, uma nova perspectiva no desfecho dessa história – a instaurada força exercida pela palavra. Foucault, em *Microfísica do Poder*, tece a seguinte consideração a esse respeito: “o poder não existe; existem sim, práticas ou relações de poder [...] qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder [...] e se exerce como multiplicidade de relações de forças.”¹¹³

Sherazade é personagem/narradora da narrativa que inicia e termina “As mil e uma noites”. Conta a história que:

Um rei chamado Xahriár, membro de poderosa dinastia, descobre certo dia que a mulher o trai com um escravo. Em crise, esse rei sai pelo mundo, iniciando uma busca que é também de fundo espiritual: ele quer saber se existe, nesse mundo, alguém mais infeliz que ele. A resposta é positiva, com um agravante: ninguém pode conter as mulheres – é o que lhe garante uma bela jovem que trai o marido. Então ele retorna para o seu reino decidido a tomar uma medida drástica e violenta: casar-se a cada noite com uma mulher diferente, mandando matá-la na manhã seguinte.

Depois de muitas mortes e pânico entre as famílias, dá-se a intervenção da heroína: ela é filha do vizir mais importante do reino, possui grande cultura e inteligência, chama-se Sherazade e elaborou uma estratégia infalível por meio de histórias que vai sucessivamente, noite após noite, desfiando diante de um rei, em princípio, assustado, mas depois cada vez mais seduzido e encantado.

São fábulas de terror e de piedade, de amor e de ódio, de medos e de paixões desenfreadas, de atitudes generosas e de comportamentos cruéis, de delicadeza e de brutalidade. Um repertório fantástico que até hoje nenhuma outra obra humana igualou, e que, desde o início do século XIII, vem sendo traduzido para os mais diversos idiomas do mundo, a tal ponto que, para Jorge Luís Borges, passou a ser parte prévia da nossa memória.¹¹⁴

¹¹³ FOULCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. (Org.). Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. XIV (prefácio)

¹¹⁴ *Livro das Mil e Uma Noites*. Trad. Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2005. p. 9.

Sherazade é uma mulher que se percebia como um ser portador de uma história, e tinha consciência de que estava inserida na comunidade daquelas mulheres condenadas à morte e sem direito à defesa. Como se pode perceber no trecho citado, não se trata de uma mulher qualquer, mas de uma pessoa que possuía uma educação privilegiada em relação às demais. Ela pertencia à classe dominante e como tal desfrutava de certos privilégios que não eram acessíveis às outras mulheres. Jarouche faz uma descrição da personagem como se pode notar no trecho a seguir:

Introduzem uma narradora feminina caracterizada por seus atributos espirituais, e não físicos. Sherazade é descrita apenas pelo intelecto: “[...] tinha lido livros de compilações, de sabedoria e de medicina; decorara poesias e consultara as crônicas históricas; conhecia tanto os dizeres de toda a gente como as palavras dos sábios e dos reis; conhecedora das coisas, inteligente, sábia e cultivada, tinha lido e entendido” É tal personagem que irá se encarregar de devolver ao rei a sensatez e boa senda.¹¹⁵

O fato de se introduzir uma personagem pelo seu intelecto no contexto em que foi escrita essa narrativa já não é muito comum. O próprio texto evidencia que, por se tratar de uma mulher com esses predicados, havia a possibilidade de obtenção de sucesso e até mesmo “devolver ao rei a sensatez e boa senda”.

Sherazade, devido a sua história e posição sócio-econômica e intelectual, possuía mobilidade social, contudo, compartilhava da situação de minoridade e opressão comum a todas as mulheres. Apesar de estar em uma condição privilegiada, foi movida pelo que pode ser chamado de *indignação ética*.¹¹⁶ Jung Mo Sung dá a seguinte definição à indignação:

A indignação é uma das experiências humanas fundamentais, pois é a experiência de liberdade frente às normas injustas e petrificadas, aceitas como ‘normalidade’. É a experiência que nos permite também desmascarar o mal travestido de normalidade e descobrir, mesmo que parcial e superficialmente, o bem e a justiça. Leva-nos também a vislumbrar um futuro

¹¹⁵ *Livro das Mil e Uma Noites*. Trad. Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2005. p.25.

¹¹⁶ SUNG, Jung Mo. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 17. Esse autor assegura que a experiência existencial de se rebelar diante de uma situação desumana ou injusta é chamada também de *indignação ética*.

que não seja uma mera repetição do presente, e nos impulsiona a construirmos um futuro diferente e melhor que o presente.¹¹⁷

Ela pôde superar a visão da realidade existente como algo inquestionável, absoluto e ousou pensar sobre outra realidade possível: entendeu que poderia fazer algo diante daquela situação caótica. Esta é uma reação às normas injustas que, infelizmente, são aceitas por muitas mulheres, porque são consideradas como naturais ou normais. Naturais porque a tradição dita que é o papel do homem comandar e da mulher submeter-se e obedecer. Então, desde pequenas a maioria das mulheres aceita essas normas como naturais; a mulher que não se submete é punida pois está fugindo aos padrões estabelecidos e profundamente arraigados na sociedade.

É interessante notar que a história conta que Sherazade era versada em filosofia, e em outros saberes e que tais conhecimentos capacitaram-na a questionar, a reagir, e promover mudança nos planos do sultão. Ela submeteu à reflexão crítica os princípios que justificavam aquele comportamento, de dominação absoluta. Através do uso da palavra, Sherazade, além de ter sido poupada, ainda impediu que tantas outras mulheres sofressem as conseqüências do despotismo do sultão e fossem assassinadas. As outras eram apenas “as outras”. Não têm nem ao menos seus nomes citados, mas Sherazade, em um certo sentido, identificava-se com todas elas.

Sherazade poderia simplesmente silenciar e aceitar o destino como as demais. Podemos caracterizar, também, o silêncio como um tipo de narração: a narração de uma impossibilidade. Pode ser entendido como o ponto de chegada e partida de uma condição impossível.¹¹⁸

Em *O deserto dos tártaros*, Dino Buzzati¹¹⁹ mostra que o silêncio se tematiza e se torna o lugar mesmo da espera, como “estar longe de” (*absentia, de absum*).

¹¹⁷ SUNG, Jung Mo. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 17.

¹¹⁸ Em 1982, com o movimento *SOS Mulher*, Elifas Andreato produziu um cartaz intitulado: *SOS Mulher* e, logo abaixo: “**O silêncio é cúmplice da violência**” A frase foi utilizada para incentivar as mulheres a não silenciarem face à violência, a agressão de que teriam sido vítimas. A ênfase era mostrar à mulher o preço do silêncio: seria como compactuar com o agressor. A campanha as estimulava a denunciar atos de violência contra elas: violência física, emocional, sensual, doméstica e psicológica.

¹¹⁹ BUZZATI, Dino. *O deserto dos tártaros*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1963.

Buzzati, em sua obra faz uma reflexão sobre o tempo (o que fazemos da nossa vida? Assistimos apenas o passar dos anos como se fôssemos imortais?), sobre a atitude do ser humano frente à vida, sua relação com a natureza e a sociedade.

No caso da história citada, essa era a posição das outras mulheres: estavam longe, na margem da falta de tudo, até da coragem para reagir. Apenas silenciaram, acataram a decisão do sultão e sucumbiram.

Silenciar, portanto, pode ser definido como tornar-se cúmplice e reforçar o sistema vigente. Pode-se pensar nessa atitude paralisante como a reação de quem pensa que algo não está certo e, apesar dessa consciência, sente-se impotente não consegue enxergar a possibilidade de reagir diante de princípios deploráveis de autoridade absoluta estabelecidos e impostos por alguém. Nesse caso, o silêncio pode também significar a “retórica da opressão”. O entendimento de que o sultão, por direito, poderia agir de forma opressora, de certo modo funcionava como algo paralisador de toda e qualquer tentativa de mudar o rumo dos acontecimentos, de transformar aquela situação caótica. Quem poderia fazer alguma coisa se a tradição ditava que cabia à mulher apenas submeter-se aos caprichos daquele homem? Contudo, Sherazade ousou pensar em uma outra alternativa. Tal reação surge quando há o questionamento: o que devo fazer, ou como determinada situação poderia ser revertida? Esse posicionamento seria um indício de que a visão da realidade existente como algo inquestionável e absoluta poderia ser superada. A partir daí, torna-se possível pensar em uma outra realidade.

Sherazade foi tomada pelo horror diante daquela situação, sua consciência moral foi posta à prova. Ela poderia simplesmente acomodar-se, pois, de certo modo, estava protegida por seu pai (o vizir – pois ele é quem escolhia as moças), mas ela entendeu que, apesar de encontrar-se em uma situação de submissão, possuía competência para autodeterminar-se, dando a si mesma as regras de conduta. Ela consultou sua vontade antes de agir. Convém ressaltar que ao utilizarmos a expressão ‘vontade’, fazemo-lo no que diz respeito à decisão, deliberação, escolha; expressa, manifesta ou realizada e não no sentido apenas de simples inclinação ou desejo. Nossa protagonista teve consideração pelo seu pai e até mesmo pelo sultão sem, contudo, subordinar-se nem submeter-se cegamente a eles. A sua atitude foi consciente; respondeu pelo que fez, julgou suas próprias intenções e recusou-se a aceitar a violência contra si e contra as outras mulheres como algo natural.

De acordo com Vazquez (1987), o termo consciência pode ser usado em dois sentidos: o primeiro com relação à consciência propriamente dita, quando se diz, por exemplo, que alguém perdeu a consciência; o outro é específico de consciência

moral. Esta é evidenciada quando alguém fala: “a minha consciência me diz.” Ou “o apelo da consciência”. O conceito de consciência é explicitado pelo autor citado em sua obra *Ética* da seguinte forma:

O conceito de consciência está estreitamente relacionado com o de obrigatoriedade. Mas as normas obrigatórias se mantêm sempre num plano geral e, por conseguinte, não fazem referência ao modo de agir em cada situação concreta. É a consciência moral que, nesse caso, informando-se da situação e com a ajuda das normas estabelecidas, que interioriza como suas, toma decisões que considera adequadas e internamente julga os próprios atos. Ao passo que, compete à moral interiorizar, aderir ou rejeitar intimamente as normas. E ainda, [...] A consciência moral começa a emergir propriamente, e a definir-se como um recinto interior, quando o homem cumpre normas que regulamentam os atos não mais submetendo-se passivamente à tradição e ao costume ou pelo temor dos deuses, ou simplesmente para conformar-se com a opinião dos outros, mas porque compreende o dever de cumpri-las.¹²⁰

Ao fazer a opção por falar, Sherazade rompeu com o processo de passividade e preferiu penetrar em uma segunda via: a da possibilidade de reverter a situação deplorável daquelas mulheres, que também a afetava, além de toda a comunidade a que pertencia. Ela, de modo consciente tomou a decisão de reagir, recusou-se a aceitar de forma passiva a atitude do sultão, mesmo sabendo que, em decorrência de sua iniciativa, ela estaria sujeita às conseqüências que poderiam até tirar-lhe a vida. Essa iniciativa de Sherazade pode ser percebida quando ela resolve agir mesmo contra o princípio de submissão que deveria ter em relação ao próprio pai, como se pode comprovar no exerto do Livro das Mil e Uma Noites:

Proseguiu o vizir; também você, minha filha, por que não volta atrás em sua decisão? Do contrário, farei com você o mesmo que o mercador fez com a esposa. Ela respondeu: “Por Deus que não voltarei atrás. [...] se você não me conduzir ao rei de livre e espontânea vontade, eu entrarei no palácio escondido de suas vistas e direi ao rei que você não permitiu que alguém como eu casasse com ele, mostrando-se avaro com seu mestre.” [...] ao ver-se derrotado, já cansado de insistir, o vizir subiu até o palácio do sultão e, entrando na sala, beijou o chão diante dele e informou-o de que iria dar-lhe a mão da filha naquela noite.¹²¹

Ela optou por não se submeter cegamente ao princípio de dominação destinado a ela por entender que as conseqüências do comportamento do sultão

¹²⁰ VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Trad. João Dell’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.p.159

¹²¹ *Livro das mil e uma noites*. Trad. Jarouche, Mamede Mustafa. Vol. I – Ramo Sífrio. São Paulo: Globo, 2005. p.55.

eram desastrosas não apenas para as mulheres envolvidas, mas para toda a comunidade inserida naquele contexto. Sherazade sabia quais as conseqüências de seu ato, contudo compreendeu e justificou para si mesma e para seu pai as razões de sua decisão e assumiu a responsabilidade do seu ato por compreender que era responsável por suas escolhas e eventuais conseqüências.

4.1 Narrativa como meio para mudança da própria história

Sherazade, noite após noite, vai, com a ajuda da memória, conduzindo adiante o fio de suas histórias: vai tecendo as narrativas. Como cita Menezes,¹²² não é um fio linear: é uma teia, uma trama infundável. Uma história dará margem a outra história. É como se ela estivesse executando a arte da tecelagem e, nessa trama, nesse fio conquista o seu objetivo. Convém ressaltar que o artifício utilizado por Sherazade fora aplicado por muitas outras mulheres como, por exemplo, Penélope¹²³, que de dia tecia o seu manto e de noite o desmanchava a fim de enganar seus pretendentes. Desse modo, ganhava tempo para esperar o seu esposo, Ulisses, que partira para a guerra e tardava muitos anos a voltar. Outro nome que cultivava a arte de tecer é Atena. Deusa da sabedoria, filha de Zeus e de sua primeira mulher, Métis, deusa da prudência. Armada e coberta com o elmo do saber. Ganhou de presente o templo mais importante, o Partenon, por ter dado de presente aos atenienses a árvore da oliveira. Era principalmente a deusa das indústrias, das artes, das artes agrícolas, do artesanato feminino, da arte de tecer e fiar. É interessante notar que, geralmente, é a mulher quem lida com a arte de tecer, com a trama. Torna-se possível entender a ação de tecer como a construção da grande teia narrativa, seria como tecer o fio da própria existência humana.

¹²² MENEZES, Adélia Bezerra. *Do Poder da Palavra. Ensaios de Literatura e Psicanálise*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1995.

¹²³ Na Odisséia, de Homero, a esposa de Ulisses, Penélope, espera pela volta do herói grego após a guerra contra os troianos. Como o trono estava vazio, logo surgiram inúmeros pretendentes candidatando-se a esposos de Penélope. Para fugir ao compromisso que teria de assumir, ela impõe uma condição: começaria a tecer um manto para seu saudoso marido e quando concluísse o trabalho ela aceitaria casar-se com algum daqueles pretendentes. Só que, ela desmanchava de noite a peça que tecia de dia para que essa jamais ficasse pronta. Se acabasse o serviço, significaria que finalmente teria dado o marido por perdido e escolheria um novo companheiro entre os pretendentes.

No caso de Sherazade, a construção de sua teia narrativa não apenas é ardil para ganhar mais um dia de vida, mas seu fio narrativo restaura o coração desiludido do rei. Ela sempre precisa de mais um dia para dar continuidade às histórias e à sua sobrevivência.

Como aponta Gagnebin acerca da estrutura da narrativa tradicional, “Cada história é o ensejo para uma nova história, que desencadeia uma outra, que traz mais outra. [...] movimento infinito da memória.”¹²⁴ Esse fluxo de memória permeia toda a narrativa das *Mil e uma Noites* como se pode notar no excerto:

Ficou o sultão, persuadido de que a história que a sultana tinha para contar seria o desenlace das precedentes, disse consigo mesmo: é preciso que eu me conceda o prazer completo. Levantou-se e resolveu deixá-la viver ainda este dia.¹²⁵

Na verdade, normalmente o ser humano, por transitar em espaços onde é rodeado por histórias sente-se despertado a desvendar mistérios, indagações ou o simples desfecho de casos. O sultão, como soberano, tinha o direito de conhecer o final da narrativa: “é preciso que eu me conceda o prazer completo”. Sherazade, sabiamente, administra esse tipo de curiosidade do sultão deixando-o pensar que o domínio absoluto da situação era dele, como podemos evidenciar no trecho a seguir:

Então a aurora alcançou Sherazade e ela parou de falar. A mente do rei Shariar ficou ocupada com o restante da história e, nessa primeira manhã, Dinerzade disse à irmã: como são belas e espantosas as suas histórias!. Respondeu Sherazade: Isso não é nada perto do que vou contar na próxima noite, caso eu viva e caso este rei me poupe. A continuação da história é melhor e mais espantosa do que o relato de hoje. E o rei pensou: Por Deus que eu não a matarei até escutar o restante da história. Mas na próxima noite eu a matarei.[...] Depois, quando bem amanheceu, o dia clareando e o sol raiando, o rei se levantou e foi cuidar de seu reino e de suas deliberações. O vizir, pai de Sherazade, ficou admirado e contente com aquilo. E o rei Shariar ficou distribuindo ordens e julgando os casos apresentados até cair da noite, quando entrou em casa e se dirigiu para a cama acompanhado por Sherazade. Dinerzade disse à irmã: Por Deus, maninha, se acaso você não estiver dormindo, conte-me uma de suas belas historinhas para que possamos atravessar acordados esta noite. E o rei disse: que seja a conclusão da história do gênio e do pescador, pois meu coração está ocupado com ela. Disse Sherazade: Com muito gosto, honra e orgulho, ó rei venturoso.¹²⁶

¹²⁴GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Prefácio*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.13.

¹²⁵ *Livro das mil e uma noites*. Trad. Jarouche, Mamede Mustafa. Vol. I – Ramo Sírio. São Paulo: Globo, 2005. p. 58. (grifo nosso)

¹²⁶ Idem, p. 58.

Sherazade, em nenhum momento, ausenta-se do lugar conferido a ela: o lugar da esposa cujo ‘dever’ é submeter-se. Apenas, arditamente, aproveita-se da ‘concessão’ feita pelo rei ao dar-lhe mais um dia de vida. Esse despertar do prazer proporcionado pela palavra narrada pode nos remeter ao princípio de sedução que pode despertar um determinado texto em seu leitor ou ouvinte apresentada por Roland Barthes (1999) em sua obra *O prazer do texto*. Esse autor assinala que a fruição está na busca do prazer de conhecer os prazeres da linguagem que está contido “no paraíso das palavras”. Segundo Barthes, o texto de gozo é aquele que faz convergir sensação e inteligência, numa arte que não se preocupa em moralizar, mas em estabelecer o reinado da incerteza, da dúvida e, naturalmente, o desejo de saciar o desejo de conhecer o final do enredo.

O estilo de Sherazade consiste em utilizar a técnica do suspense como meio para seduzir o sultão jogando, de certa forma, com o desejo despertado nele em querer conhecer o desfecho do próximo capítulo. Durante o dia, esse homem contava as horas para que, ao chegar a noite, pudesse satisfazer o desejo de conhecer o final da história¹²⁷. A respeito da arte de manipular as palavras, de despertar a atenção de quem escuta ou lê um texto, explica Barthes:

O lugar mais erótico de um corpo não é lá onde o vestuário se entreabre? Na perversão (que é o regime do prazer textual) não há “zonas erógenas” (expressão aliás bastante importuna); é a intermitência, como o disse muito bem a psicanálise, que é erótica: a da pele que cintila entre duas peças (as da calça e a malha), entre duas bordas (a camisa entreaberta, a luva e a manga); é essa cintilação mesma que seduz, ou ainda: a encenação de um aparecimento-desaparecimento. [...] há uma revelação progressiva: toda a excitação se refugia na esperança de ver o sexo (sonho de colegial) ou de conhecer o fim da história. [...] prazer edipiano (desnudar, saber, conhecer a origem e o fim).¹²⁸

O texto barthesiano, com todo requinte de que é portador, atribui metaforicamente à palavra uma conotação bastante sensual. Nessa perspectiva, é possível fazer uma analogia ao comportamento de Sherazade no que diz respeito à

¹²⁷ Esse tipo de comportamento é percebido até hoje com respeito às novelas, o sentimento de ansiedade por desejar chegar o próximo capítulo e saber o desfecho da história. Mesmo os que lêem, no final de semana, o resumo das tais novelas não perdem a curiosidade de verem o próximo capítulo. É interessante notar que as pessoas sabem exatamente o que acontecerá no dia seguinte, mas fantasiam e precisam assistir ao capítulo que será apresentado no outro dia.

forma como narra suas histórias, como adiciona o “sal das palavras”, a palavra bem “temperada”. Sabiamente, ela aguça o desejo e a fantasia que habita no coração do sultão. Como o desejo não tem propriamente um objeto que o aplaque, uma vez satisfeito ele ressurgue e assim sucessivamente. Barthes, em *O prazer do texto*, apresenta a seguinte consideração:

Se fosse possível imaginar uma estética do prazer textual, cumpriria incluir nela: a escritura em voz alta. [...] A escritura em voz alta é transportada, não pelas inflexões dramáticas, pelas entonações maliciosas, os acentos complacentes, mas pelo grão da voz, que é um misto crocito do timbre e da linguagem, e pode portanto ser por sua vez, tal como a dicção, a matéria de uma arte: a arte de conduzir o próprio corpo (daí sua importância nos teatros extremo-orientais).¹²⁹

Esse poder encantatório da palavra narrada, a arte de conduzir a história em consonância com as mãos e o calor da proximidade do corpo agia sobre o sultão como uma palavra mágica proferida por um feiticeiro. Todo esse encanto suscitado pela palavra narrada remete à idéia de que a narrativa comporta uma sabedoria e que, como assegura MacIntyre, “o homem é um animal contador de histórias” e, conseqüentemente, amante das histórias. Sherazade soube despertar e administrar esse desejo (que segundo MacIntyre é inerente ao ser humano) do sultão. Não será estendida aqui a questão do desejo, mas da instauração de um novo poder: o poder exercido pelo uso adequado, pela magia da palavra.

¹²⁸ BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 16-17.

¹²⁹ BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 16-17.

4.2 A palavra promovendo libertação

Sherazade teve a capacidade de desligar-se de suas certezas, de todo apoio que poderiam fornecer as leis da cultura para lançar-se numa aventura sem ponto de apoio (o único apoio que tinha era o da sua coragem para agir) e essa viagem seria sem volta. Ela penetrou em uma outra margem. Seria a margem da insegurança, da instabilidade, da imprevisibilidade. Ela optou pelo lugar da coragem de falar, de reagir. Essa parece ser a virtuosa coragem da personagem/narradora das *Mil e uma noites*. MacIntyre expressa-se sobre a virtude da coragem nos seguintes termos:

Acreditamos que a coragem é uma virtude porque o cuidado e a preocupação com indivíduos, comunidades e causas, tão fundamentais em tantas profissões, requerem a existência de tal virtude. Se alguém diz que cuida de uma pessoa, comunidade ou causa, mas não está disposto a correr riscos por essa pessoa, comunidade ou causa, põe em questão a sinceridade de seu cuidado ou interesse. A coragem, capacidade de correr riscos, tem seu papel na vida humana devido a essa ligação com o cuidado e o interesse. Não estou dizendo que seja impossível interessar-se e também ser covarde. Estou dizendo, em parte, que a pessoa que se interessa com sinceridade e não tem a capacidade de se arriscar precisa se definir, tanto para si quanto para as outras como covarde.¹³⁰

As outras mulheres, ao contrário da nossa protagonista, morreram pelo medo de se arrisarem, mesmo sabendo que, atrevendo-se ou não, seriam executadas. Nem ao menos tentaram. Podiam até mesmo ter consciência da condição de condenadas, apesar de inocentes. O único erro consistia no fato de serem mulheres (e virgens), mas essa consciência acerca do ato injusto a que foram submetidas não culminou em uma atitude de reação, mas de aceitação incondicional. Como defende MacIntyre, esse tipo de atitude é denominado de covardia diante da vida.

¹³⁰ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue: a study in moral theory*. Second Edition. Indiana: 1984, p.192

Sherazade, entretanto, não se encaixa no modelo estabelecido pela tradição que seria o de ouvir o homem e submeter-se sem questionamentos e, naturalmente, ser anulada. Tal posicionamento é evidente desde o momento em que ela decide tomar uma atitude contrária ao desejo do seu pai. Podemos evidenciar essa atitude de coragem quando se lê:

Prosseguiu o vizir; também você, minha filha, por que não volta atrás em sua decisão? Do contrário, farei com você o mesmo que o mercador fez com a esposa. Ela respondeu: “ Por Deus que não voltarei atrás. [...] se você não me conduzir ao rei de livre e espontânea vontade, eu entrarei no palácio escondido de suas vistas e direi ao rei que você não permitiu que alguém como eu casasse com ele, mostrando-se avaro com seu mestre.” [...] ao ver-se derrotado, já cansado de insistir, o vizir subiu até o palácio do sultão e, entrando na sala, beijou o chão diante dele e informou-o de que iria dar-lhe a mão da filha naquela noite.¹³¹

Esse trecho da história bem traduz o perfil daquela mulher. Ela possuía determinação, tinha um propósito definido. A diferença fundamental entre ela e as outras mulheres é que ela acreditava piamente que tinha condições de realizar o seu plano e alcançar êxito. Sherazade sabia que precisava submeter-se à autoridade do pai, mas entendeu que, como membro de uma comunidade, ela não conseguiria ficar imune ao sofrimento das outras pessoas.

É por uma ausência de submissão à tradição, à lei imposta pelo sultão que Sherazade possibilita a continuidade da cultura, pois posteriormente teve filhos, perpetuando o nome do sultão. Segundo MacIntyre, a tradição é fundamental para entendermos a nossa própria ação e o sentido da nossa história. Herdamos dessa tradição uma série de crenças e de expectativas, que constituem o nosso ponto de partida moral. Sherazade compreendeu que, apesar de herdar as crenças e valores de sua sociedade, ela era alguém que poderia perguntar a si mesma sobre o que seria bom para ela e para sua comunidade. Ela herdou do passado uma tradição que ditava a forma como ela deveria conduzir-se. Como assegura Marcelo Galuppo,

temos um débito com o passado, talvez nem tanto porque não possamos modificar o passado, mas, mais propriamente, porque nós somos o nosso passado, e se não o alterarmos, repetiremos o nosso passado. Por isso, ao

¹³¹ Livro das mil e uma noites. Trad. Jarouche, Mamede Mustafa. Vol. I – ramo sírio. São Paulo: Globo, 2005, p. 55.

construir o presente e o futuro, estou indissociavelmente ligado a meu passado.¹³²

Sherazade é portadora de um passado que precisa respeitar, mas compreende que o presente poderá ser modificado por meio de sua ação. Como bem afirma Galuppo, “se não houver alteração no presente o passado será repetido”. No caso da história de nossa protagonista, o presente estava impregnado de erros. Mesmo tendo a tradição legitimado aquele tipo de ação praticada pelo sultão, era necessário que alguém interviesse. Sherazade não transgride a lei, mas “ausenta-se do lugar destinado a ela, o da esposa morta, e com isso vai adiando a lei, até que ela perde sua força e sua razão de ser.”¹³³ Ou seja, com o passar do tempo, Sherazade vai conquistando o coração do rei e este vai adiando o cumprimento da lei até que esta cai em desuso. Como rei, ele tinha a autonomia para prescrevê-la. O fragmento abaixo evidencia esse ponto de vista:

Quando a noite findava, ela interrompia a história, fato que levava o rei a preservá-la e a indagá-la na noite seguinte sobre a continuação da história, até que se completaram mil noites, e ele, nesse período, dormiu com a jovem, que então teve um filho dele, mostrou-lhe a criança e o inteirou de sua artimanha; assim, o rei passou a considerá-la inteligente, tomou-se de simpatia por ela e lhe preservou a vida.¹³⁴

A história de Sherazade, a nosso ver, ilustra magistralmente uma situação em que a capacidade narrativa é utilizada como força de sedução/encantamento/conquista. Paralelamente às histórias que conta, há um desenrolar de sua própria história. Ficção e “realidade” mesclam-se, e a cada conquista há o ganho de mais um dia para ser vivido. Narradora e protagonista coexistem em um mesmo espaço ou cenário.

¹³² Galuppo, Marcelo Campos. *Orientações para a leitura de “as virtudes, a unidade da vida e o conceito de tradição”*, do livro *Depois da Virtude*, de Alasdair Macintyre. s/d, s/l

¹³³ MENESES, Adélia Bezerra de. Do poder da palavra. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 jan. 1989.

¹³⁴ *Livro das Mil e Uma Noites*. Trad. Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2005. p.16.

4.3 Somos atores e autores de nossas histórias

O comentário sobre a personagem Sherazade até aqui desenvolvido aponta para a forma como essa personagem, por meio de suas narrativas, alcançou os seus objetivos. É importante ressaltar que ela se expôs, correu riscos, manifestando a virtude da coragem. Um dos aspectos importantes consiste no fato de que Sherazade se percebeu como alguém que estava inserida em uma história e que esta era, também, a história de toda uma comunidade. A esse respeito, MacIntyre afirma que, “as histórias são encenadas. Somos atores e autores de nossas próprias histórias”. E ainda:

A diferença entre personagens fictícios e reais não está na forma narrativa do que fazem; está no nível de autonomia daquela forma e de seus próprios atos; (...) cada personagem sofre restrições de atos de outrem e dos cenários sociais pressupostos em seus atos. (trad. nossa)¹³⁵

A vida real difere da ficção exatamente porque, na história de nossa vida, além de autores somos protagonistas, só que não um autor livre (já que a liberdade absoluta do autor é o que difere a ficção da realidade), mas condicionado por um cenário que também é determinado por outros atores (que se vêm simultaneamente como autores). Isso quer dizer que

O agente é capaz de dizer e fazer de maneira inteligível enquanto o ator recebe profundas influências do fato de não sermos nunca nada mais (e às vezes menos) que co-autores nas nossas próprias narrativas. Só na fantasia vivemos as histórias que nos agradam. Na vida, como Aristóteles e Engels salientaram, estamos sempre sob certas restrições. Subimos a um palco que não criamos e nos surpreendemos participando de uma ação que não foi criação nossa. Cada um de nós, sendo protagonista de seu próprio drama, tem papéis coadjuvantes nos dramas das outras pessoas, e cada drama restringe os outros. [...] São ponderações complexas como essas que

¹³⁵ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue: a study in moral theory*. Second Edition. Indiana: 1984, p 215

contribuem para transformar a idéia de inteligibilidade no elo conceitual entre a idéia ação e a de narrativa.¹³⁶

Isso quer dizer que o ser humano vive sua vida à luz de certas concepções de um possível futuro compartilhado. A minha história mescla-se com as das pessoas que fazem parte do cenário em que vivo. Sendo assim, é imprescindível compreender de qual história fazemos parte, quais papéis são atribuídos a cada um e o que precisamos e podemos fazer.

MacIntyre, ao falar das atividades humanas, utiliza a palavra ‘cenário’: o cenário das atividades em casa, na rua, no jardim, ou no trabalho e cada um desses cenários teria uma história narrativa peculiar, sem os quais o comportamento das pessoas envolvidas se transformaria em episódios desconectados e as narrativas de cada um seriam resumidas em atos sem nenhuma inteligibilidade. No caso de Sherazade, ela sabia quem era e qual papel lhe era atribuído. Era a filha do grão-vizir, com condições intelectuais e valores morais suficientes para intervir na história do sultão utilizando jogos narrativos, perspicácia e, também, interferindo na história de tantas outras mulheres propiciando condições para a continuidade da vida. A sua história estava plenamente imbricada com a da sua comunidade.

Esse modo de pensar remete ao que chamamos de conceito narrativo de inteligibilidade narrativa. Como assegura MacIntyre:

Sou o que as pessoas, justificadamente, pensam que eu sou no decorrer da vivência de uma história que vai do meu nascimento até a morte. Sou o tema de uma história que é minha e de mais ninguém, que tem o seu significado peculiar.¹³⁷

Ou seja, são as ações de uma pessoa enquanto participante de uma história que gerarão condições para que se torne inteligível sua existência. Podemos então dizer que a falta de inteligibilidade da narrativa de uma vida poderá, até mesmo, conduzi-la ao suicídio. Não há mais sentido em existir, a sua história está desorganizada, seus atos, suas narrações estão desconectados.

Olgária Matos, ao fazer menção a essa falta de inteligibilidade da história de uma pessoa defende que “a pátria de um homem não é senão aquela do *logos*.

¹³⁶ Idem, p. 213 – 214.

¹³⁷ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue: a study in moral theory*. Second Edition. Indiana: 1984, p.217

Quanto aos bárbaros, por não terem uma fala inteligível que os coloque em comunhão e companhia, são sem *logos*, sem discurso, sem razão.¹³⁸ Na verdade, podemos pensar que quando alguém toma a atitude de tirar a própria vida é porque a narrativa de sua existência tornou-se ininteligível para ela, não se dirige a um clímax nem a um *telos*.

Como bem defende MacIntyre (1984:217), ser o tema de uma narrativa que vai do nascimento até a morte é ser responsável pelos atos e experiências que compõem uma vida narrável. A protagonista das *Mil e Uma Noites*, por perceber-se portadora de uma história e por ser parte integrante daquela comunidade, agiu de forma responsável e racional, utilizando as palavras certas.

Em um dos contos das narrativas das *Mil e uma Noites* - *Ali Babá e os quarenta ladrões* - é possível perceber como uma palavra bem proferida pode fazer diferença. Nessa história, a entrada da caverna com os tesouros só se abriria quando se proferisse as palavras mágicas: “*abre-te sésamo*”. Ali Babá guarda na memória, com cuidado e respeito, as palavras mágicas, e elas se tornam um instrumento de força em sua boca. Seu irmão, o invejoso Cassim, tentando roubar o tesouro do irmão, vai até a gruta, entra, e fica tão encantado com o que vê que se esquece da palavra certa para abrir a porta da rocha. Ele profere outras palavras que não possuem, no entanto, a força mobilizadora da palavra mágica que remove rochedos. Ele até consegue entrar na gruta, mas como não se lembra da palavra correta, fica preso na caverna e é assassinado pelos ladrões. A mágica estava nas palavras, só que a verdadeira mágica consistia em entender quais as palavras que funcionavam, quando e para quê. Nossa narradora, por intermédio desse conto, deixa claro que não é qualquer palavra que produz o efeito desejado. Seria a ação mediada pela palavra com o propósito de efetuar um tipo de mudança em uma situação institucional ao tentar convencer, lutar, persuadir, conquistar.

Nessa mesma história, Sherazade introduz uma personagem feminina muito interessante chamada Morgiana. Trata-se de uma pessoa muito esperta que descobre a artimanha do chefe dos quarenta ladrões que intentava assassinar Ali Babá à noite, quando todos estivessem dormindo, e tomar seu tesouro de volta. Morgiana, com muita esperteza, livra seu amo e a família dele de serem

¹³⁸ MATOS, Olgária. *A narrativa: metáfora e liberdade*. In. *O avesso da liberdade*. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 30

assassinados. Em determinado momento, após o desfecho, Ali Babá diz: “poderia haver uma serva mais prudente e mais esperta que essa?” Dessa forma, Sherazade narra histórias enaltecendo as qualidades femininas, apesar de, em outras contos, descrevê-las como traidoras. No entanto, ela sempre encontra um meio de restaurar a imagem da mulher na mente do sultão.

Sherazade percebeu-se como um ser que precisava intervir naquela situação e interferiu na história das outras mulheres por entender que, de certo modo, elas também faziam parte de sua vida. Quando compreendeu que as histórias das outras mulheres não estavam isoladas da sua, ela resolveu influir naquele cenário impregnado de morte. Compreendeu o que deveria fazer, o que era melhor para ela mesma e para as outras pessoas. Foi, lentamente, transformando o cenário primitivo em cenário de encantamento e de vida. Desse modo, ela foi a protagonista e autora das muitas histórias que se entrecruzaram naquele contexto.

Exemplo como o da protagonista citada não se restringe apenas ao campo ficcional. Em jornais, revistas e no próprio dia-a-dia, é possível colher exemplos de histórias de mulheres que, por entender o seu papel no cenário do lar, da comunidade, da igreja, ou do trabalho, compreendem e assumem uma postura corajosa de incômodo com relação aos conceitos e atuações machistas legitimadas nas comunidades em que estão inseridas. Para exemplificar, pode-se rememorar os nomes das mulheres citadas nesta pesquisa que assumiram essa posição de incômodo, de indignação e de reação diante de situações de subjugação da mulher. Essas mulheres fizeram a opção por falar, e construir modelos diferentes de padrões de conduta mais justos. Sob esse enfoque, precisamos ressaltar que não basta sentir-se sensibilizado ou indignado ao presenciar, ouvir, ou mesmo sofrer injustiças sociais, a indignação precisa se transformar em ação. Entre a indignação ética e a ação surge o questionamento: o que eu devo fazer? Isso já é um passo importante pois demonstra que não fomos completamente domesticados pelo sistema de dominação. Esse sistema sustenta-se por meio de discursos que o justificam.

Podemos dizer então que o mesmo poder utilizado pela palavra para justificar um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres também pode ser utilizado para enfraquecê-lo, pois entendemos que, quando o discurso de quem domina perde força, a relação de dominação se fragiliza. Desse modo, funcionará como instrumento para obtenção de apoio, adesão e conquista de espaços.

5. CONCLUSÃO

Durante todo percurso deste trabalho, procuramos enfatizar a relevância da contribuição da filosofia com respeito à questão de gênero e submetemos à reflexão crítica alguns princípios que têm justificado teoricamente a dominação masculina.

Salientamos que não se pode filosofar afastando-se da situação humana, visto que a filosofia é um campo do saber que nos dá o suporte necessário para analisar e criticar, condenando ou legitimando os fundamentos e princípios que regem um determinado sistema moral. Além disso, visa a compreender o sentido da realidade, do ser humano em sua relação com a natureza e com os outros; do trabalho do ser humano e sua relação com a cultura e a história.

Evidenciamos também que, por meio de narrativas, mostramos que estamos vivos, que fazemos parte das histórias das outras pessoas do mesmo modo que elas também fazem parte das nossas. Pedimos conta, mas também, precisamos dar conta de nossas ações. Ou seja, a narrativa de qualquer vida faz parte de um interligado de narrativas.

Nesse sentido, fundamentamos nossas análises no pensamento ético de Alasdair MacIntyre, uma vez que esse filósofo enfatiza o conceito de narrativa ao entender o ser humano “em seus atos e profissões, bem como em suas ficções, essencialmente um animal contador de histórias que aspiram à verdades.”¹³⁹ Segundo esse pensador, os atos de uma pessoa, para sua compreensão e valoração moral, devem ser contemplados a partir da possibilidade de narração que oferecem as ações que compõem uma vida moral. Além disso, salientamos a necessidade de entender que um ato unicamente tem sentido quando é considerado parte narrável da série de atos de uma vida.

Com o intuito de ilustrar esse pensamento de MacIntyre, fizemos uma breve análise da narrativa das *Mil e uma noites*. Nessa história, Sherazade, narradora e protagonista, obteve êxito em seus planos utilizando a arte de contar histórias. Cabe ressaltar que ela experimentou o sucesso por ser uma pessoa inteligente, por

¹³⁹ MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue: a study in moral theory*. Second Edition. Indiana: 1984, p.216

possuir um nível social privilegiado com condições intelectuais favoráveis e sensibilidade suficientes para intervir no rumo dos acontecimentos.

Um dos pontos de relevância propiciados por este trabalho, foi o fato de se perceber que, também hoje, a mulher que possui um nível melhor de educação, como a narradora das *Mil e uma noites*, tem melhor condição de reverter a situação em que se encontra. Convém ressaltar que a escolarização, por si só, não oferece garantias de uma vida melhor, mas “é a condição necessária para equalizar as diferenças promovendo mobilidade social e melhor condição de vida para as mulheres e, conseqüentemente, para suas famílias e comunidades”,¹⁴⁰ para a transformação das relações de opressão pois, de certa forma, o “saber outorga poder”. Convém ressaltar que inteligência, nível social privilegiado ou melhor formação são fatores que podem contribuir ou oferecer melhores condições para a conquista de espaços e resultados mais favoráveis, contudo, o fator preponderante para a obtenção de vitória nesse tipo de empreendimento é a tomada de posição de reação diante de injustiças. Muitas vezes a pessoa possui uma boa formação, vive em um ambiente social privilegiado, mas conforma-se, amolda-se a determinadas situações injustas de opressão.

Na história das *Mil e uma Noites*, as “virgens- de -uma - noite—só” eram decapitadas após oferecerem apenas o corpo. Sherazade, ao contrário, ofereceu ao sultão a palavra, propiciando as condições necessárias para sua sobrevivência e mudança na lei estabelecida. Além disso, essa protagonista ilustra, de modo especial, o fato de que não é um ser isolado, fragmentado. Sherazade percebeu que não tinha sentido para si própria se não fosse considerada como parte integrante de uma comunidade. Sua história mesclava-se com a de tantas outras mulheres. A narrativa de sua vida entretencia-se com a de tantas outras formando uma grande teia. Logo, compreendeu que, buscar o bem para ela era tão importante quanto buscar esse bem para as outras mulheres e sua comunidade.

Assim como na história citada, percebemos que precisamos analisar e promover discussões sobre as relações de gênero de forma a contribuir para que as pessoas se tornem mais conscientes das discriminações que sofrem e busquem novas alternativas para operar mudanças. Além disso, consideramos que o presente

¹⁴⁰ CARVALHO, Marie Jane. *Qual cidadania desejamos?* In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali M. de.; EGGERT, Edla. (org.) *As mulheres e a Filosofia*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.p. 221

estudo propicia uma revisão das bases que estabeleceram e ainda estabelecem a condição de subserviência da mulher.

Demonstramos que a narração pode ser um meio para a consciência de si mesmo e a percepção do que somos, fazemos parte e estamos inseridos em uma história. Sobretudo, precisamos compreender que, quando exteriorizamos a palavra damos vida às idéias e às coisas.

Salientamos, também, que rememorar ou sentir 'saudades' de Sherazade não é suficiente. Faz-se necessário espelhar-se nela e ressignificar o seu modelo de coragem e determinação utilizando, de modo adequado, a palavra como um instrumento que promove mudanças. Assinalamos que não é suficiente nos indignarmos com a situação de discriminação ou falta de oportunidades que a mulher tem experimentado, o que realmente importa é a atitude responsável e consciente que precisamos tomar frente a tal condição. Podemos então concluir este texto citando um pensamento de Paulo Freire¹⁴¹ que bem sintetiza a postura de quem almeja posicionar-se de modo crítico e ativo diante da vida:

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é a de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas também sujeito da história.

¹⁴¹ FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000. P. 60.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Theresa (org.). *Outras margens* – Estudos da obra de Guimarães Rosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ANRUBIA, Enrique. *La estructura narrativa del ser humano*. Espéculo. Revista de estudios literarios. Universidad Complutense de Madrid. N. 22
Disponível em: http://www.ucm.es/info/especulo/numero22/est_nar2.html. Acesso em: junho de 2006.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro; Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Col. Os Pensadores.

ARNETT, Ronald C. *Notes by .After Virtue, Alasdair MacIntyre*. Disponível em: <http://www.home.duq.edu/~arnett/virtue.htm>. Acesso em: agosto de 2006.

ARSILLO, Vincenzo. *O olhar do silêncio: maiêutica do discurso dialógico e representação do outro em Grande Sertão Veredas*. In: DUARTE, Lélia Parreira (org.) *Outras Margens: estudos da obra de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Autêntica/ PUC Minas, 2001.

AUAD, Daniela. *Feminismo, que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BALLESTEROS, Juan Carlos Pablo. *Filosofia narrativa y racionalidad práctica. Un estudio sobre Alasdair MacIntyre*. Revista del Instituto de Filosofía de La Universidad Católica de Valparaíso, v. 24 – 25, 2001 – 2002.

BANDITER, Élisabeth. *Hombres/Mujeres. Cómo salir del camino equivocado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUENOS AIRES, Helder. *Comunitarismo, Liberalismo e Tradições Morais em Alasdair MacIntyre*. In: OLIVEIRA, Manfredo (org.). *Filosofia Política Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BUZZATI, Dino. *O deserto dos tártaros*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

CAMPS, Victória. *El siglo de las mujeres*. Madrid: Ed. Cátedra, 1998.

CARVALHO, Maria da Penha Felício dos Santos. *Um filósofo feminista no século XVII: o cartesiano Poulain de La Barre*. *Ethica – Cadernos Acadêmicos*, vol. 7, 2000.

_____. *A defesa da emancipação feminina em John Stuart Mill*. In: PIRES, Cecília (org.), *Vozes Silenciadas: ensaios de ética e filosofia política*, Ijuí, 2003.

CARVALHO, Marie Jane. *Qual cidadania desejamos?* In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali M. de.; EGGERT, Edla. (org.) *As mulheres e a Filosofia*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002b.

CASTELO BRANCO, Lúcia; SILVIANO, Ruth. *A mulher escrita*. Rio de Janeiro: Casa Maria Editorial: LTC. Livros Técnicos e Científicos, 1989.

CLOTET, Joaquim. *A filosofia da virtude segundo Alasdair MacIntyre*. *Veritas* (revista trimestral da PUC do Rio Grande do Sul) Porto Alegre, v.34, nº132, p.481 a 640, dez. 1988.

CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica. 1999

D'ABADIA, Helena. *Branca, Bela e Gata: a imagem do feminino em três contos de fada*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras)–Universidade Federal de Minas Gerais - Minas Gerais, Belo Horizonte.

Declaração de Pequim adotada pela quarta conferência Mundial sobre as mulheres: Ação para igualdade, Desenvolvimento e paz 1995. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

DARTINGUES, André. *Paul Ricoeur e a questão da identidade narrativa*. In: Cesar, Constança Marcondes (org.). *Paul Ricoeur: ensaios*. São Paulo: Paulus, 1998.

EGGERT, Edla. *Narrativa: uma filosofia a partir das experiências das mulheres?* In. *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2002.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16ª ed. Trad. e org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FIGUEIREDO, Lidia. *La filosofía narrativa de Alasdair Macintyre*. Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), Pamplona, 1999.

GALUPPO, Marcelo Campos. *Orientações para a leitura de “as virtudes, a unidade da vida e o conceito de tradição”*, do livro *Depois da Virtude*, de Alasdair Macintyre. s/l, s/d.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Prefácio*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, poder e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KOCH, Ingedore. *A inter-ação verbal*. São Paulo: Contexto, 1993.

GRIMSHAW, Jean. *Feminismo e filosofia*. In: *Compêndio de Filosofia*. Org. Nicholas Bunin; E. P. Tsui-James. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2002.

HARDY, Barbara. *Towards a Poetics of fiction*: IN. *Approach through narrative, Novel*, 2, 1968: 5 –14. Apud MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue: a study in moral theory*. Second Edition. Indiana: 1984

JAGGAR, Alisson M. *Ética Feminista: tendências contemporâneas*. Trad. Paulo Neves. In: CANTO-SPERBER, Monique. *Dicionário de Ética e Filosofia Moral..* (org.). São Leopoldo: UNISINOS, 2003. p. 623 – 29.

JONAS, Eline. *As mulheres como protagonistas de sua história*. *Revista Mátria – A emancipação da mulher*. Brasília, DF, edição 2003, p.4.

KOCH, Ingedore. *A inter-ação verbal*. São Paulo: Contexto, 1993.

LALANDE, André. Metafísica. In: LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e crítico da filosofia*. 3 ed. Trad. Fátima Sá Correia; Maria Emília V. Aguiar; José Eduardo Torres Maria Gorete de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Livro das Mil e Uma Noites. Org. e Trad. Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2005.

MACINTYRE, Alasdair. *After Virtue*. Sec. Ed. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1984 (1981).

_____. *Depois da Virtude*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. *Alasdair MacIntyre e o retorno às tradições morais de pesquisa racional*. In OLIVEIRA, Manfredo A. de. (org.). *Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea*. 2ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2000.

_____. *Justiça de quem? Qual racionalidade?* 2.Ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. *Dependent Rational Animals: Why Human Beings Need the Virtues*. Chicago: Open Court, 1999.

_____. *Three Rival Versions of Moral Enquiry*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1990.

_____. *First Principles, final ends and contemporary philosophical issues*. Milwaukee: Marquette University Press, 1990.

_____. *Whose Justice? Which Rationality?* Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1988.

_____. *Revisions: Changing Perspectives in Moral Philosophy*. Volume 3. Alasdair MacIntyre and Stanley Hauerwas, eds. (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1983)

_____. *Is Patriotism a Virtue?* The Lindley Lecture. (University of Kansas, 1984). Reprinted in Richard J. Arneson, ed. *Liberalism*, Volume III (Aldershot: Elgar, 1992).

MATOS, Auxiliadora; LOPES, Eduardo S. Que gênero é esse? *Revista UniVap*. São José dos Campos, SP, v. 10, n. 19, 2003.

MATOS, Olgária. *A narrativa: metáfora e liberdade*. In: *O avesso da liberdade*. Org. Aduino Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MENESES, Adélia Bezerra de. *Do poder da palavra*. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 jan. 1989.

MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. Trad. Débora Ginza. São Paulo: Escala, 2006.

MONTEFIORE, Alan. *Identidade moral: a identidade moral e a pessoa*. In: *Dicionário de Ética e filosofia Moral*. CANTO-SPERBER, Monique, (org.) São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

MORENO, Arley R. *Wittgentein: os labirintos da linguagem*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2000.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Notes on two books by MacIntyre*. Lua Nova: revista de Cultura e Política. N.º 64. São Paulo, jan./Abr. 2005.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEÑA VIAL, Jorge. *Virtudes y unidad narrativa en MacIntyre*. En: AA. VV. Aristóteles. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo. Mendoza, 1997.

PERINI, Marcelo. *Virtude, justiça e racionalidade. A propósito de Alasdair MacIntyre*. Síntese Nova Fase, Belo Horizonte. V.19 n 58 p. 391 – 412, 1992.

PESSANHA, José Américo M. (sel. textos). *Diálogos/ Platão. Os Pensadores*. Trad. Souza, José Cavalcante de; Paleikat, Jorge; Costa, João Cruz. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PRÁ, Jussara Reis. *Espaço público, gênero e políticas feministas*. In: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali; EGERTT, Edla. (org.). *As mulheres e a filosofia*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2002.

QUAD, Daniela. *Feminismo: que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RICHARD, Sennett. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

SANTOS, Carmen Corral. *Acción, Identidad y Narratividad*. EN. AA. VV.: Crisis de Valores. Modernidad y Tradición. Barcelona: 1997, p. 125.

SAYÃO, Yara; BOCK, Silvio Duarte. *Relações de Gênero. Revista Educarede*. 2002. Disponível em: <http://www.educarede.org.br>. Acesso em: 26/12/2006.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes. *Um exame da vontade popular através da análise filosófica da linguagem ordinária*. In: *Filosofia, Linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

SUNG, Jung Mo. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TAHAN, Malba, GALLAND, Antoine (Org.). *As Mil e uma Noites*. Trad. Alberto Diniz. Ediouro, 2000.

TIBURI, Márcia, MENEZES, Magali de, EGERTT, Edla (orgs.). *As Mulheres e a filosofia*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

TOMMAZI, Vanda. *Filósofos y Mujeres. La diferencia sexual en la Historia de la Filosofía*. Madrid: Narcea, S. A. de Ediciones, 2002.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Trad. João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

Wuensch, Ana Mirian. Existem mulheres filósofas? In: Apostila do Curso de Extensão: As Mulheres e a Filosofia III – Existem mulheres filósofas?, CESPE, Universidade de Brasília, 2003. Disponível em: www.unb.br .Acesso em 06 jul. 2006